



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CINTIA MARY DE OLIVEIRA

**O MASSACRE DE MUEDA (1960) E A CONSTITUIÇÃO DAS  
NARRATIVAS NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE (1962-1986)**

Belo Horizonte

2019

CINTIA MARY DE OLIVEIRA

**O MASSACRE DE MUEDA (1960) E A CONSTITUIÇÃO DAS  
NARRATIVAS NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE (1962-1986)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa História Social da Cultura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanicléia Silva Santos

Belo Horizonte

2019

967.9  
O48m  
2019

Oliveira, Cintia Mary de  
O massacre de Mueda (1960) e a constituição das narrativas nacionais em Moçambique (1962-1986) [manuscrito] / Cintia Mary de Oliveira. - 2019.  
143 f.  
Orientadora: Vanicléia da Silva Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Moçambique – História - Teses.  
I.Santos, Vanicléia da Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"O Massacre de Mueda (1960) e a constituição das narrativas nacionais em  
Moçambique (1962-1986)"**

**Cintia Mary de Oliveira**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Vanicleia Silva Santos - Orientadora  
UFMG

Profa. Dra. Lia Dias Laranjeira  
UNILAB

Prof. Dr. Joel Mauricio das Neves Tembe  
Univ. Eduardo Mondlane - Moçambique

Prof. Dr. Alexandre Almeida Marcussi  
UFMG

Belo Horizonte, 05 de julho de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Estes últimos anos dedicados à realização desta pesquisa foram anos de intenso trabalho. No entanto, este trabalho não teria se desenvolvido sem o apoio de muitos que estiveram presentes ao meu lado desde o início de minha vida acadêmica e que muito contribuíram para meu aprendizado e para deixar meu cotidiano mais leve.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que através de subsídios, permitiu que em 2014 eu participasse de um programa de mobilidade acadêmica entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Moçambique, ainda na graduação, durante o qual surgiu a ideia desta pesquisa. Novamente, ao longo do mestrado, pude contar com uma bolsa desta fundação, a qual me permitiu dar andamento à pesquisa cujos resultados são aqui apresentados.

À professora e orientadora Vanicleia Silva dos Santos, que me acompanhou desde a graduação, com enorme paciência e carinho por todo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Aos professores Lia Dias Laranjeira e Alexandre Marcussi, pela participação em minha banca de qualificação. Muito obrigada pelas orientações e sugestões, em especial à Lia, pela cessão de novas fontes.

Aos colegas feitos durante a minha estadia em Moçambique, pelo aprendizado sobre o país e apoio durante as pesquisas. Agradeço aos colaboradores da UEM, do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e da Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM). Em especial, aos professores Joel das Neves Tembe e Luísa Chicamisse, pela calorosa recepção e orientações. Aos colegas moçambicanos do curso de História da UEM e às meninas da Residência Estudantil desta universidade, meus sinceros agradecimentos pelo acolhimento que me foi dado.

Aos brasileiros que me acompanharam neste percurso pelo outro lado do Atlântico, agradeço imensamente pelas trocas de experiências. Em especial, agradeço à Ivangilda e à Lorena, que participaram comigo deste intercâmbio e se tornaram grandes amigas. Nos últimos anos foram muitas leituras e ideias compartilhadas, além de um constante apoio, sem o qual eu não teria chegado até aqui.

Aos colegas da UFMG que tanto contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico, em meio às conversas, participações em eventos, debates em sala de aula e nos corredores da FAFICH. Em especial, ao Felipe Malacco pelas orientações e apoio dado ao longo de todo o processo.

Aos grandes amigos feitos ao longo da vida, que me acompanharam neste percurso de pesquisa e escrita, sempre com muita paciência e carinho. À Aline, Roselene, Rosimar, Beatriz, Sílvia, Rafael, Ana Luiza e Mari, meu muitíssimo obrigado!

À minha família que sempre me apoiou ao longo desta estrada, em minha saída do interior em direção à Belo Horizonte, para ser a primeira da família a cursar uma graduação, a alcançar um mestrado. Aos irmãos Carlos e Carol por todo o apoio e carinho. À princesa e afilhada Catarina que nos últimos dois anos tem iluminado meus dias mais escuros. Em especial, à minha mãe, mulher extraordinária que me ensinou a nunca desistir e a lutar sempre por um mundo melhor.

**Resumo:**

O objeto de estudo desta pesquisa são as narrativas nacionais que abordam o Massacre de Mueda, constituídas pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) entre 1962 e 1986. Nosso recorte temporal abrangeu dois momentos políticos diferentes, mas bastante significativos para o processo de construção nacional no país. O primeiro momento (1962-1975) foi marcado pela luta anticolonial e pela concepção de um projeto identitário que buscava a criação de uma identidade nacional – a moçambicanidade. O segundo momento (1975-1986) foi marcado pela instauração de um governo unipartidário e por um projeto de modernização de caráter autoritário que continuava a busca pela moçambicanidade, agora, em um contexto conturbado devido à guerra civil e ao confronto com os governos segregacionistas. O objetivo desta pesquisa foi compreender o caráter simbólico atribuído ao Massacre de Mueda nas narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO e suas relações com a instituição da identidade nacional e da memória social em Moçambique. Partimos da hipótese de que o Massacre de Mueda fez parte de uma narrativa nacionalista mais ampla que variou de acordo com o contexto e objetivos da FRELIMO em determinado momento, assumindo, muitas das vezes, aspectos de um mito nacional. Percebemos que vários sentidos foram atribuídos ao Massacre de Mueda ao longo da luta anticolonial e nos anos que se seguiram à independência de Moçambique. Estes sentidos contribuíram de diversas formas para reforçar a ideia de uma unidade nacional e da existência da moçambicanidade. A realização desta pesquisa se deu através da análise da documentação de imprensa publicada pela FRELIMO ou regulada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de narrativas orais coletadas entre participantes da luta armada e sobreviventes ao Massacre de Mueda, publicadas em livros ou revistas.

**Palavras-chave:** Moçambique; Massacre de Mueda; Narrativas Nacionais; Nacionalismo; Moçambicanidade;

**Abstract:**

The object of study of this research are the national narratives that approach the Mueda Massacre, constituted by the Liberation Front of Mozambique (FRELIMO) between 1962 and 1986. Our time cut included two different political moments, but quite significant for the national construction process in the country. The first stage (1962-1975) was marked by anti-colonial struggle and the conception of an identity project that sought to create a national identity - the Mozambicaness. The second moment (1975-1986) was marked by the establishment of a one-party government and an authoritarian modernization project that continued the quest for Mozambicaness, now in a troubled context due to the civil war and confrontation with segregationist governments. The objective of this research was to understand the symbolic character attributed to the Mueda Massacre in the national narratives constituted by FRELIMO and their relations with the institution of national identity and social memory in Mozambique. We start with the hypothesis that the Mueda Massacre was part of a broader nationalist narrative that varied according to the context and objectives of FRELIMO at a given moment, often assuming aspects of a national myth. We perceive that several meanings were attributed to the Mueda Massacre throughout the anticolonial struggle and in the years that followed the independence of Mozambique. These meanings contributed in many ways to reinforcing the idea of national unity and the existence of Mozambicaness. This research was carried out through the analysis of the press literature published by FRELIMO or regulated by the Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) and oral narratives collected between participants in the armed struggle and survivors of the Mueda Massacre, published in books or magazines.

**Keywords:** Mozambique; Mueda Massacre; National Narratives; Nationalism; Mozambicaness;



## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**AHM** – Arquivo Histórico de Moçambique

**ANC** - African National Congress/Congresso Nacional Africano

**BNM** – Biblioteca Nacional de Moçambique

**CONCP** - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

**DIP** - Departamento de Imprensa e Propaganda

**FLN** – Frente de Libertação Nacional

**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique

**MAA** - Mozambique African Association

**MANU** - Mozambique African National Union

**PAC** – Pan African Congress

**PIDE** - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

**RENAMO** - Resistência Nacional Moçambicana

**SAM** - Sociedade dos Africanos de Moçambique

**TANU** - Tanganyika African National Union

**TMMA** - Tanganyika Mozambique Makonde Association

**TMMU** - Tanganyika Mozambique Makonde Union

**UDENAMO** - União Democrática Nacional de Moçambique

**UNAMI** - União Nacional Africana de Moçambique Independente

**ZANU** - Zimbabwe African National Union/União Nacional Africana do Zimbábue

## LISTA DE MAPAS E FIGURAS

- Mapa 1** - Mapa de Moçambique com destaque em vermelho para a região ocupada pelos macondes ..... p. 3
- Mapa 2** - Mapa da Província de Cabo Delgado, com destaque em vermelho para a área ocupada pelos macondes, indicação dos distritos e suas principais vias de acesso..... p. 4
- Mapa 3** - Mapa de Moçambique com as delimitações das províncias, capitais, principais cidades, rodovias, ferrovias e hidrografia..... p.5
- Mapa 4** - Mapa de Moçambique, identificando o caminho percorrido por Samora Machel durante a Viagem Triunfal (1975), com destaque para os pontos de início e término, Mueda e Maputo, respectivamente. .... p. 79
- Mapa 5** - Principais localidades de Cabo Delgado com ações militares durante os primeiros anos da luta anticolonial..... p. 88
- Mapa 6** - A Luta de Libertação, 1964-1974..... p. 102
- Figura 1** - Mueda must not be forgotten..... p. 92
- Figura 2** - Massacre in Mueda ..... p. 94
- Figura 3** - 2º aniversário da criação do Metical ..... p. 122
- Figura 4** - O imperialismo na nossa / zona era uma cobra com / três cabeças / já cortamos as / duas primeiras / mas falta a última. 198?. ..... p. 126
- Figura 5** - Apartheid é crime..... p. 127

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>Recorte temporal e espacial .....</b>	<b>7</b>
<b>Objetivos.....</b>	<b>8</b>
<b>Revisão crítica da historiografia .....</b>	<b>8</b>
<b>Documentação e metodologia .....</b>	<b>16</b>
<b>Apresentação dos Capítulos.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O MASSACRE DE MUEDA E AS NARRATIVAS NACIONAIS: A FRELIMO E A BUSCA PELA MOÇAMBICANIDADE .....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 – A repercussão das ideias nacionalistas no Planalto Maconde e o Massacre de Mueda ....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 – O nacionalismo e as narrativas de formação nacional .....</b>	<b>33</b>
<b>1.3 – O Homem Novo frelimista e a busca pela moçambicanidade .....</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O MASSACRE DE MUEDA E A DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: UNIDADE E LUTA ANTICOLONIAL (1962-1975).....</b>	<b>54</b>
<b>2.1 – Imprensa e Mobilização Durante a Luta Anticolonial (1962-1975) .....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 – O Massacre de Mueda e o Desenvolvimento da Luta Armada: A Contra-violência Revolucionária e a Mobilização Popular .....</b>	<b>60</b>
<b>2.3 – O Massacre de Mueda e a Unidade: As Fronteiras Nacionais .....</b>	<b>76</b>
<b>2.4 – O Massacre de Mueda: Territorialidade da Luta Anticolonial e Mobilização Popular .....</b>	<b>86</b>
<b>CAPÍTULO 3 - “A LUTA CONTINUA!”: A CONSTRUÇÃO NACIONAL E O MASSACRE DE MUEDA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975-1986).....</b>	<b>98</b>
<b>3.1 – O Pós-Independência e as Políticas de Construção Nacional .....</b>	<b>100</b>
<b>3.2 – A Construção da Identidade Nacional no Pós-Independência: Dentre Convencimento e Coerção.....</b>	<b>108</b>
<b>3.3 – “A Luta Continua!”: As Narrativas Nacionais sobre Mueda e a Oposição entre o Passado Colonial e o Futuro Nacional .....</b>	<b>114</b>
<b>3.4 – 16 de Junho e a Solidariedade Internacional Moçambicana: A Luta Contra os Regimes Racistas da África Austral .....</b>	<b>123</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>134</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>139</b>

# INTRODUÇÃO

Mueda é um distrito pertencente à Província de Cabo Delgado, que tem como sede a vila homônima de Mueda. Localizado no extremo Norte de Moçambique, o distrito faz fronteira nesta direção com as terras da atual Tanzânia através do rio Rovuma, a Sul tem limites com os distritos de Montepuez e Meluco, a oeste com a Província do Niassa e a leste com os distritos de Muidumbe, Mocímboa da Praia e Nangade. O distrito de Mueda ocupa uma região de planaltos, com um clima ameno, mas marcado pela falta de água.<sup>1</sup> Com relação à sua população, apesar da existência de outros grupos etnolinguísticos, como macuas e angonis, o distrito é composto por um maior número de pessoas do grupo maconde, fazendo com que muitas vezes a região seja conhecida como o Planalto ou Território Maconde.<sup>2</sup>

Ao adentrar-se pela História de Moçambique é impossível não passar por Mueda, uma vez que foi palco de importantes acontecimentos em diferentes momentos históricos. Aspectos como a resistência da população do planalto à presença da Companhia do Niassa,<sup>3</sup> a colonização tardia da região que foi efetivada somente na década de 1920 e a importância do Planalto Maconde na luta anticolonial, contribuíram para a construção de uma representação singular sobre Mueda e a sua população maconde: Mueda tornou-se símbolo de resistência, um mito dentro da História de Moçambique, e os macondes passaram a serem vistos como “guerreiros”, um povo desde sempre resistente ao colonialismo português.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. *Arquivo*, Maputo, nº 14, p. 9-101, 1993.

<sup>2</sup> O etnônimo “maconde” aparece com grafias variadas nas fontes e estudos analisados em nossa pesquisa (“Makonde”, “makonde”, “Maconde”, “maconde”). Entretanto, optamos por utilizar a sua forma aportuguesada “maconde”, com letra inicial minúscula e com variação de número, quando necessário, de acordo com as normas da língua portuguesa utilizadas na escrita dos gentílicos. Também, cabe ressaltar a influência da experiência colonial na atribuição das nomenclaturas dos povos e territórios colonizados.

<sup>3</sup> Durante as primeiras décadas de ocupação colonial em Moçambique, a administração de parte do território se deu através da concessão de terras a companhias majestáticas. A Companhia do Niassa foi a responsável pela administração dos territórios das atuais províncias de Cabo Delgado e Niassa entre 1894 e 1929.

<sup>4</sup> O historiador moçambicano Yussuf Adam afirma que “A população da área constituiria uma versão moçambicana de ‘Asterix e os Gauleses’”. ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. p. 9.

Mapa 1 - Mapa de Moçambique com destaque em vermelho para a região ocupada pelos macondes.



Fonte: Disponível em: <https://makonde.wordpress.com/cultura-makonde/localizacao/>. Acesso em: fev. 2019.









O Massacre de Mueda, objeto de estudo desta pesquisa, contribuiu de forma significativa para esta mistificação sobre Mueda e os macondes. Depois das últimas campanhas de ocupação do território desenvolvidas no primeiro quartel do século XX, nenhum outro episódio de resistência à situação colonial havia tido tão grande proporção e gravidade. Assim, o Massacre de Mueda é considerado o clímax da consciência nacionalista moçambicana e símbolo da resistência anticolonial, além de ser a primeira manifestação que buscou por uma autonomia política em Moçambique.<sup>5</sup> Levada a cabo num contexto de avanço dos ideais nacionalistas, a manifestação foi protagonizada numa região rural por um grande número de camponeses e duramente reprimida pela força colonial portuguesa.

No dia 16 de junho de 1960, milhares de pessoas se reuniram na sede do Distrito de Mueda para participar de uma reunião convocada pela administração colonial local. Esta reunião foi resultado de uma intensa mobilização que vinha sendo feita na região, desde o ano anterior, por grupos macondes emigrados no Tanganica.<sup>6</sup> Neste dia, pessoas estiveram presentes em frente à sede administrativa de Mueda para acompanhar os líderes Faustino Vanombe e Kibiriti Diwane, responsáveis por apresentar as reivindicações da população aos membros da administração colonial.<sup>7</sup> Entretanto, estes se mostraram inflexíveis diante das demandas dos colonizados e prenderam vários manifestantes, o que provocou um enfrentamento entre a multidão e o aparato militar colonial presente. Esse enfrentamento resultou no assassinato de muitos moradores da região pelos soldados coloniais e ficou conhecido como Massacre de Mueda.<sup>8</sup>

De um modo geral, assim é narrado o Massacre de Mueda.<sup>9</sup> Entretanto, ainda não há um consenso entre os estudiosos sobre os acontecimentos sucedidos em Mueda. São muitas as lacunas e discussões historiográficas sobre o tema que oscilam entre o caráter étnico ou nacionalista do incidente, a filiação política dos indivíduos presentes e até mesmo o número

---

<sup>5</sup> CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475f. Tese (Doutorado-Programa de Antropologia social) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências humanas – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis//8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>6</sup> A antiga colônia inglesa, Tanganica, teve sua independência em 1961. Em 1964, após unir-se com a ilha do Zanzibar, tornou-se a Tanzânia.

<sup>7</sup> Os nomes destes dois protagonistas aparecem de diversas formas nas fontes e na historiografia existentes sobre o assunto: Faustino Vanomba/Vanombe; Chibilite/ Kibiriti/ Quibirite Vaduvane/Diwane/Divane.

<sup>8</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. A Luta Anticolonial, 1955-1961. In: HEDGES, David (coord.). *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*, 2ª Ed., Livraria Universitária, Maputo, 1999. p. 238-248.

<sup>9</sup> Os elementos constitutivos da descrição anterior estão presentes, geralmente, na maioria da bibliografia existente sobre o assunto, que será revisada logo adiante.

de mortos. Para além do ocorrido em frente à sede administrativa nos idos 16 de junho de 1960, o nosso interesse concentrou-se nas representações constituídas sobre o Massacre de Mueda pelo nacionalismo em Moçambique e sua difusão nas narrativas nacionais. Ao observarmos as narrativas nacionais constituídas pela Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO,<sup>10</sup> percebemos que vários sentidos foram atribuídos ao Massacre de Mueda ao longo da luta anticolonial e nos anos que se seguiram à independência de Moçambique. Visto, desde o início, como um momento de ruptura e elemento catalisador da luta armada em Moçambique contra o colonialismo português, este incidente foi (re)interpretado várias vezes ao longo deste período, assumindo, muitas das vezes, aspectos de um mito nacional.

### **Recorte temporal e espacial**

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa atendeu a uma necessidade observada a partir da análise do nosso objeto de estudo. Percebemos que somente a partir de um recorte temporal relativamente extenso poderíamos compreender a simbologia atribuída ao Massacre de Mueda nas narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO, visto que todo o período analisado esteve marcado pela presença deste grupo à frente de um projeto nacional que buscava a formação de uma nova sociedade revolucionária e de uma identidade nacional moçambicana. O ponto de partida para a análise é 1962, com o surgimento da FRELIMO e o início da divulgação de narrativas que englobavam o Massacre de Mueda. A análise termina em 1986, com a morte do presidente Samora Machel.<sup>11</sup> Esse momento foi marcado pelo início de uma “reconversão do projeto nacional”,<sup>12</sup> fruto das condições político-econômicas que vinham ocorrendo a nível interno e externo na década de 1980, e a consequente erosão do projeto socialista. Além disso, o recorte espacial apresentado ao longo desta pesquisa compreende a todo o território de Moçambique, visto que as narrativas nacionais são nosso objeto de estudo.

---

<sup>10</sup> Optamos por grafar o acrônimo “FRELIMO” em letras maiúsculas, assim como fizemos com os acrônimos de outros grupos políticos que aparecem ao longo deste trabalho. Estamos de acordo com uma tendência na historiografia moçambicana que tem buscado diferenciar o movimento revolucionário “FRELIMO” (letras maiúsculas), atuante durante a luta anticolonial, do Partido “Frelimo” (letras minúsculas) que ascendeu ao poder em 1975 e se proclamou um partido marxista-leninista em 1977. Entretanto, devido ao fato de que nosso objeto é analisado, em muitos momentos, a partir de um recorte temporal que aborda ambos os contextos, optamos por manter apenas uma das grafias, de forma a evitar confusões do leitor.

<sup>11</sup> Ainda hoje, o Massacre de Mueda continua a ser mobilizado e (re)interpretado pelas narrativas nacionais. Entretanto, devido à inviabilidade de se trabalhar com um recorte temporal tão alargado, durante uma pesquisa de mestrado, optou-se por analisar as narrativas produzidas até 1986.

<sup>12</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio (Org.). *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013. p. 140.

## Objetivos

O objetivo desta pesquisa foi compreender o caráter simbólico atribuído ao Massacre de Mueda nas narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO e suas relações com a identidade e a unidade nacional em Moçambique. Partimos da hipótese de que o Massacre de Mueda fez parte de narrativas de caráter nacionalista que variaram de acordo com o contexto histórico do país e objetivos da FRELIMO em determinado momento. O Massacre de Mueda teria sido usado como elemento mobilizador da população em torno da luta anticolonial, justificava a luta armada, fomentador da unidade nacional e, ainda, como argumento em favor da construção nacional e em oposição ao imperialismo e aos regimes racistas da África Austral. Dessa forma, um mesmo acontecimento foi mobilizado em diferentes momentos, mas carregado de novos elementos que iam ao encontro das necessidades dos articuladores das narrativas nacionais, bem como do contexto em que elas eram produzidas.

Para isto, acreditamos ser necessário:

1. Analisar as relações entre as narrativas nacionais e a criação de uma identidade nacional, bem como a importância destas narrativas nos processos de descolonização e de construção nacional.
2. Identificar as apropriações feitas do Massacre de Mueda ao longo da luta anticolonial, bem como compreender as razões que justificam estas apropriações.
3. Avaliar como o Massacre de Mueda aparece nas narrativas após a descolonização e as possíveis transformações sofridas por estas narrativas dentro de um novo contexto.

## Revisão crítica da historiografia

Os primeiros trabalhos a tratarem do Massacre de Mueda foram escritos por Eduardo Mondlane (1920-1969), sociólogo e primeiro presidente da FRELIMO, ainda na década de 1960.<sup>13</sup> Em *Lutar por Moçambique*, obra em que dedica maior atenção ao incidente em Mueda, Eduardo Mondlane trata do surgimento do nacionalismo e do avanço da luta armada em Moçambique. Partindo do pressuposto de que o nacionalismo moçambicano nasceu face

---

<sup>13</sup> MONDLANE, Eduardo. *Nationalism and Development in Mozambique*. Trabalho apresentado ao Projeto "Brasil-África Portuguesa" da Universidade da Califórnia, 27 e 28 de fevereiro de 1968. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7807/rec/97>. Acesso em: 30 mai. 2018;

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

aos sofrimentos impostos pelo colonialismo português, ele aponta o Massacre de Mueda como o momento de origem de uma consciência e unidade entre os moçambicanos.<sup>14</sup>

Para explicar o episódio, Mondlane usa como referência os relatos da militante da FRELIMO Teresinha Mblale e de Alberto Chipande, um dos chefes em Cabo Delgado durante a luta anticolonial. O testemunho de Alberto Chipande acerca do Massacre de Mueda chega a ser transcrito pelo autor da seguinte maneira:

Certos chefes trabalhavam no meio de nós. Alguns deles foram levados pelos Portugueses - Tiago Muller, Faustino Vanomba, Kibiriti Diwane- no massacre de Mueda em 16 de Junho de 1960. Como é que aquilo aconteceu? Bem, alguns dos homens puseram-se em contacto com a autoridade e pediram mais liberdade e mais salário... Depois, estando o povo a dar apoio a estes chefes, os Portugueses mandaram polícia pelas aldeias, convidando as populações para uma reunião em Mueda. Vários milhares vieram ouvir os Portugueses. Como depois se verificou, o administrador tinha pedido ao governador da província de Cabo Delgado que viesse de Porto Amélia e trouxesse uma companhia do exército. Mas estas tropas esconderam-se ao chegarem a Mueda. Ao princípio não as vimos. Então o governador convidou os nossos chefes a entrarem no edifício da Administração. Eu estava à espera do lado de fora. Ali estiveram durante quatro horas. Quando saíram para a varanda, o governador perguntou à multidão quem queria falar. Muitos queriam falar, e o governador disse-lhes que se colocassem à parte. Depois, sem mais uma palavra, mandou a policia amarrar as mãos daqueles que estavam à parte, e a policia começou a bater-lhes. Eu estava ao pé. Vi tudo. Quando o povo viu o que estava a acontecer, começou a manifestar-se contra os portugueses, e os portugueses limitaram-se a mandar avançar os camiões da policia para lá meter os presos. Contra isto continuaram as manifestações. Nesse momento a tropa ainda estava escondida e o povo avançou para a policia, tentando impedir que os presos fossem levados dali. Então o governador chamou a tropa, e, quando os soldados apareceram, mandou-os abrir fogo. Mataram à volta de 600 pessoas (...).<sup>15</sup>

Dando continuidade a sua explanação sobre o massacre, o autor ressalta o carácter violento do episódio e sua importância como catalisador para a aderência da população à luta armada contra o colonialismo, consequência da repressão portuguesa que alimentou o desejo do “povo moçambicano” de liberdade. De acordo com Mondlane, após o Massacre de Mueda, “em toda a região tinha-se levantado o mais amargo ódio contra os portugueses e era evidente,

---

<sup>14</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p.86.

<sup>15</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p 86.

uma vez por todas, que a resistência pacífica era fútil”.<sup>16</sup> Ou seja, o Massacre de Mueda além de ser a justificativa da luta armada, única opção devido à inflexibilidade portuguesa, também é visto como um estímulo à unidade nacional. Ademais, tende a ignorar a atuação de organizações políticas macondes oriundas da Tanzânia no processo de mobilização popular,<sup>17</sup> sem especificar a atuação de qualquer organização partidária no incidente. O Massacre de Mueda ocorreu a partir de “um aumento da agitação espontânea”, protagonizado por uma massa de camponeses.<sup>18</sup> Dessa forma, acaba por legitimar a liderança e atuação da FRELIMO, na medida em que anteriormente a ela nenhum outro grupo com aspirações políticas teria desenvolvido ações importantes.

As narrativas constituídas pela FRELIMO, objeto de análise desta pesquisa, são em grande parte bastante similares a esta narrativa histórica constituída por Eduardo Mondlane. Nesse sentido, o presidente da FRELIMO, além de arquiteto da unidade nacional, como é comumente reconhecido, pode ser considerado o primeiro arquiteto de uma história nacional oficial em Moçambique. Ele foi responsável por organizar uma narrativa histórica bastante completa sobre o processo de colonização e o surgimento do nacionalismo em Moçambique. Nos escritos de Mondlane, o Massacre de Mueda aparece inserido em uma longa narrativa histórica que liga as formas de resistência mais antigas ao surgimento da FRELIMO, visto como momento máximo do anticolonialismo em Moçambique. Essa perspectiva permeou vários trabalhos que acabaram por relacionar o Massacre de Mueda diretamente à criação da FRELIMO.

Nesse sentido, um aspecto que muito se discute ao analisar a produção historiográfica é a dificuldade metodológica para se tratar desse caso. Os testemunhos existentes são normalmente de indivíduos que se envolveram na luta armada e trazem um olhar sobre o incidente em Mueda influenciado por toda a experiência anticolonial e com uma visão retrospectiva marcada pela vitória da FRELIMO sobre o colonialismo português.<sup>19</sup> Por outro lado, as fontes da administração colonial existentes, datadas da época do Massacre de Mueda, também não estão isentas de problemas, pois além do desencontro de informações, havia um

<sup>16</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p. 86.

<sup>17</sup> A independência do país ocorreu de forma negociada num processo de transição iniciado ainda na década de 1950. Ao longo da década de 1950 os partidos nacionalistas formados por africanos foram inserido nos processos eleitorais e no conselho legislativo, e em dezembro de 1961 alcançou sua independência total. Ver: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África em sala de aula: visita a História contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 217-224.

<sup>18</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p. 85

<sup>19</sup> BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. *Da Idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique*. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, nº 5/6, p. 29-52, 1986.

interesse da administração do distrito em reduzir a gravidade do incidente diante do olhar da administração provincial. Nesse sentido, trabalhos que priorizam os testemunhos tendem a ser influenciados por uma visão nacionalista, enquanto aqueles que dão mais atenção às fontes coloniais tendem a amenizar o incidente. Portanto, a contraposição de diferentes tipos de fontes aparece como algo essencial.

A partir da década de 1990, alguns trabalhos surgiram trazendo uma abordagem que questionava a história oficial construída sobre o tema e uma maior preocupação metodológica ao tratar do tema. Por exemplo, em 1991, os historiadores moçambicanos Tereza Cruz e Silva e Alexandrino José ressaltaram a importância do uso de uma metodologia adequada para as fontes na produção historiográfica.<sup>20</sup> Nesse trabalho, os autores usam o Massacre de Mueda como o exemplo máximo da manipulação de fontes na história de Moçambique. Eles chamam atenção para a necessidade das fontes receberem uma metodologia apropriada, além de atenta, para os processos seletivos da memória, inconscientes ou não, envolvidos no Massacre.

Além disso, em 1993 foi publicada uma edição do Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique que tinha como tema a província de Cabo Delgado e apresentou trabalhos com contribuições importantes para uma análise crítica do incidente em Mueda. Desta edição faz parte um capítulo da tese de doutoramento do historiador moçambicano Yussuf Adam sobre o distrito de Mueda.<sup>21</sup> O autor faz uma análise histórica da região desde antes da colonização portuguesa até a conjuntura pós-independência, importante por elucidar as características socioculturais, econômicas e políticas de Mueda ao longo prazo. O historiador descreve a situação que levou ao incidente e aponta as contradições existentes entre os testemunhos oculares e os relatos nacionalistas, mas de forma bastante breve. Além disso, não faz uma investigação sobre os desdobramentos do Massacre.

O mesmo autor, juntamente com Hilário A. Dyuti, lançou na mesma publicação uma coletânea de testemunhos sobre o Massacre de Mueda, um importante avanço na disponibilização de fontes sobre o assunto, acompanhadas de uma discussão sobre o uso desses testemunhos na historiografia.<sup>22</sup> Ainda na mesma obra, outra fonte sobre o Massacre de

---

<sup>20</sup> SILVA, Tereza Cruz e; JOSÉ, Alexandrino. História e a Problemática das Fontes. In: JOSÉ, Alexandrino; MENESES, Paula Maria G. *Moçambique – 16 Anos de Historiografia*, Maputo, p. 17-27, 1991.

<sup>21</sup> ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. p. 9-101  
ADAM, Yussuf. *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo: Trajetória de Moçambique Pós-colonial, 1975-1990*. Maputo: Promedia, 2006, 480 p.

<sup>22</sup> ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. *Arquivo*, nº 14, Maputo (Moçambique), p.117-128, 1993.

Mueda foi publicada, o processo judicial de Kibiriti Diwane e Faustino Vanomba, líderes do movimento que levou ao massacre. A publicação do documento é acompanhada de uma análise do historiador João Paulo Borges Coelho na qual o autor pontua a incapacidade de atuação do governo colonial português frente ao surgimento dos movimentos nacionalistas, devido à falta de uma estratégia colonial e à existência de um aparelho estatal burocrático e pouco coeso.<sup>23</sup>

Uma historiografia do nacionalismo associou o Massacre de Mueda diretamente à Moçambique African National Union (MANU) e, conseqüentemente, à FRELIMO.<sup>24</sup> Assim como nas narrativas impressas pela FRELIMO, estes trabalhos historiográficos tratam a MANU como uma organização de caráter étnico-nacionalista, com interesses locais, no máximo regionais, e sem uma estratégia coerente para se alcançar a independência contra o colonialismo português. Portanto, de certa forma, estes trabalhos refletem as narrativas criadas no seio do movimento de libertação que negam a capacidade dos movimentos anteriores à FRELIMO em organizar a luta anticolonial num formato nacional. De acordo com esta perspectiva, somente com a fundação da FRELIMO teria surgido um partido nacionalista em Moçambique.

Em 1999, Michel Cahen publicou um trabalho, ainda em progresso, criticando o uso do Massacre de Mueda pela FRELIMO.<sup>25</sup> O autor apontou que uma “história muito funcional” foi constituída pelo movimento nacionalista e contestou as principais informações existentes sobre o Massacre apresentadas até então, como o número de mortos, a força militar colonial usada na repressão e as forças políticas envolvidas neste incidente. Para o autor, o massacre provocou entre 9 e 36 mortes, um número bastante menor do apresentado por outros relatos sobre o episódio (cerca de 500/600). Para tal análise, Cahen afirmou ter utilizado fontes portuguesas e moçambicanas. Entretanto, este trabalho em progresso não mostra as fontes citadas e não tem um aparato bibliográfico completo. Infelizmente, um trabalho mais completo não foi publicado até então. Apesar disso, é importante a discussão iniciada pelo autor sobre as apropriações do Massacre de Mueda pela FRELIMO e os impactos negativos disso sobre a historiografia de Moçambique.

---

<sup>23</sup>BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe. *Arquivo*, nº 14, p.129-154, 1993.

<sup>24</sup>ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From Colonialism To Revolution, 1900-1982*. Westview Press, Colorado. 1983;

HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. *A Luta Anticolonial, 1955-1961*. p. 238-248.

<sup>25</sup>CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. *Africana Studia*, Porto, nº 2, p. 29-46, 1999.



A ideia trazida por Michel Cahen que mais destoou dos estudos já existentes sobre o assunto foi a informação de que Faustino Vanomba e Kibiriti Diwane não eram membros da Tanganyika Mozambique Makonde Union (TMMU) que deu origem à MANU, mas sim da associação Mozambique African Association (MAA), também conhecida no planalto como Sociedade dos Africanos de Moçambique (SAM). Dessa forma, este trabalho questionou a atribuição do Massacre de Mueda à MANU. Ademais, aponta o caráter étnico da MAA-SAM e lhe nega qualquer aspecto nacional, na medida em que argumenta que o objetivo do grupo manifestante em Mueda não era a independência, mas sim o retorno a Moçambique da comunidade maconde emigrada para o Tanganica. O movimento não era em defesa da independência, mas da "liberdade para a terra", de uma vida melhor.<sup>26</sup> Para isto, teriam ido negociar com a administração local de Mueda.

Por outro lado, trabalhos mais recentes têm apontado o caráter nacionalista dos partidos que deram origem à FRELIMO, em especial a MANU. Em tese defendida no ano de 2009, a historiadora portuguesa Olga M. L. S. I. Neves argumentou que o objetivo da MANU era a independência de Moçambique como um todo, apesar de sua atuação ter incidido, sobretudo, sobre os macondes. No entanto, esse grupo político era marcado por fragilidades e, por isso, defende a autora que 1962 – ano de formação da FRELIMO - foi “o ponto mais alto da resistência moçambicana ao regime colonial português”, quando se deu a “formação, a prática e a ideologia dos movimentos de libertação”.<sup>27</sup> Nesse sentido, Neves defendeu que o Massacre de Mueda não foi apenas um levantamento das massas camponesas contra a situação colonial, mas sim o resultado das ações políticas da MANU na região. Ademais, ressalta que o impacto social e político do incidente permitiu a consciência de que somente a violência poderia trazer a independência aos moçambicanos.

Em um artigo publicado em 2013, o historiador e diretor do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Joel das Neves Tembe,<sup>28</sup> criticou o fato da história da MANU ter sido escrita de uma forma muito funcional, relacionada diretamente às narrativas nacionalistas sobre o Massacre de Mueda. Através da análise documentos da MANU,<sup>29</sup> o autor argumentou

---

<sup>26</sup> CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress.

<sup>27</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *O movimento associativo africano em Moçambique*. Tradição e luta (1926-1962). 2009. 343f. Tese (Doutorado em História Económica e Social) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. p. 206.

<sup>28</sup> TEMBE, Joel das Neves. *Uhuru na Kazi: Recapturing MANU Nationalism through the Archive*. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, p. 257-279, 2013.

<sup>29</sup> A documentação analisada pelo autor faz parte do arquivo da FRELIMO que, infelizmente, durante minha estadia em Moçambique, ainda possuía acesso restrito.

que não era um grupo exclusivo de macondes, mas que integrou vários grupos etnolinguísticos do Norte de Moçambique como os povos Yao, Nianja e Macua e que apresentou um discurso político reivindicando a unidade nacional. A MANU teria criado um discurso anticolonial que era a favor da libertação de Moçambique e não apenas do território maconde. Além disso, aponta um desejo de transformação social e política presente nas propostas do Partido, que defendia a participação das mulheres na luta política e a educação, pautas que estariam presentes na luta desenvolvida pela FRELIMO.

Em tese defendida no ano de 2016, a historiadora Lia Dias Laranjeiras buscou traçar as conexões entre a produção artística e a atuação política maconde no processo de independência.<sup>30</sup> Seu terceiro capítulo foi destinado à organização associativa e política da população maconde emigrante no Tanganica e ao episódio do Massacre de Mueda. Por meio de uma análise conjunta da documentação colonial, de depoimentos e de representações artísticas do Massacre de Mueda, a autora buscou compreender as tensões e negociações entre a população maconde de Moçambique e o governo colonial português que resultaram no Massacre de Mueda em 1960. O trabalho avança bastante sobre o tema, na medida em que traz depoimentos de pessoas que até então não tinham tido muita visibilidade, como Simoni Nchucha, um dos presos na delegação que chegou à Mueda anteriormente ao massacre. Ademais, a autora analisou as ressonâncias do Massacre de Mueda logo depois do episódio num âmbito internacional como crítica ao colonialismo português.

Mais recentemente, em 2017, Paolo Israel trouxe uma interpretação do Massacre de Mueda a partir das canções maconde.<sup>31</sup> Trazendo uma metodologia que parte da análise estilística de canções, entrevistas e documentos da época, o autor tenta reconstituir os significados do incidente para a população naquele contexto. O autor pensou o incidente ocorrido em Mueda a partir de sua dimensão simbólica, dos sentimentos e imaginação existentes dentre a população do Planalto de Mueda naquele contexto. Ele chegou à conclusão que a reivindicação por independência estava presente dentre a população, mas longe de um nacionalismo como o definido pela FRELIMO. Assim, o movimento entre os macondes que levou ao massacre ser o reflexo de um conjunto de sentimentos e aspirações pertencentes à

---

<sup>30</sup>LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974)*. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>31</sup> ISRAEL, Paolo. Mueda Massacre: the Musical Archive. *Journal of Southern African Studies*, v. 43, ed. 6, p. 1157-1179, Dez. 2017.

fase de transição do início dos anos 1960, quando a independência era tida como algo utópico no imaginário político da população naquele momento.

Além disso, Paolo Israel indica que a chegada dos grupos de emigrantes teria sido vista em Mueda com expectativas messiânicas.<sup>32</sup> O autor cita como exemplos relatos colhidos por ele que descrevem a invulnerabilidade de Kibiriti Diwane, as procissões realizadas das aldeias até a sede de Mueda e a chuva torrencial que caía no dia, vista como um sinal de desastre. O evento teria se desenrolado à maneira de se tornar um mito já naquela época. Existia uma ideia utópica de independência, mais sonhada do que organizada, inflamada pela notícia de que a independência ocorria em outros lugares do continente africano. O massacre teria reprimido esses anseios utópicos dentre parte da população local, que segundo o autor teria criado uma resistência aos movimentos que então surgiam reivindicando a independência.

Em forma de conclusão da revisão historiográfica, notamos que não foram produzidos estudos suficientes para compreendermos de forma satisfatória os processos em que se deram o Massacre de Mueda. Ressaltamos que continua existindo uma grande falta de consenso entre os estudiosos que tratam do tema, principalmente no que diz respeito ao número de mortos e às influências políticas presentes, bem como os interesses de seus participantes. Nesse sentido, ainda há uma série de lacunas nos trabalhos, algumas que provavelmente nunca conseguiremos preencher, visto que os resultados dos trabalhos são muito diferentes de acordo com as fontes priorizadas pelos estudiosos. Apesar destas dificuldades, as pesquisas realizadas nas últimas duas décadas têm apresentado um olhar mais criterioso ao analisar o caso a partir de diferentes fontes e trazer para o debate elementos importantes como a memória social e a apropriação do Massacre de Mueda pelos movimentos nacionalistas.

As narrativas nacionais oficiais, determinadas pelas experiências da luta anticolonial levada a cabo pela FRELIMO, influenciaram profundamente e por um longo tempo o modo de se escrever a história de Moçambique. A maior parte dos trabalhos existentes sobre o Massacre de Mueda não conseguiu se desvencilhar desta influência. Estas narrativas nacionais existentes sobre o episódio apresentavam um caráter hegemônico e foram usadas por muitos como uma verdade absoluta, sem a confrontação com outras fontes ou uma análise profunda sobre a constituição destas narrativas, seus contextos e os aspectos linguísticos utilizados.

---

<sup>32</sup> ISRAEL, Paolo. Mueda Massacre: the Musical Archive. *Journal of Southern African Studies*.

Esta pesquisa propõe uma análise crítica destas narrativas através de uma investigação cuidadosa de seus aspectos constitutivos e de seus contextos de origem. Assim, buscou-se analisá-las a partir de uma reconstituição dos contextos em que foram criadas, além de uma observação atenta da constituição linguística e discursiva destas narrativas, vistas como um reflexo de certas vontades e dos conhecimentos político-ideológicos de quem as produziu. Neste sentido, esta pesquisa se diferencia das demais, na medida em que é a primeira a analisar as especificidades das narrativas e dos sentidos que elas atribuem ao Massacre de Mueda.

Assim, buscou-se compreender como estas narrativas que se apropriaram do Massacre de Mueda fizeram parte de um imaginário nacional. Durante os processos de luta anticolonial e de busca pela construção da nação, a constituição de narrativas nacionais teve um papel importante para a compreensão da realidade colonial e a mobilização em prol de um futuro diferente. Devido à inexistência de trabalhos que apontem com profundidade as apropriações do Massacre de Mueda pela FRELIMO e seus impactos dentro de um imaginário nacional, estas narrativas serão analisadas com a finalidade de percebermos como e o porquê que o Massacre de Mueda tornou-se um marco do nacionalismo em Moçambique. Em outras palavras, o objetivo desta pesquisa foi compreender as representações atribuídas ao Massacre de Mueda nas narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO e suas relações com a instituição da identidade e da unidade nacional em Moçambique.

### **Documentação e metodologia**

Esta pesquisa surgiu durante um intercâmbio acadêmico realizado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo/Moçambique, ao longo do primeiro semestre de 2014, quando ainda estava cursando a graduação em História.<sup>33</sup> Durante o tempo passado no país, pude aprofundar meus estudos sobre a história contemporânea moçambicana através de pesquisas na Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM) e no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), que se mostraram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Ademais, esta estadia em Moçambique contribuiu para a compreensão do peso que o nacionalismo e a experiência anticolonial tiveram, e ainda têm, sobre a vida das pessoas e

---

<sup>33</sup> Intercâmbio através do Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP, no âmbito do projeto *As relações sócio-políticas contemporâneas entre Brasil e Moçambique (1960-2010)*, realizado entre fevereiro e junho de 2014 na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Maputo – Moçambique, sob a orientação dos professores Vanicléia Silva Santos (UFMG-Brasil) e Joel das Neves Tembe (UEM-Moçambique).

seus modos de ver o mundo. Interessou-me muito as formas encontradas para narrar as experiências da luta anticolonial moçambicana. Nesse sentido, um elemento se destacou nestas narrativas: o Massacre de Mueda e o papel simbólico que desempenhou na construção nacional, não só ao longo da luta anticolonial, mas também nos anos que se seguiram a independência de Moçambique.

Para a produção desta dissertação foi analisada a documentação de imprensa publicada pela FRELIMO, especialmente os boletins informativos,<sup>34</sup> ao longo do processo de descolonização (1962-1975). Estes boletins, publicados em diferentes línguas, traziam notícias nacionais e internacionais, discursos políticos e denúncias do colonialismo, *apartheid* e imperialismo. Dentre a documentação impressa, também foram utilizados os discursos políticos publicados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e documentos referentes aos congressos da FRELIMO. A este material somaram-se edições dos jornais *Notícias* e *Notícias da Beira*, algumas reportagens pertencentes à revista Tempo e cartazes, publicados após a independência (1975-1986). Ademais, realizamos a análise de narrativas orais coletadas entre participantes da luta armada e sobreviventes ao Massacre de Mueda, publicadas em livros ou revistas.

Esta pesquisa se encaixa num movimento que tem pensado as narrativas nacionais como um objeto passível de análise e importante para o entendimento histórico. À vista disso, as publicações da FRELIMO têm sido alvo de uma crescente análise, em que se pensa a constituição dessas narrativas de emancipação e sua importância na formação da identidade nacional moçambicana e na legitimação da autoridade da FRELIMO e de seu monopólio da explicação histórica no período pós-independência. Diante disso, os documentos aqui presentes devem ser pensados a partir do pressuposto de que estes constituem uma narrativa de formação nacional que integra uma “política do passado” desenvolvida pela FRELIMO,

---

<sup>34</sup> Os boletins informativos aparecem sob títulos diferentes em diferentes momentos e de acordo com o local e língua de sua publicação (Boletim de Informação/ Boletim Nacional/ A Voz da Revolução/ Mozambique Revolution, etc.). Ver: DARCH, Colin. As publicações da Frelimo: Um estudo preliminar. *Estudos Moçambicanos*, nº 2, p. 105-120, 1981.

Os boletins informativos, bem como outros documentos publicados ao longo da luta anticolonial, aqui analisados, fazem parte da coleção *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*, recolhida pelo cientista político Ronald H. Chilcote, e estão disponíveis para consulta na biblioteca digital da Universidade da Carolina do Sul (USC) em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/landingpage/collection/p15799coll60>.

conceitos apresentados pelo historiador João Paulo Borges Coelho e que permearam todo este trabalho.<sup>35</sup>

Tomaremos a análise dessa documentação no âmbito das representações, sendo que são por meio das representações que “os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo”.<sup>36</sup> Que sentidos estas narrativas nacionais procuraram dar ao Massacre de Mueda, tendo em conta que estas narrativas foram desenvolvidas por uma elite política vista como a única liderança possível durante os processos de emancipação? Com a conquista da independência, como estas narrativas contribuiriam para a manutenção da FRELIMO no poder? Ainda, como estes sentidos teriam sido recebidos pela população, tendo em conta suas vivências e visões de mundo? Entendemos que essas representações se dão em processos dinâmicos, na medida em que são construídas historicamente e apoiadas nas relações de poder e conflitos sociais.<sup>37</sup>

É necessário não tomar estas narrativas como verdades em si. Estas narrativas devem ser vistas como um objeto de atenta análise, onde devem ser observados seus aspectos internos constitutivos, bem como seu contexto de produção. Ademais, é importante que busquemos conhecer os interesses por trás destas narrativas, bem como a constituição destas narrativas. Quais os interesses de quem as produzem? Em que contexto são escritas? Quais são seus elementos constitutivos? Por que alguns elementos são mobilizados em dados momentos e em outros não? Quais suas influências político-ideológicas? De que forma estas narrativas chegaram ao público e como foram recebidas? Estas são questões que não devemos perder de vista ao longo da análise, somente desta forma podemos nos aproximar dos sentidos destas narrativas.

A documentação de imprensa mostrou-se fundamental para compreendermos as narrativas nacionais desenvolvidas pela FRELIMO e como o Massacre de Mueda esteve inserido nelas. A imprensa, como veículo destas narrativas, deve ser vista como uma força social ativa que nos permite refletir sobre sua historicidade e o contexto estudado. Ela atua na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica, divulgação de

---

<sup>35</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, p. 10-19, 2013.

BORGES COELHO, João Paulo. *Memory, History, Fiction – a Note on the Politics of the Past in Mozambique*. Conferência apresentada na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, Outubro de 2010. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/estilhacos\\_do\\_imperio/comprometidos/pages/en/publications.html](http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/pages/en/publications.html). Acesso em: 10 mai. 2018.

<sup>36</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991, p.177.

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. p.173-191.

projetos, valores, ideias, comportamentos, etc.<sup>38</sup> Desta forma, é nosso interesse compreender como as narrativas de formação nacional, presentes em boletins, jornais e revistas, dentre outros meios informativos, teriam influenciado a construção das representações de um imaginário nacional. Como este material teria contribuído para a transformação do Massacre de Mueda em um mito fundador da nação moçambicana?

Portanto, a imprensa deve ser vista como uma linguagem constitutiva e atuante no meio social. Por outro lado, estas narrativas e sua veiculação na imprensa dependem de uma resposta social, do reconhecimento do outro. Estas narrativas dependem de um contrato de enunciação, visto que o “discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem” e depende diretamente da legitimidade social.<sup>39</sup> Num jogo dialógico, estas narrativas influenciaram as representações constituídas sobre o Massacre de Mueda dentro de um imaginário nacional, mas foram e são influenciadas por este imaginário também. Portanto, é importante ponderar até que ponto estas narrativas foram meras criações políticas da FRELIMO e em que medida incorporavam elementos de uma memória social e de um imaginário já existente sobre o incidente ocorrido em Mueda.

Buscamos ficar atentos para os diversos elementos que perpassam a produção e difusão dos documentos analisados nessa pesquisa. Para se evitar análises simplistas, buscamos uma constante historicização das fontes. Inicialmente, realizamos uma observação mais ampla destas publicações, levando em consideração a materialidade, a organização dos conteúdos nas páginas, opções estéticas, escolha das reportagens, etc. Ademais, pensou-se nos processos de criação e de acessibilidade deste material impresso, como o grupo responsável pela publicação, seus colaboradores, financiadores, o público alvo, produção e distribuição. Num segundo momento, foram analisadas de forma mais detalhada as reportagens que traziam o Massacre de Mueda como tema. Realizamos uma seleção destas reportagens, acompanhada de um levantamento dos elementos narrativos constitutivos dos textos, sejam eles materiais ou simbólicos. Também, realizamos uma análise comparativa, a partir da qual observamos as variações discursivas presentes nestas narrativas ao longo de todo o período analisado.

---

<sup>38</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

<sup>39</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 53.

Ademais, entendemos que a imprensa é responsável por elaborar uma série de “referências homogêneas e cristalizadas” que são utilizadas na constituição da memória social. A todo o momento, a imprensa “articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro”.<sup>40</sup> Logo, a imprensa teria sido um elemento importante para o “enquadramento da memória” e, conseqüentemente, a coesão nacional.<sup>41</sup> Na tentativa de perceber o impacto dessas narrativas diante de um imaginário sobre o Massacre de Mueda, achamos essencial o cruzamento entre as fontes publicadas pela FRELIMO, retrato de uma memória oficial, com as narrativas orais existentes, reflexo de uma memória social e coletiva sobre o ocorrido.

Ao longo desta pesquisa não foi possível realizarmos entrevistas diretas com os sobreviventes do massacre. No entanto, analisamos memórias e autobiografias publicadas por participantes da luta armada. Analisamos também um conjunto de entrevistas coletadas e publicadas por alguns estudiosos de Moçambique, publicações que vem ganhando visibilidade no mundo editorial moçambicano nas últimas décadas. Uma série de cuidados tem que ser tomada com esse material, visto que estas compilações de entrevistas passaram por uma série de filtros: o filtro do tempo, dos esquecimentos, o filtro da consciência do entrevistado, o filtro do entrevistador, o filtro da edição e, por fim, nosso filtro para a constituição desta pesquisa. Apesar de não ser o meio ideal, este conjunto documental contribuiu para deixar nosso trabalho mais rico, na medida em que podemos confrontar algumas informações e observar alguns elementos da memória social existente sobre o Massacre de Mueda.

Estas publicações de testemunhos orais têm contribuído bastante para o avanço de pesquisas sobre a descolonização através da disponibilização de um material documental que nem sempre é possível acessar devido à escassez de recursos. No entanto, cabe a nós perguntar: A quem tem servido estas memórias dos testemunhos do massacre? Este tipo de publicação avançou bastante da década de 1990 pra cá, após o processo de democratização em Moçambique. Entretanto, é bastante visível que a maior parte das memórias e autobiografias publicadas é de pessoas influentes, especialmente de membros da FRELIMO que ainda

---

<sup>40</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. p. 259.

<sup>41</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 9.



ocupam posições de poder. As entrevistas coletadas e publicadas, também obedecem a este critério de proximidade com a FRELIMO, um exemplo disso é que ex-combatentes que ao longo do tempo se voltaram contra a FRELIMO ou aqueles caracterizados como “comprometidos” após a independência não aparecem nestas compilações.<sup>42</sup> Assim, nos perguntamos que lugar social ocupam estes entrevistados? Ademais, a quem é dada a voz e que vozes ainda continuam silenciadas, na tentativa de dar visibilidade às narrativas que reforçam a hegemonia da FRELIMO?

### **Apresentação dos Capítulos**

O primeiro capítulo desta dissertação, intitulado *O Massacre de Mueda e as narrativas nacionais: a FRELIMO e a busca pela moçambicanidade*, discutirá a constituição das narrativas nacionais em Moçambique. Começamos por analisar a repercussão das ideias nacionalistas no Planalto Maconde e, conseqüentemente, a ocorrência do Massacre de Mueda. Buscamos entender como este acontecimento tornou-se parte importante das narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO, num contexto de descolonização e construção nacional. Partimos do pressuposto de que as narrativas constituídas pela FRELIMO foram essenciais para o sucesso da luta anticolonial e sua ascensão ao poder com a conquista da independência em 1975, tendo a propaganda como um elemento tão importante quanto a própria luta armada. Ademais, cabe discutir a composição e organização destas novas narrativas sobre o território moçambicano, muito influenciadas pelo aparato político-ideológico marxista, presente dentre alguns setores da FRELIMO e que ganhou força com o decorrer da luta. Por fim, pretende-se avaliar a relação entre estas narrativas e a busca por uma identidade nacional, incorporada no Homem Novo, figura essencial para o projeto de nação que então se buscava colocar em prática.

O segundo capítulo, intitulado *O Massacre de Mueda e a Descolonização de Moçambique: Unidade e Luta Anticolonial (1962-1975)*, é voltado para a análise das narrativas construídas pela FRELIMO ao longo da luta anticolonial sobre o Massacre de Mueda. Neste momento, a partir dos documentos publicados pela FRELIMO entre 1962 e 1975, buscaremos compreender as apropriações feitas do Massacre de Mueda em prol da luta anticolonial. Tentamos alcançar as razões da escolha do Massacre de Mueda para este propósito, quando percebemos o potencial deste acontecimento para o processo de

---

<sup>42</sup> No contexto pós-independência, marcado por um enquadramento e homogeneização da identidade, entendia-se como comprometidos todos aqueles considerados suspeitos, pois, mesmo apoiando a revolução, tinham alguma passagem comprometedoras no seu passado.

mobilização e unificação da população em torno da luta anticolonial. Ademais, nos preocupamos em discutir os usos do Massacre de Mueda como justificativa para a escolha da luta armada, vista como meio de se chegar à independência. Nesse sentido, buscamos analisar o papel da contra-violência na libertação do povo moçambicano em oposição à natureza violenta do colonialismo português.

O terceiro capítulo, intitulado “*A luta continua!*”: *A Construção Nacional e o Massacre de Mueda no Pós-Independência (1975-1986)*, compreenderá a análise dos usos do Massacre de Mueda após a independência, no período que compreende entre 1975 e 1986. Nosso objetivo é compreender as variações discursivas que as narrativas nacionais sofreram neste contexto. O Massacre de Mueda continuou a fazer parte das narrativas históricas nacionais da FRELIMO, mantendo sua função explicativa e mobilizadora em prol da construção nacional. Ademais, estas narrativas receberam novos elementos em consonância com a situação vivida pelo país, num contexto marcado pela guerra civil, pelas dificuldades de desenvolvimento e por conflitos regionais resultantes da oposição aos regimes racistas da África Austral.

# **CAPÍTULO 1 - O MASSACRE DE MUEDA E AS NARRATIVAS NACIONAIS: A FRELIMO E A BUSCA PELA MOÇAMBICANIDADE**

*Este governo diz que somos filhos deles, quer  
dizer que, quando os filhos perguntam alguma  
coisa, matam?!*

- António Bravo Dalepa<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Relato de António Bravo Dalepa. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. Maputo: Marimbique, 2012, p. 174.

Os nacionalismos em África são um legado da dominação colonial, formados a partir da mobilização de ressentimentos africanos frente à enorme assimetria colonial vivida desde o fim do século XIX.<sup>44</sup> Como argumentou Frantz Fanon,<sup>45</sup> o colonialismo é “uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’”. Por meio dessa constante pergunta, ao se deparar com o Outro, o colonizado constrói uma identidade para si. Dessa forma, o nacionalismo moçambicano teve suas origens nas estruturas e ações do Estado colonial português, na dicotomia existente entre o *nós moçambicanos* e o *eles colonialistas portugueses*.<sup>46</sup> Como é indicado por Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO,

a afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, económica, territorial e linguística. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial.<sup>47</sup>

Nesse sentido, é importante ressaltar o caráter histórico do nacionalismo, este deve ser entendido como uma construção política e social, uma “síntese de noções e de sentimentos referida à agregação de vários grupos numa ‘comunidade’”, frequentemente ainda em construção, inacabada.<sup>48</sup> Ainda, entendemos que a constituição da identidade nacional se dá de forma dialética, visto que os indivíduos são constituídos “nas e pelas suas relações uns com os outros”, são nas relações contínuas estabelecidas nos encontros coloniais que colonizador e colonizado são forjados em “circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada”.<sup>49</sup> Assim, foram nas zonas de contato do espaço colonial em Moçambique, num ambiente de violências e imposições do colonialismo português, que se constituíram os movimentos

---

<sup>44</sup> NASCIMENTO, Augusto. Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio (Org.). *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013. p. 12-42.

<sup>45</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 212.

<sup>46</sup> RIBEIRO, Fernando Bessa. A Invenção dos Heróis: Nação, História e Discursos de Identidade em Moçambique. *Etnográfica*, v. IX (2), p. 257-275, 2005.

<sup>47</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p.72.

<sup>48</sup> NASCIMENTO, Augusto. Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África. p. 13.

<sup>49</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 31-32.

nacionalistas e a busca por uma identidade nacional moçambicana, a chamada moçambicanidade.

A FRELIMO, formada em 1962, atuou profundamente no avanço das ideias nacionalistas em Moçambique. Concebida como uma frente ampla, conseguiu atrair um grande número de nacionalistas e tomar a dianteira na luta anticolonial com um projeto nacional amplo e consistente. Na busca pela construção da moçambicanidade, a FRELIMO, desde sua criação, foi capaz de estruturar e organizar uma grande narrativa nacional e veiculá-la em diferentes meios educacionais e propagandísticos. Esta narrativa, a qual foi atribuída um caráter oficial, baseou-se nos sentimentos e nas experiências vividos durante o período colonial e mobilizou os povos do território moçambicano em favor do fim do colonialismo e na defesa de uma identidade própria. Assim, esta narrativa foi essencial para o sucesso da luta anticolonial levada a cabo pela FRELIMO e sua ascensão ao poder com a conquista da independência em 1975, sendo sua difusão um elemento tão importante quanto a própria luta armada, colocada em curso a partir de 1964.

Ademais, a FRELIMO procurou congregar os diversos grupos e criar sentimentos de pertencimento entre eles através da sacralização dos mitos de origem e de fundação, bem como do desenvolvimento de ritos e símbolos.<sup>50</sup> Isto era essencial para o processo de criação de uma memória e de uma identidade coletivas. Nesse sentido, os investimentos feitos em prol da criação da identidade nacional foram marcados pela busca do Homem Novo, figura bastante importante ao longo do processo de descolonização e de construção nacional em Moçambique, visto que a partir desse modelo identitário traçou-se expectativas para a nova nação e buscou-se definir as formas de ser e de se pensar o moçambicano.

Nesse contexto, foi atribuído ao Massacre de Mueda um papel importante nas narrativas nacionais. Este foi apresentado como uma espécie de mito de origem do nacionalismo moçambicano, o movimento catalisador da consciência nacional e sobre o qual foram instituídos ritos bastante simbólicos, como comemorações anuais realizadas em vários pontos do território nacional e sua encenação anual no Planalto de Mueda pelos povos macondes, iniciada ainda no período colonial. Ademais, foi um acontecimento bastante representado nas

---

<sup>50</sup> CATROGA, Fernando. Pátria, Nação, Nacionalismo. In: PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares; TORGAL, Luis Reis (coord.). *Comunidades Imaginadas, Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008. p. 24.

narrativas nacionais e constantemente reorganizado e ressignificado de acordo com as circunstâncias exigidas pelo presente, tal como é feito até os dias de hoje.

### **1.1 – A repercussão das ideias nacionalistas no Planalto Maconde e o Massacre de Mueda**

A situação já não andava boa para o colonialismo português no período que antecedeu o Massacre de Mueda. Após a Segunda Guerra Mundial, enquanto as outras potências colonizadoras se questionavam sobre o futuro de suas colônias, Portugal aumentou os mecanismos de controle sobre as suas. Ao mesmo tempo, os portugueses ampliaram os mecanismos repressivos e discriminatórios nas colônias e introduziram um modelo de desenvolvimento econômico baseado num profundo intervencionismo do Estado colonial nos processos produtivos.<sup>51</sup> Em Mueda, estas transformações significaram o aumento da exploração rural e o agravamento da situação de pobreza entre a população.

Anna Maria Gentilli aponta que, nos anos 1950, uma política de cultivo do algodão foi sistematicamente implementada no Norte de Moçambique, provocando maior fiscalização dos cultivos obrigatórios, fortalecimento da legislação do recrutamento de mão de obra e maior organização do sistema de arrecadação de impostos.<sup>52</sup> Além disso, indica que um novo tratamento foi dado às autoridades tradicionais com incentivos e privilégios que visavam fortalecer a administração colonial. Tal situação aumentou a pressão sobre a população moçambicana e gerou resistências. Ademais, o controle sobre a população também foi modificado – foram reprimidas mais intensamente as atividades políticas moçambicanas.

Neste contexto, já haviam surgido movimentos que contestavam a política colonial em várias partes da África, como o movimento Mau-Mau no Quênia e outros movimentos nacionalistas que vinham sendo atendidos na África Ocidental e na Tanzânia e os protestos contrários à institucionalização do *Apartheid* na África do Sul. Estes movimentos provocaram medo na administração portuguesa, que passou a assumir posições coercitivas mais radicais e a fortalecer os aparelhos administrativos.<sup>53</sup> As prisões, a tortura e a deportação tornaram-se práticas cada vez mais comuns nas colônias portuguesas. Tanto que na altura do incidente em Mueda, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) já atuava em Moçambique e,

---

<sup>51</sup> GENTILLI, Anna Maria. A subversão no Distrito de Cabo Delgado – 1950-1960 – Segundo as fontes administrativas locais. *Arquivo*, nº 14, 1993. p. 103-105.

<sup>52</sup> GENTILLI, Anna Maria. A subversão no Distrito de Cabo Delgado – 1950-1960 – Segundo as fontes administrativas locais. p. 103-116.

<sup>53</sup> GENTILLI, Anna Maria. A subversão no Distrito de Cabo Delgado – 1950-1960 – Segundo as fontes administrativas locais. p. 104.

nos anos seguintes, ela teve seus recursos ampliados, chegando a criar subdelegações em todo o território colonial.<sup>54</sup>

Aos olhos da administração portuguesa, o processo de independência da Tanzânia era um problema especial. Temia-se um movimento dentre os moçambicanos de aderir ao país vizinho, principalmente nos territórios da fronteira. Este não era um medo infundado. As ideias de autodeterminação ganhavam força e chegavam também ao campo, no Planalto de Mueda a população começava a ter consciência. Alberto Chipande conta que através de trabalhadores emigrados que retornavam dos países vizinhos e de uma emissora de rádio do Tanganica transmitida no planalto, chegavam notícias aos moçambicanos sobre os processos de independência no continente.<sup>55</sup> Em especial, a figura de Julius Nyerere e a ideia de *uhuru* tomavam forma dentro de um imaginário político dentre os macondes, como se percebe no testemunho de António Bravo Dalepa, a seguir:

Em 1960 comecei a conhecer o mundo. Começou a aparecer o movimento das bengalas em Janeiro de 1960. Eram bengalas parecidas com a usada pelo presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Nós fazíamos as bengalas com um tipo de ramo que se dobrava, metíamos no matope do rio e depois de algum tempo tirávamos, lavávamos, tirávamos a casca e andávamos com elas, como um estilo, imitando o Nyerere. A estas bengalas chamávamos *uhuru*.<sup>56</sup>

A palavra *uhuru*, da língua suaíli, significa liberdade, independência.<sup>57</sup> Parte do slogan “*Uhuru na Kazi*” (Liberdade e Trabalho),<sup>58</sup> adotado pela TANU, tornou-se palavra de ordem no contexto das independências africanas, passando a significar também possibilidades futuras como desenvolvimento econômico e bem-estar social, em consonância com a defesa de um socialismo africano por Julius Nyerere. Tais ideias ressoavam pelos territórios do Norte de Moçambique e alimentavam o imaginário da população que começava a ver na figura de Julius Nyerere uma liderança importante e atuante na luta pelas independências africanas.<sup>59</sup>

<sup>54</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *O movimento associativo africano em Moçambique*. Tradição e luta (1926-1962). p. 216-218.

<sup>55</sup> Testemunho de Alberto Chipande. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. p. 48.

<sup>56</sup> Relato de António Bravo Dalepa. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. p. 173.

<sup>57</sup> HONWANA, Luís Bernardo. Nacionalismo africano: memórias e desafios. In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio. *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013. p. 160-174.

<sup>58</sup> O termo esteve presente dentre vários movimentos anticoloniais, chegando a ser uma das palavras de ordem da MANU. Ver: TEMBE, Joel das Neves. *Uhuru na Kazi: Recapturing MANU Nationalism through the Archive*.

<sup>59</sup> ISRAEL, Paolo. Mueda Massacre: the Musical Archive. p. 1157-1179.

Dessa forma, as bengalas, objeto usado por Nyerere durante seus discursos e símbolo de sua autoridade política, eram imitadas no Planalto Maconde como sinal da admiração e da influência do movimento do Tanzânia sobre esta região.

Portanto, para se compreender o avanço das ideias anticolonialistas na região de Mueda, neste contexto, é imprescindível avaliar as relações entre a população do Norte de Moçambique e a Tanzânia. A fronteira norte de Moçambique, estabelecida pelo rio Rovuma, sempre foi um espaço de intensa movimentação entre os povos da região, principalmente num movimento de saída da colônia de Moçambique para a Tanzânia. Segundo Yussuf Adam,<sup>60</sup> este fenômeno de emigração pode ser explicado pela rejeição do sistema colonial português, caracterizado na região pelas plantações obrigatórias de algodão e pelo trabalho forçado, principalmente.

Dessa forma, a Tanzânia era vista como um lugar de melhores condições de vida e maior facilidade econômica: havia mais oportunidades de emprego, principalmente nas plantações de sisal, melhores salários e o acesso a produtos manufaturados com melhor preço do que em Moçambique.<sup>61</sup> Além disso, muitos macondes narram que cruzavam a fronteira para vender seus produtos na colônia inglesa, onde encontravam melhores preços.<sup>62</sup> Estes relatos mostram que os que viajavam para a Tanzânia retornavam carregados de produtos, como bicicletas e vestimentas – isto promovia um processo de diferenciação social dentre os membros deste grupo devido ao acesso que tinham a uma série de bens materiais e simbólicos, que, normalmente, não chegavam a outras regiões interioranas da colônia de Moçambique.

Lia Dias Laranjeira aponta que o governo colonial tinha ciência do fato de que a experiência vivida no campo e nos centros urbanos da Tanzânia, mais modernizados, representava “uma ameaça no contexto de um possível regresso da população emigrada para o norte de Moçambique, marcado pela situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social sustentada pelo regime colonial português”.<sup>63</sup> Ainda, relata que a experiência política adquirida no exterior era uma preocupação. Em contraposição à grande repressão às atividades políticas existente no território colonial português, estes emigrados acompanhavam

---

<sup>60</sup> ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. p. 17.

<sup>61</sup> ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. p. 16-17.

<sup>62</sup> MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*.

ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas.

<sup>63</sup> LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974)*. p. 87.



o avanço do movimento anticolonial na Tanzânia e se aproximavam dos partidos nacionalistas que surgiam, chegando, com o tempo, a criar suas próprias organizações políticas.

Várias organizações políticas surgiram nos países vizinhos, em processo de independência, compostas por emigrados moçambicanos e com o apoio de grupos políticos dos próprios países que os acolhiam. Michel Cahen indica que no território tanzaniano, já na segunda metade da década de 1950, surgiram vários clubes e associações macondes, voltadas para a ajuda mútua.<sup>64</sup> O grande número de emigrantes macondes moçambicanos, principalmente nas cidades de Dar Es Salaam e Tanga, começou a se organizar em associações mutualísticas, bastante marcadas, nos primeiros anos, por um caráter étnico. Eram compostas principalmente por macondes oriundos do planalto ou descendentes de emigrantes macondes moçambicanos fixados na Tanzânia. O autor indica que duas delas, especificamente, estiveram envolvidas nos acontecimentos que antecederam o Massacre de Mueda, ambas surgidas em 1957.

A primeira foi a Tanganyika Mozambique Makonde Union (TMMU), fundada em Dar Es Salaam, sob a direção de Tiago Mula Mulombe como Presidente, Joaquim Felix como Vice-Presidente e Faustino Vanomba como Tesoureiro. Este grupo era fortemente ligado à Tanganyika African National Union (TANU) de Julius Nyerere, sendo muitos de seus membros também filiados à este partido. Uma segunda organização foi fundada em Tanga, cidade no norte do Tanganica, a Tanganyika Mozambique Makonde Association (TMMA), sob a liderança de Kiribite Diwane, mas que por não conseguir seu registro, atuou por um tempo como um ramo da TMMU em Tanga. Em 1958, diante de fissuras, esse ramo de Tanga e Faustino Vanomba, então expulso do TMMU, se juntam a um grupo registrado como *Mozambique African Association* (MAA), que vai aparecer sob o nome de Sociedade dos Africanos de Moçambique (SAM) no território colonial português.<sup>65</sup>

Michel Cahen ressalta as rixas existentes entre estas associações, explicitadas pelas diferenciações sociais existentes entre os grupos emigrados alimentadas pela origem do campo ou da cidade e pelo uso da língua portuguesa ou inglesa.<sup>66</sup> Sobre seus interesses, ele aponta que a MAA/SAM mantinha sua atuação como uma associação de trabalhadores

---

<sup>64</sup> CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. p. 29-46.

<sup>65</sup> Michel Cahen faz um levantamento do processo de formação destas associações, bem como sua atuação social e política. Ver: CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. p. 29-46.

<sup>66</sup> CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. p. 29-46.

essencialmente mutualista. Enquanto a TMMU foi aos poucos se afastando do mutualismo e ganhando um tom político nacionalista mais forte, chegando a mudar seu nome para Mozambique African National Union (MANU), em 1960. O que nos importa atentar neste cenário é o fato de que uma série de delegações destas duas associações foi enviada à Mueda a partir do ano de 1959. Estas delegações trouxeram reivindicações de mudanças para serem discutidas com a administração portuguesa, além de terem feito um trabalho de mobilização política com a população, provocando distúrbios na situação local que acabaram por desembocar no Massacre de Mueda em 16 de junho de 1960.

Pelo menos três delegações destas associações visitaram o planalto de Mueda naquele ano, antes do incidente em Mueda.<sup>67</sup> No início de 1960, Faustino Vanomba (MAA/SAM) teria aparecido para discutir com a administração colonial de Mueda sobre o retorno dos emigrantes macondes na Tanzânia, mas foi expulso pelo administrador e levado de volta até a fronteira tanzaniana. Em março de 1960, teria chegado à Mueda Tiago Mula Mulambe, presidente da TMMU. Foi preso pela administração colonial, acusado de buscar “subverter ou preparar condições de subversão da ordem política e social vigente”.<sup>68</sup> Os relatos e documentos coloniais apontam que estas delegações realizavam reuniões à noite, das quais participavam a população *indígena*,<sup>69</sup> sobre quem exerciam grande influência, e os régulos locais.<sup>70</sup>

Em 27 de abril daquele ano, uma terceira delegação teria aparecido no planalto e se apresentado na sede da administração de Mueda, onde seus membros foram presos. Composta por Simão Nchucha, Lazima Dalama, Simone Chambumba, Madesta Iossufo, Mariano Tumiaueto, Cosme Paulo e Titico Funde, teriam pedido autorização para distribuir e vender cartões da MAA/SAM, de acordo com o processo administrativo desenvolvido contra Kibiriti

---

<sup>67</sup> Dentre a historiografia analisada, parte dos trabalhos aponta o fato de que os eventos que levaram ao Massacre de Mueda foram guiados por membros da *Mozambique African National Union* (MANU). Tal análise é a mesma apresentada nas narrativas nacionalistas da FRELIMO, objetos de nossa análise nesta pesquisa. Com exceção de Michel Cahen e Lia Dias Laranjeiras, que indicam que os indivíduos presentes eram parte da AMM de Tanga, e de Yussuf Adam que aponta a presença de membros tanto da MANU quanto da AMM. Ver: CAHEN, Michel. *The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity*. Some notes on a work in progress; LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974)*.

<sup>68</sup> Relatório com sentença de Tiago Mulombe - 24 de junho de 1960. Caixa 1095 – AHM.

<sup>69</sup> O indígena foi uma categoria criada pelo colonialismo português, atribuída ao colonizado que não possuía os elementos da “civilização portuguesa”, como o domínio da língua.

<sup>70</sup> Régulo era a designação dada pela administração colonial portuguesa aos chefes africanos. Deve-se ressaltar o caráter pejorativo deste vocábulo na medida em que atribui pouca importância a estas autoridades.

Relatório com sentença de Tiago Mulombe - 24 de junho de 1960. Caixa 1095 – AHM.

MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. p. 173.

e Vanomba. Esta seria uma sociedade que “ostensivamente tem fins beneficentes, mas apenas com o intuito, tudo indica, de mascarar actividades subversivas”.<sup>71</sup> Ainda, o processo administrativo aponta que todos os indivíduos eram macondes originados de Moçambique que haviam sido aliciados por Faustino Vanomba.

Em junho de 1960, chegou ao Planalto uma nova delegação composta por Kibiriti Diwane e Faustino Vanomba. Esta foi a delegação presente no massacre. Os dois líderes teriam se apresentado na sede da administração de Mueda no dia 13 de junho, acompanhados por algumas centenas de indígenas. Faustino e Kibiriti

além de solicitarem autorização para fazerem propaganda da Sociedade dos Africanos de Moçambique apresentaram vários pedidos, com carácter de reivindicações, respeitantes ao recrutamento de trabalhadores, serviço nas estradas, liberdade de deslocação, etc. De notar, em especial, as declarações que fizeram contra a exigência feita pela administração da Circunscrição de os indígenas venderem a não indígenas galinhas e cabritos a preços extorsionários.<sup>72</sup>

Ficaram o dia inteiro em frente à sede da administração, desobedecendo as ordens de ir embora. No dia seguinte, retornaram com mais de mil indígenas e deram continuidade às suas reivindicações. Ao que parece, a solução do administrador da circunscrição de Mueda, Garcia Soares, foi pedir que os reclamantes voltassem no dia 16 para participar de uma banja com o governador do distrito de Cabo Delgado, Almirante Teixeira da Silva.<sup>73</sup> De acordo com as narrativas de várias pessoas, o administrador também teria convidado a população de toda região para comparecer a esta banja. E a população do planalto de Mueda teria se agitado à espera do dia 16 de junho, ansiosos para obterem uma resposta das autoridades.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe.

<sup>72</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe. p. 134.

<sup>73</sup> O termo banja aparece nos documentos coloniais e em alguns relatos para descrever a reunião entre as autoridades coloniais e a população, a qual acabou por desencadear no Massacre de Mueda.

BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe.

<sup>74</sup> Vários relatos apontam para o fato dos cipaios terem saído pela região convidando toda a população a participar da banja;

ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. *Arquivo*, nº 14, Maputo (Moçambique), 1993, p.117-128.

PACHINUAPA, Raimundo; MANGUEDYE, Marina. *A Vida do Casal Pachinuapa*. Maputo: JV Editores, 2009. MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*.

Naquele dia teria chovido, mas milhares de moradores da região compareceram à reunião, acompanhando Faustino Vanomba e Kibiriti Diwane.<sup>75</sup> As fontes coloniais estimam que pelo menos cinco mil pessoas estiveram presentes naquele dia.<sup>76</sup> Milhares de pessoas caminharam por quilômetros até a sede, outros foram em suas bicicletas, cerca de duas mil delas teriam sido largadas para trás após o confronto. Alguns relatos apontam um caráter festivo do evento, a população entoava canções e alguns carregavam placas com o pedido de *uhuru*, acreditavam que naquele dia conseguiriam sua independência. Outros ressaltam que a sensação era um misto de expectativa e medo.<sup>77</sup>

Após o início da banja, diante de todos os presentes, o Governador do Distrito teria iniciado o encontro com uma cerimônia de saudação à bandeira de Portugal. A bandeira foi “içada com todas as honras, mas a multidão mostrou-se desrespeitosa, mantendo-se sentada”, ao que o Governador realizou um discurso sobre o significado da cerimônia e içou a bandeira novamente.<sup>78</sup> Mas, segundo os relatos de sobreviventes, a população teria continuado a agir de forma desrespeitosa, dizendo que “não viemos com este objectivo, o nosso objectivo hoje é ouvir aquilo que vão dizer aos nossos irmãos Kibiriti e seus companheiros”.<sup>79</sup> A população exigia que a administração colonial conversasse com os representantes ali presentes e chegassem a um acordo.

Após esse primeiro desentendimento, os representantes teriam sido levados, individualmente, para o interior da sede da administração, onde discutiram suas reivindicações com o Governador, enquanto a população aguardava do lado de fora. Ao saírem da sede da administração, Faustino, Kibiriti e outros que também participaram das negociações foram declarados presos e algemados diante da população. Ao ver aquela situação, a população se revoltou e tentou impedir as prisões. O processo administrativo indica que o Governador ainda teria tentado acalmar a população falando de melhorias que seriam feitas no Planalto, como o direito dos indígenas de abrirem suas próprias lojas, o

---

<sup>75</sup> ISRAEL, Paolo. Mueda Massacre: the Musical Archive. p. 1157-1179

<sup>76</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe.

<sup>77</sup> ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. MUSSANHANE, Ana Bouene. Protagonistas da luta de libertação nacional.

<sup>78</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe.

<sup>79</sup> Testemunho de Córnelio João Mandanda. In: ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. p. 123.

aumento do preço pago pela administração sobre os produtos produzidos pelos indígenas, a criação de escolas, etc.<sup>80</sup> Entretanto, a confusão já estava feita.

Fica claro na informação confidencial sobre o incidente enviada pelo diretor dos Serviços dos Negócios Indígenas, o inspetor administrativo Pinto da Fonseca, ao Secretário Provincial que a administração colonial já havia tomado algumas providências com relação à banja,<sup>81</sup> o que indica que a violenta resposta colonial não foi algo tão repentino e incalculado assim. A prisão de Kibiriti e Faustino já era algo esperado e um pelotão de infantaria havia sido enviado para caso algo desse errado.

No meio da confusão, os funcionários coloniais foram apedrejados e agredidos pela população. Por sua vez, os cipaio e o pelotão de infantaria, ali presentes, dispersaram a população a tiros.<sup>82</sup> De acordo com esse mesmo processo, “houve mortos e feridos entre os assaltantes; nos que se encontravam na secretaria registaram-se alguns ferimentos causados por pedradas”.<sup>83</sup> Segundo os relatos dos movimentos nacionalistas, cerca de 600 pessoas foram mortas. Outras fontes produzidas por diferentes sujeitos num contexto de maior proximidade do acontecimento indicam o número de mortos na casa das dezenas.<sup>84</sup> Sejam 17 ou 600 mortos, foi uma experiência bastante traumática para a população presente e para outros que acompanharam indiretamente o incidente, o que facilitou sua inserção e aceitação como parte da narrativa histórica nacional.

## 1.2 – O nacionalismo e as narrativas de formação nacional

O território que hoje faz parte de Moçambique foi ocupado pelos portugueses ao longo da corrida imperialista no final do século XIX. No entanto, as resistências diante da presença portuguesa em Moçambique nunca cessaram. A própria ocupação do território só se

---

<sup>80</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe.

<sup>81</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe.

<sup>82</sup> Cipaio eram os soldados que compunham a força policial local, normalmente africanos.

<sup>83</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe. p. 135.

<sup>84</sup> Um ofício escrito pelo Cônsul Geral da Bélgica Marcel Swinnen a Pierre Wigny, Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lourenço Marques no dia 1 de setembro de 1960 relata o incidente e fala de 80 mortos. Ver: NEVES, Olga Maria. *O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e luta (1926-1962)*. p. 220-222. Já, uma carta escrita pelo missionário Simon Matola, presente no incidente, fala de cerca de 30 pessoas mortas. Ver: ISRAEL, Paolo. Mueda Massacre: the Musical Archive. p. 1157-1179. Em seu testemunho, Daniel Muilundo fala de 17 mortos. Ver: ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. p. 119.

concretizou completamente na década de 1920 com a ocupação do planalto de Mueda, após grande resistência da população e governanças locais.<sup>85</sup> Nas cidades da colônia, já na década de 1910, uma pequena elite negra local assimilada punha-se como detentora de uma “causa africana” na imprensa.<sup>86</sup> Por sua vez, o registro de greves e protestos dentre os trabalhadores urbanos e rurais também são inúmeros desde o primeiro quartel do século XX. No campo, por meio da criação de cooperativas, agricultores buscavam por melhores condições que a mera exploração colonial de sua força de trabalho e a cobrança de impostos. Nas cidades, as associações de ajuda mútua também surgem como espaços de crítica colonial.<sup>87</sup>

Entretanto, os movimentos de contestação direta ao colonialismo, caracterizados por um imaginário nacional, só floresceram a partir da Segunda Guerra Mundial, com a disseminação e maturação das ideias de autodeterminação e liberdade pelo continente africano. É neste momento que começaram a surgir as “narrativas de emancipação e esclarecimento” dentre a população,<sup>88</sup> especialmente entre as elites intelectuais, e quando ocorre um aprofundamento da dicotomia entre o nós moçambicanos e o eles portugueses. Com o avanço destas narrativas, os colonizados se mobilizaram em favor do fim do colonialismo e na defesa de uma identidade e história próprias.<sup>89</sup> Saídas de uma realidade social específica, estas narrativas acabaram por criar uma nova realidade social. Detentoras de uma função mobilizadora, buscavam explicar aos colonizados a necessidade de pôr fim ao presente marcado pela opressão colonial ao mesmo tempo em que traçavam um futuro melhor em comum, onde o moçambicano seria independente e dono de seu próprio destino.

Inicialmente, estas narrativas apareceram, principalmente, nos meios culturais, num contexto marcado pelo aumento da vigilância colonial e de uma, ainda, baixa aderência popular às causas nacionalistas. Muitas das vezes, incompreensíveis ao colonizador que desconhecia a cultura e línguas locais, a literatura, escrita e oral, canções camponesas e operárias, a arte plástica e a pintura moçambicana caracterizaram-se por uma forte crítica

---

<sup>85</sup> MEDEIROS, Eduardo da Conceição. *História de Cabo Delgado e do Niassa (1836-1929)*, Maputo, 1997, 252p.

<sup>86</sup> NEVES, Olga Maria L. S. I. *Em defesa da causa africana. Intervenção do Grémio Africano na cidade de Lourenço Marques (1908-1938)*. 1989. 323f. Dissertação de mestrado em História dos séculos XIX e XX, Universidade Nova de Lisboa.

ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Editora Promédia, 2002.

<sup>87</sup> ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From Colonialism To Revolution, 1900-1982*. p. 61-78; HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. *A Luta Anticolonial, 1955-1961*. p. 238-248.

<sup>88</sup> SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

<sup>89</sup> SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. p. 13.

social e anticolonial nesse período e serviram como elementos de mobilização.<sup>90</sup> São exemplos dessa produção cultural, os poemas de Noêmia de Sousa e de José Craveirinha que a partir de uma forte crítica ao ambiente colonial começavam a demarcar uma moçambicanidade, além das esculturas caricaturais produzidas pelos macondes. Ademais, esse período também é marcado pelo crescimento de revoltas violentas nas áreas rurais, onde a exploração e o trabalho forçado eram bastante evidentes.<sup>91</sup>

A produção cultural desse período refletiu uma tomada de consciência e o desejo de emancipação cultural e política dos povos colonizados. Em especial na literatura, começou a se delinear um sentimento nacionalista muito influenciado pelas correntes intelectuais de valorização do negro, que repercutia “posturas e valores africanos iluminados pelo substrato filosófico do pan-africanismo, do Renascimento Negro e da negritude”.<sup>92</sup> Essa produção cultural, muito embasada na experiência colonial, buscou uma valorização do negro e de sua cultura ao mesmo tempo em que englobava as diferentes identidades étnicas e reconhecia a importância e força das tradições locais.<sup>93</sup> O elemento de crítica colonial presente nesse tipo de contestação foi importante e apropriado pelo movimento de libertação nacional, surgido na década seguinte, mas que, ao contrário, optaria por uma política de uniformização cultural.

Foi a partir desse contexto de forte crítica ao ambiente colonial que começou a ser delineado entre aqueles que pensaram a nação, a ideia de uma identidade nacional, o que seria denominado de “moçambicanidade”, ou seja, as formas de ser, pensar e se portar como moçambicano. O desenvolvimento deste imaginário nacional se caracterizou por uma forte oposição ao colonialismo português, utilizada como fator agregador, sendo a negação do caráter colonial elemento determinante sobre a identidade nacional. Por outro lado, deve-se ressaltar que o movimento anticolonial fez uso da ideia de Moçambique, constituída ao longo da colonização portuguesa, da qual herdou elementos importantes como a língua e os limites territoriais coloniais.

A virada para a década de 1960 marcou um novo momento no processo de contestação colonial em Moçambique, quando, a partir da organização partidária, a luta política pela independência se tornou evidente. Várias organizações políticas surgiram nos países vizinhos,

---

<sup>90</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. *A Luta Anticolonial, 1955-1961*.

<sup>91</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. *A Luta Anticolonial, 1955-1961*.

<sup>92</sup> GOMES, Simone Caputo. Poesia moçambicana e negritude: caminhos para uma discussão. *Via Atlântica*, nº 16, Dez. 2009, p. 34.

<sup>93</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. *A Luta Anticolonial, 1955-1961*.

já independentes, compostas por emigrados moçambicanos e, muitas vezes, com o apoio de grupos políticos dos próprios países que os acolhiam.<sup>94</sup> Neste novo contexto, foram criadas a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), organizações cujos membros deram origem à FRELIMO em 1962.

A MANU surgiu com esse nome em 1960, mas já existia desde 1957 sob o nome de TMMU, em Dar Es Salaam. Esse Partido andava a trabalhar politicamente no planalto de Mueda na altura do Massacre, quando teve seu presidente Tiago Mula Mulombe preso.<sup>95</sup> Por sua vez, a UDENAMO, criada em Salisbury em 1960 tinha como presidente Adelino Gwambe e também já atuava no território moçambicano e internacionalmente através da circulação de cartas e panfletos, e da presença em congressos como o da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) em Casablanca em 1961. A UNAMI, de menor expressão, foi fundada em 1960 a partir da Associação Nacional Africana de Moatize (Tete), esta existente desde 1959. Liderada por José Baltazar Chagonga, a UNAMI defendia o direito à autodeterminação e a independência de Moçambique, e desenvolveu uma luta na clandestinidade, também em tons pacíficos por meio da criação de cartas e petições.<sup>96</sup> Apesar de estas três associações políticas apresentarem um caráter nacionalista, eram movimentos frágeis que não conseguiram atingir seus objetivos,

sobretudo a finalidade de lutar pela independência, devido a diversos factores (...): económicos, ligados ao financiamento da acção definida; políticos, pela falta de um programa concreto global contra o regime colonial; sociais, pela complexidade do mosaico de povos envolvidos; e culturais, de divergência entre tradição e modernidade.<sup>97</sup>

Num processo complexo, marcado por muitos conflitos, membros destes três grupos se juntaram em junho de 1962 na cidade de Dar Es Salaam, onde deram origem à FRELIMO. Esta rapidamente tornou-se o maior movimento nacionalista de Moçambique e dois anos depois deu início à luta armada de libertação nacional. O sucesso da FRELIMO sugere que

<sup>94</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *O movimento associativo africano em Moçambique*. Tradição e luta (1926-1962).

<sup>95</sup> Relatório com sentença de Tiago Mulombe - 24 de junho de 1960. Caixa 1095 – AHM.

<sup>96</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *O movimento associativo africano em Moçambique*. Tradição e luta (1926-1962).

<sup>97</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *O movimento associativo africano em Moçambique*. Tradição e luta (1926-1962). p. 229.



para além de uma proposta política mais concreta e globalizante contra o regime colonial,<sup>98</sup> os membros do movimento souberam utilizar melhor os meios existentes para a criação de uma identidade coletiva e de uma unidade em prol da luta contra o colonialismo, sejam estes meios coercitivos ou não. Assim, a formação da FRELIMO foi um momento decisivo para o nacionalismo moçambicano e a conquista da independência,

não foi simplesmente uma associação de várias organizações políticas, que manteriam de alguma maneira a sua existência e personalidade próprias, mas uma nova organização que absorveu as anteriores, dando assim um conteúdo mais forte à noção de Unidade Nacional. É pois neste contexto que a Frelimo surge como a criadora da identidade nacional moçambicana e, por conseguinte, como a detentora e o garante da Unidade Nacional.<sup>99</sup>

Nesse sentido, um diferencial da FRELIMO em relação aos outros grupos nacionalistas foi sua capacidade narrativa. Desde sua criação, ela foi capaz de selecionar, estruturar, organizar as experiências vividas ao longo do período colonial e inseri-las numa narrativa nacional própria, demonstrando um entendimento da dimensão de poder que perpassa as narrativas de emancipação nacional, sua capacidade de mobilização e o conhecimento dos contextos de recepção dessas narrativas - os grupos que as receberiam, seus repertórios e interesses. Dessa forma, entender e saber lidar com essas especificidades influenciou positivamente para o sucesso da FRELIMO e a eficácia desta narrativa dentro a população.

A luta anticolonial colocada em prática pela FRELIMO surgiu como elemento fundador da nova nação e perpassou toda a forma de se narrar a história de Moçambique. Assim, uma narrativa nacional oficial foi codificada e amplamente divulgada através de diversos meios, tais como discursos políticos, jornais, cartazes, música, literatura, fotografia, livros de história, panfletos, cinema, etc.<sup>100</sup> A constituição de uma narrativa oficial em torno da experiência colonial e da libertação nacional atendeu a necessidade de se forjar uma identidade coletiva entre os moçambicanos, apesar das tensões e confrontos entre os diversos seguimentos sociais participantes na luta de libertação, mas também de reforçar o poder da

---

<sup>98</sup> NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *O movimento associativo africano em Moçambique*. Tradição e luta (1926-1962). p. 229.

<sup>99</sup> BRITO, Luís de. Instituições Políticas e Unidade Nacional. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, António (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE-Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2016, p. 27.

<sup>100</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes.

FRELIMO. Portanto, através desta narrativa a FRELIMO manteve para si o monopólio dos modos e formas de se narrar a história de Moçambique.

Como resultado, em Moçambique, o nacionalismo, a luta anticolonial e a narrativa histórica estão fortemente imbricados.<sup>101</sup> A FRELIMO é representada como o ponto máximo do nacionalismo moçambicano e, por isso, única guia do povo moçambicano ao longo da luta anticolonial. Por sua vez, a vitória sobre o colonialismo português promoveu sua ascensão ao poder no contexto pós-independente como autêntico líder do povo. Ademais, após a independência, nos quinze anos que se seguiram, a luta da FRELIMO contra o imperialismo e os regimes segregacionistas da região continuou a legitimar politicamente a manutenção da FRELIMO no poder por meio de um regime unipartidário. Dessa forma, como é indicado por Paolo Israel, a

legitimidade política adquirida em lutas de libertação - contra o colonialismo português ou regimes de supremacia branca - gerou uma narrativa histórica triunfalista, que se tornou um instrumento de construção do Estado-Nação, um catalisador de identidades coletivas, e uma ferramenta de poder.<sup>102</sup>

Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, em 1986, já alertavam para a existência de um “triumfalismo da FRELIMO” na narrativa histórica,<sup>103</sup> na qual a história da FRELIMO é, muitas das vezes, confundida com a história de Moçambique e o Partido é eternamente visto como vitorioso.<sup>104</sup> A narrativa histórica estaria marcada por uma problemática teleológica e autojustificativa, na medida em que foi constituída a partir de documentos e testemunhos oficiais, sem uma problematização e contadas por meio de acontecimentos-chaves. Dessa forma, a história da FRELIMO deveria ser abordada “não como um texto inalterável, mas

---

<sup>101</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes.

<sup>102</sup> ISRAEL, Paolo. A Loosening Grip: The Liberation Script in Mozambican History. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, 2013, p.12. Tradução nossa do original em inglês: “ (...) whereby the political legitimacy acquired in liberation struggles – against Portuguese colonialism or white supremacist regimes – generated a triumphalist historical narrative, which became an instrument of state- and nation-building, a catalyst of collective identities, and a tool of power”.

<sup>103</sup> BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, nº 5/6, p. 29-52, 1986.

<sup>104</sup> Na verdade, o contexto político nacionalista moçambicano teria sido muito mais complexo do que é indicado pela narrativa oficial, com vários projetos políticos em disputa e a atuação de protagonistas que só recentemente tem ganhado mais visibilidade. Nos últimos anos têm surgido trabalhos com um maior enfoque na atuação de outros grupos políticos e seus protagonistas, tais como os chamados “partidos históricos” (UDENAMO, MANU e UNAMI), o Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO), além de outros numerosos pequenos partidos atuantes no exterior ao longo da luta anticolonial.

como um processo contraditório inserido na luta nacionalista e social de Moçambique”,<sup>105</sup> através de uma análise que não fosse diretamente influenciada pelo final vitorioso da luta anticolonial em Moçambique.

Portanto, a atuação da FRELIMO assumiu um papel de exclusividade na narrativa nacional. Esta narrativa, denominada pelo historiador Borges Coelho de “Liberation Script”,<sup>106</sup> faz o uso de uma linguagem simples e direta constituída numa progressão linear ordenada em fases puramente sequenciais, marcada por oposições binárias e construída sobre a subjetividade das experiências dos combatentes que participaram da luta armada. Assim, segundo este autor:

A eficiência do Liberation script como um aparato que reconhecia ao regime sua legitimidade e caráter inquestionável dependia da clareza e acessibilidade do corpus, de modo que pudesse atingir as massas e manter seu vigor como uma máxima. Em outras palavras, sua eficiência dependia de sua simplicidade. E a simplicidade foi assegurada em particular por seu desdobramento linear com base em oposições binárias: justo versus injusto, nacionalista versus colonial, revolucionário versus reacionário, moderno versus tradicional, militar versus civil, rural versus urbano e assim por diante. O progresso dependia da vitória do primeiro elemento sobre o segundo dentro de cada par. (...) Por outro lado, além de estruturar o Script, esse raciocínio binário teve repercussões que ajudaram a fortalecer o regime em termos simbólicos, por exemplo, o triunfo do rural sobre a modernidade urbana ou revolucionária sobre a cultura reacionária tradicional.<sup>107</sup>

Ademais, a história de Moçambique estaria repousada sobre uma história verbal, o que contribuiu para “reforçar a coesão da fábula”, pois seu caráter verbal permitiu à narrativa

---

<sup>105</sup> BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique. p. 32

<sup>106</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes.

<sup>107</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. p. 22-23. Tradução nossa do original em inglês: “*The efficiency of the Liberation Script as an apparatus that granted the regime its legitimacy and unquestionable character depended on the clarity and straightforwardness of the corpus, so that it could reach the masses and keep its vigour as a dictum; in other words, its efficiency depended on its simplicity. And simplicity was assured in particular by its linear unfolding on the basis of binary oppositions: fair versus unfair, nationalist versus colonial, revolutionary versus reactionary, modern versus traditional, military versus civil, rural versus urban and so on. Progress depended on the victory of the first element over the second inside each pair. (...) On the other hand, besides structuring the Script, this binary reasoning had spill-over effects that helped to strengthen the regime in symbolical terms, for example as the triumph of the rural over the urban or of revolutionary modernity over traditional reactionary culture.*”

“maior flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças de contexto”.<sup>108</sup> Nesse sentido, Amélia N. Souto aponta que ao longo da luta anticolonial e nos primeiros quinze anos após a independência, as narrativas históricas nacionais foram produzidas a partir de relatos orais criados, principalmente, nas datas de celebração histórica ou em momentos de crise.<sup>109</sup>

Nesse sentido, esta narrativa enraizada na luta anticolonial deve ser vista como um “aparelho localizado na intersecção de poder e conhecimento”,<sup>110</sup> responsável por legitimar o exercício da autoridade da FRELIMO no período pós-colonial. Portanto, esta narrativa serviu para reforçar o monopólio do Partido no poder ao mesmo tempo em que intensificou a ideia de que a FRELIMO é a detentora da história do país. Dessa forma, as memórias sobre o colonialismo e a luta armada estiveram fortemente entrelaçadas com o presente, de modo a justificar e a legitimar as ações tomadas pela FRELIMO.

### **1.3 – O Homem Novo frelimista e a busca pela moçambicanidade**

Desde o início, tornou-se urgente para o movimento da FRELIMO construir a “personalidade moçambicana” e fortalecer os vínculos coletivos para se combater os obstáculos que surgiam diante da luta anticolonial e do desenvolvimento da nação.<sup>111</sup> Assim, na busca pela “personalidade moçambicana”, foi utilizada a figura do Homem Novo moçambicano, um modelo identitário utópico, mas que influenciou profundamente o projeto nacional da FRELIMO e a forma de se narrar a nação. A partir do Homem Novo foram traçadas as expectativas para a nova nação e buscou-se definir a moçambicanidade. Esse modelo de cidadão foi utilizado de forma sistemática a partir de 1970, pelo presidente Samora Machel. Este usou a figura do Homem Novo como “um dispositivo mobilizador, uma ideia força, um objetivo fundamental a ser alcançado”.<sup>112</sup>

Durante a luta anticolonial, o Homem Novo seria forjado no combate e na construção das zonas libertadas,<sup>113</sup> vistas como “um laboratório político; um laboratório científico; um

---

<sup>108</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, nº 106, 2015, p. 157.

<sup>109</sup> SOUTO, Amélia Neves de. Memory and Identity in the History of Frelimo: Some Research Themes. *Kronos*, Cape Town, v. 39, n. 1, Jan. 2013, p. 283-284.

<sup>110</sup> ISRAEL, Paolo. A Loosening Grip: The Liberation Script in Mozambican History. p. 13.

<sup>111</sup> MACHEL, Samora. Discurso da Proclamação da Independência. In: *Discursos da independência*. Lisboa: Associação Portugal-Moçambique. Dezembro de 1975. s/p.

<sup>112</sup> MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, nº 70, São Paulo, p. 18-35, Jun. 2009.

<sup>113</sup> Territórios conquistados e administrados pela FRELIMO ao longo da luta armada.

laboratório de ideias” e um embrião do futuro Estado moçambicano.<sup>114</sup> Por conseguinte, com a conquista da independência, reforçou-se a importância de se constituir esse Homem Novo, em consonância com as oposições internas e externas vividas pela nova nação e com a uma aproximação mais clara entre a FRELIMO e os ideais marxista-leninistas. Em uma entrevista à revista *Tempo* em 1976, o presidente de Moçambique Samora Machel definia em poucas palavras como o Homem Novo moçambicano deveria agir:

Quando falamos de luta interna isto quer dizer que o Homem Novo deve rejeitar o racismo, o tribalismo, o regionalismo, o individualismo, o imperialismo, o egoísmo, o elitismo. Numa palavra, ele deve rejeitar as várias manifestações de subjetivismo porque a luta é coletiva. Nós vemos essa luta como colectiva que deve ser travada ao nível da sociedade e da natureza – também ao nível do indivíduo. Não basta mudar no aspecto da sociedade se não mudarmos a mentalidade de todo o povo.<sup>115</sup>

Assim, o Homem Novo deveria se contrapor à todos os vícios sociais do passado, vinculados ao racismo e ao colonialismo. Ademais, as identidades étnicas, regionais ou tradicionais também deviam ser deixadas de lado, assim como os valores burgueses do capitalismo.<sup>116</sup> Dessa forma, o ideal do Homem Novo só seria alcançado através de uma profunda metamorfose do indivíduo, que refletia na alteração de vários aspectos identitários, culturais, étnicos e linguísticos dos diversos povos que integravam o território moçambicano.

A figura do Homem Novo não foi uma criação moçambicana, mas parte essencial do imaginário em torno da construção das sociedades socialistas.<sup>117</sup> Com base filosófica no marxismo-leninismo, o objetivo era o surgimento de um novo povo, mais homogêneo, de uma nova mentalidade na qual o patriotismo seria cultivado e os interesses da sociedade estivessem acima dos individuais. Foi com o avanço do marxismo-leninismo dentre os quadros da FRELIMO, em fins da década de 1960, que a figura do Homem Novo ganhou forma e força dentro do projeto nacional e foi adaptada à realidade da sociedade moçambicana. Nesse sentido, é importante refletir sobre o caráter socialista da FRELIMO,

---

<sup>114</sup> Samora Machel e a revolução na África Austral. Entrevista de Wilfred Burchet. *Revista Tempo*, Maputo, nº 310, 12 Set. 1976, p. 20.

<sup>115</sup> Samora Machel e a revolução na África Austral. Entrevista de Wilfred Burchet. p.23.

<sup>116</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014. p. 19.

<sup>117</sup> KRUKS, Sonia. From nationalism to Marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977. In: I. L. Markowitz (org.). *Studies in power and class in Africa*. Oxford: University Press, p. 237-256, 1987.

pensando em como a aproximação com esta linha de pensamento teve influência sobre as perspectivas que eram traçadas em torno da construção da nação.

Num contexto de Guerra Fria, Moçambique não escapou da influência da bipolarização mundial entre as décadas de 1960 e 1980. Desde o período da luta armada, a FRELIMO havia se aproximado de países do campo socialista, como União Soviética, China, Cuba e Vietnã.<sup>118</sup> Além da aproximação com países africanos já independentes e de posições políticas mais revolucionárias como Gana e Argélia. Entretanto, a adoção oficial do socialismo ocorreu somente em 1977, durante o Terceiro Congresso, quando a FRELIMO se proclamou um partido marxista-leninista.

Apesar disso, pode-se falar da existência de um “marxismo tácito” dentre os quadros da FRELIMO, especialmente, a partir de 1968, fruto das especificidades da luta anticolonial.<sup>119</sup> Nesse sentido, a busca pela identidade nacional esteve, desde cedo, fortemente atrelada à constituição de uma sociedade socialista e à ética e moral revolucionária. O projeto de nação defendido ao longo da luta anticolonial tinha como objetivo uma nova sociedade, revolucionária, independente e livre dos valores do colonialismo e do imperialismo. Estes elementos são constantes nas narrativas nacionais e indicam que, desde cedo, os objetivos da luta levada a cabo pela FRELIMO iam muito além da conquista da independência, que sua concepção de sociedade era perpassada pelas ideias socialista e seu projeto propunha uma profunda transformação social.

Valentin-Yves Mudimbe aponta que o aparato político-ideológico marxista foi muito utilizado no processo de construção das nações independentes africanas, tal apropriação aparece nas narrativas de emancipação e de prescrição da ordem pós-colonial, criadas pelos intelectuais/líderes políticos africanos. Este filósofo indica que houve uma continuidade epistemológica ocidental nos discursos desses intelectuais africanos, visto que não conseguem se desvencilhar da categoria “África”, um objeto e representação do Ocidente.<sup>120</sup> Nesse sentido, a adoção do marxismo, uma episteme Ocidental, por vários intelectuais ligados aos movimentos de libertação nacional africanos proporcionou uma amplificação do discurso marxista. Entretanto, isto não é, necessariamente, visto como algo negativo, na medida em

---

<sup>118</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999. 299 p.

<sup>119</sup> KRUKS, Sonia. From nationalism to Marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977. p. 237-256.

<sup>120</sup> MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013.

que o uso desse aparato metodológico marxista permitiu aos movimentos anticoloniais criar analogias e comparações entre as racionalidades africanas e europeias.

Por sua vez, a partir de discussões apresentadas por Achille Mbembe, observamos que a apropriação do marxismo refletiu de forma clara nas narrativas nacionais da FRELIMO e no projeto do Homem Novo. Segundo o autor, a narrativa nacional, influenciada pelos pensamentos marxista e nacionalista, é permeada pela tensão entre o voluntarismo e a vitimização,<sup>121</sup> e seria caracterizada por quatro elementos: 1) uma visão mecânica e reificada da história; 2) a falta de reflexividade e uma concepção instrumental do conhecimento e da ciência em prol da luta partidária; 3) a negação da tradição em detrimento de uma identidade conferida pelas classes sociais e; 4) uma relação essencialmente polêmica com o mundo, caracterizada por uma retórica que contradiz e denuncia o Ocidente enquanto cria suas próprias narrativas.<sup>122</sup> Esses quatro elementos são bastante perceptíveis quando analisamos as narrativas nacionais criadas e difundidas pela FRELIMO.

O anticolonialismo e o antiimperialismo são elementos essenciais que refletem uma relação de constante denúncia do Ocidente em suas próprias narrativas. Os discursos e representações sobre o Homem Novo moçambicano trazem estes fatores como aspectos centrais. O Homem Novo, por excelência, deveria ter participado da luta armada, vista como um processo de purificação,<sup>123</sup> e estar pronto para, se necessário, pegar em armas novamente para combater as forças imperialistas.

Assim, nacionalismo e anticolonialismo se confundem, são dois lados de uma mesma moeda. A experiência compartilhada pelos diversos povos que ocupavam o território moçambicano sob o domínio colonial português e a luta armada engendrada contra este, foram utilizadas como fator agregador para a construção nacional. Assim, o desejo comum de acabar com o colonialismo aparece como o principal elemento responsável pelo surgimento do nacionalismo em Moçambique. Nesse sentido, a luta anticolonial tornou-se elemento fundador da identidade nacional, como é indicado por Samora Machel:

O que nos unia era o ódio ao colonialismo. Foi para combater o colonialismo, para eliminar o opressor e o ocupante estrangeiro da nossa terra, que todo o povo moçambicano se uniu. Porque nos unimos do Rovuma

---

<sup>121</sup> MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

<sup>122</sup> MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. p. 175-176.

<sup>123</sup> SOUTO, Amélia Neves de. Memory and Identity in the History of Frelimo: Some Research Themes. p. 286.

ao Maputo, porque criámos a consciência de moçambicanos, vencemos na luta de libertação e proclamamos a independência.<sup>124</sup>

Transparece na narrativa nacional uma visão mecânica e reificada da história, como é apontado por Mbembe,<sup>125</sup> na medida em que não leva em consideração a complexidade das identidades dos atores sociais. O uso de binarismos como parte essencial desta narrativa,<sup>126</sup> influenciou profundamente o modo de se retratar a história de Moçambique e o projeto identitário do Homem Novo desenvolvido. Este assumiu um tom maniqueísta, caracterizado pela oposição do “homem novo” ao “inimigo”, da “violência revolucionária” a “violência colonial”, etc.

Nesse sentido, as narrativas se constituem sempre em oposição à figura do *Outro*, frequentemente um inimigo. A identidade nacional moçambicana teria surgido ainda no período colonial a partir da oposição com o colonizador. Com o avanço da luta armada, a figura do inimigo se tornou bem nítida, sendo o *Outro* português o avesso do *Nós* moçambicano, o que indica que a guerra teve um papel catalisador nessa definição das alteridades e constituição da identidade nacional.

Nesse sentido, Maria Paula Meneses aponta como a FRELIMO buscou definir o Homem Novo em oposição à figura do inimigo,<sup>127</sup> vista como um estímulo para o desenvolvimento da consciência nacional comum e esteve presente no “imaginário nacional” desde os tempos da luta armada. A culpabilização de um “inimigo” externo e/ou interno pelo fracasso de políticas adotadas e pelos problemas existentes era um elemento mobilizador bastante eficiente. Assim, por meio da propaganda nacionalista, a figura do inimigo era fortalecida no imaginário popular e acabava por explicar todos os problemas socioeconômicos vivenciados no pós-independência.

Após a independência manteve-se a figura do inimigo, com o desenvolvimento de vários *Outros*. A expressão “inimigo” foi usada para se referir aos problemas enfrentados no dia-a-dia, frutos do subdesenvolvimento do país. Nas palavras de Samora Machel, em 1983, o “inimigo, hoje, chama-se: fome, nudez, pé descalço, obscurantismo, ignorância,

<sup>124</sup> MACHEL, Samora. *A nossa força está na unidade*. Coleção Unidade Nacional 4. Maputo: Instituto Nacional do Disco e do Livro, 1983. p.31.

<sup>125</sup> MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição.

<sup>126</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. p. 10-19.

<sup>127</sup> MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, p. 9-52, Mai. 2015.



analfabetismo, doença”.<sup>128</sup> O termo também é utilizado para se referir àqueles que de alguma forma não se encaixavam no projeto de nação colocado em prática pela FRELIMO, desde aqueles desajustados que não agiam de acordo com os padrões do Homem Novo aos chamados “bandidos armados” que engrossavam as fileiras da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).<sup>129</sup>

Assim, o inimigo apareceu como uma categoria polissêmica que englobava todas as dificuldades encontradas pelo projeto de construção nacional, quer fossem problemas originados no passado colonial ou frutos do conturbado contexto da África Austral nas décadas de 1970 e 1980. E esse inimigo deveria ser liquidado. Assim, muitas das vezes, não há uma análise realmente crítica dos problemas existentes no momento, de modo que, por vezes, como indica Mbembe, a “causalidade é atribuída a entidades fictícias e totalmente invisíveis, no entanto consideradas sempre determinantes, em última instância, da vida e do trabalho do sujeito”.<sup>130</sup>

Os valores burgueses do capitalismo também foram rechaçados, o Homem Novo deveria abrir mão do individualismo e participar da construção coletiva da nação. Assim, as narrativas valorizam o trabalho voluntário e disciplinado, pois somente assim se alcançaria a unidade nacional. Segundo Samora Machel, a unidade nacional seria alimentada pelo “trabalho árduo, da disciplina, do sacrifício e do suor de cada patriota, de cada trabalhador, de cada cidadão moçambicano”.<sup>131</sup> Nesse sentido, constrói-se uma identidade que valoriza o nacional, o qual, seria permeado pela classe camponesa e operária, em detrimento das demais identidades, vistas como ameaça à unidade nacional.

Segundo Zygmunt Bauman, a identidade nacional se diferencia das demais na medida em que exige do indivíduo adesão inequívoca e fidelidade exclusiva.<sup>132</sup> Assim, na tentativa de obter o monopólio de traçar a fronteira entre o *nós* e o *eles*, a identidade nacional buscou eliminar seus opositores. Na narrativa nacional da FRELIMO houve uma recusa aos vínculos étnicos ou ditos “tribais”. Partindo do pressuposto de que a etnicidade e o nacionalismo eram

<sup>128</sup> MACHEL, Samora. *Nossa força está na unidade*. p. 11

<sup>129</sup> A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) quase nunca era nomeada nos meios de comunicação, seus membros eram sempre chamados de “bandidos armados”. É interessante notar o uso dessa expressão pejorativa ao invés de RENAMO, o que evidencia por parte da FRELIMO a falta de reconhecimento da RENAMO como um grupo de oposição política.

<sup>130</sup> MBEMBE, Achille. *As formas africanas de auto-inscrição*. p. 175.

<sup>131</sup> MACHEL, Samora. *A nossa força está na unidade*. p. 32

<sup>132</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.

inconciliáveis, acreditou-se que era necessário “matar a tribo para fazer nascer a nação”.<sup>133</sup> Samora Machel afirmava que

o sangue que vertemos na luta contra o opressor não era makonde, macua, changana, não era bitonga, mutswa, ajáua, chuabo, sena. Não foi o sangue do clã, da tribo, da etnia, não foi o sangue de uma região que libertou Moçambique./ Foi o sangue vertido pelo povo moçambicano, que criou a Pátria, que fez nascer a Independência. É por isso que a nossa unidade é indestrutível.<sup>134</sup>

O mesmo ocorreu com as práticas religiosas. Tentou-se limitar o poder das religiões, vistas como uma ameaça aos ideários nacionalistas. O Homem Novo deveria ser racional, guiado pela ciência, e não pela superstição. Tal ideia era guiada por “uma concepção instrumental do conhecimento e da ciência” em prol da luta partidária.<sup>135</sup> As religiões são apontadas como uma forma camuflada de dominação das massas, visto que os colonialistas estimularam a superstição, “difundiram numerosas religiões no nosso seio que, dividindo as massas, enfraqueciam-as. Ao mesmo tempo as religiões, todas elas, pregavam ao Povo resignação”.<sup>136</sup>

Nesse sentido, para a consolidação do projeto identitário nacional do Homem Novo era essencial uma produção cultural que exaltasse os elementos da nacionalidade moçambicana, na medida em que a cultura era vista como uma ferramenta de fortalecimento da ideologia vigente. Em Moçambique, a propaganda política foi uma função atribuída ao Departamento de Informação e Propaganda (DIP). O DIP foi um dos diversos departamentos criados pela FRELIMO durante a luta anticolonial. Naquele momento, sua missão era informar o povo de Moçambique e o restante do mundo sobre o andamento da luta armada realizada pela FRELIMO e combater as campanhas de propaganda inimiga levadas a cabo por Portugal. De um modo geral, atuava na circulação de informação escrita, na manutenção de contatos com a imprensa internacional, bibliotecas, instituições acadêmicas e outras organizações.<sup>137</sup>

Acreditava-se que somente através da educação e da conscientização política, surgiria um Homem Novo, detentor de “uma nova mentalidade popular e revolucionária”.<sup>138</sup> Nesse

<sup>133</sup>MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. p.21.

<sup>134</sup>MACHEL, Samora. *A nossa força está na unidade*. p. 32.

<sup>135</sup>MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. p. 175.

<sup>136</sup>MACHEL, Samora. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Coleção Estudos e orientações 5. Maputo: Imprensa Nacional, 1979. p. 14.

<sup>137</sup>MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p.130.

<sup>138</sup> MACHEL, Samora. Discurso da Proclamação da Independência. s/p.

sentido, o DIP ficou responsável pela propaganda que deveria dar forma ao Homem Novo moçambicano. Para isto, controlou e usou de diversos meios para propagandear esse modelo ideal de cidadão moçambicano, dentre eles o sistema educacional, os jornais, o cinema, rádio e cartazes. Dessa forma, a FRELIMO colocou em prática um projeto nacional que usou e abusou dos meios de comunicação, carregando-os de elementos ideológico-culturais que tinham como objetivo o fortalecimento dos sentimentos e fidelidades coletivas.

Ao longo da luta anticolonial cabia ao DIP a participação em organizações e conferências internacionais e o envio de representantes em vários países, com o objetivo de mobilizar a opinião política mundial, isolar politicamente Portugal e conseguir apoio material para a FRELIMO. Esse trabalho era facilitado pela existência de centros permanentes em outros países como no Cairo, Argel e Lusaka. Também várias publicações eram realizadas em prol da propagação de informações sobre a luta que se passava em Moçambique. Nesse período foram publicados os boletins informativos em diferentes línguas, a partir de diversos centros da FRELIMO presentes em outros países, como, por exemplo, o boletim publicado em inglês do centro de Dar es-Salaam, chamado *Mozambique Revolution*.<sup>139</sup> Desse Centro também eram produzidos cartazes que seriam espalhados clandestinamente por Moçambique e também por outros países.<sup>140</sup>

Após a conquista da independência, o DIP continuou tendo uma atuação importante: era o responsável pela regulação dos órgãos de comunicação e deveria por meio da informação e da propaganda mobilizar recursos, principalmente o homem, para a construção da nação.<sup>141</sup> Nesse sentido, a constituição do Homem Novo moçambicano era um de seus principais objetivos. Cabe lembrar que a propaganda é estratégica no exercício do poder, especialmente nos governos em que ocorre o controle da informação, visto que seja por meio da censura ou do monopólio dos meios de comunicação as mensagens também são controladas.<sup>142</sup> Através dos veículos de propaganda, as ideias e ideais do novo regime eram transmitidas, enquanto práticas consideradas como indesejáveis eram desencorajadas ou controladas.

---

<sup>139</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p.96.

<sup>140</sup> SALSTION, Berit. SOPA, Antonio. *Catálogo dos cartazes de Moçambique*. Maputo: Núcleo editorial de Universidade Eduardo Mondlane, 1988. 112 p.

<sup>141</sup> FRELIMO. *Discursos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda*. Macomia: Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo, 1975.

<sup>142</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.

Em novembro de 1975, menos de um ano após a independência, realizou-se uma conferência do DIP para traçar as diretrizes que deveriam ser seguidas pelo país. Em seu discurso de abertura na conferência o secretário do DIP, Jorge Rebelo, ressaltou a necessidade dos agentes culturais moçambicanos de se enquadrarem na linha ideológica do partido e se reunirem em prol da reconstrução do país, da mobilização do homem, sua determinação, vontade e capacidade. Pois,

a mobilização do homem requer um trabalho adequado de informação e propaganda. A edificação do poder popular democrático exige como condição, que o povo esteja consciente dos seus direitos e deveres, das tarefas que deve realizar, orgulhoso da sua cultura e da sua personalidade, ciente da sua soberania. E isto é também conseguido através da informação e propaganda, que, nesta perspectiva, deverá informar e formar politicamente, educar, contribuir para as transformações em curso.<sup>143</sup>

Assim, o controle da informação e da propaganda foi considerado essencial para a defesa dos interesses nacionais e a formação do Homem Novo. Ocorreu uma subordinação da cultura e dos agentes culturais, como os jornalistas e artistas, ao grupo político no poder. Os agentes culturais passaram a ocupar posições importantes no aparelho do Estado, entretanto, tiveram as suas instituições representativas, como associações e sindicatos, fortemente submetidas ao Estado, que acabava por estabelecer “o que se considerava ideologicamente em condições de ser promovido ou divulgado”.<sup>144</sup>

O material propagandístico produzido e divulgado pelo DIP, como os discursos e cartazes, incorporavam mitos e símbolos que passaram a fazer parte da narrativa histórica nacional e ocupar uma posição fundamental no processo de constituição da identidade nacional.<sup>145</sup> Nesse sentido, esse material propagandístico incorpora um discurso identitário que reforça o sentimento de pertencimento a um coletivo nacional. Fazem parte das “tradições inventadas” associadas ao nacionalismo em Moçambique.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> Discurso do camarada Jorge Rebelo, secretário nacional do Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, na sessão de abertura da Conferência Nacional do D.I.P. In: FRELIMO. *Discursos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda*. Macomia: Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo, 1975, p. 11-12.

<sup>144</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 136.

<sup>145</sup> RIBEIRO, Fernando Bessa. A Invenção dos Heróis: Nação, História e Discursos de Identidade em Moçambique.

<sup>146</sup> HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

Para além do investimento em educação e propaganda que buscava por meio do convencimento consolidar e tornar realidade a comunidade nacional, a construção/manutenção da identidade nacional exigiu uma vigilância constante e, em alguns casos, o uso da força. Nesse sentido, o Estado-nação realizou investimentos em elementos repressivos que buscavam selecionar e moldar uma memória baseada nos interesses da elite política freliminista, um exemplo disso foi a existência dos campos de reeducação para onde foram enviados aqueles que não correspondiam às especificidades do Homem Novo. O resultado disso foi o surgimento de uma memória política coletiva ambígua, marcada por silenciamentos e esquecimentos. Segundo Meneses,

Em Moçambique, se o lembrar da opressão e exploração colonial teve um papel determinante na produção de uma visão identitária nacional coerente, o esquecimento – e a violência que este acarreta – desempenharam igualmente um papel fundamental.<sup>147</sup>

Nesse contexto, discute-se o autoritarismo que, muitas das vezes, caracterizou as políticas desenvolvidas pela FRELIMO e dificultou o desenvolvimento nacional. Após a independência, a FRELIMO instaurou um “projeto de modernização autoritário” que não levou em consideração as realidades da população.<sup>148</sup> Por outro lado, o governo teve de encarar as constantes afrontas dos regimes segregacionistas de minoria branca na região. Assim, fatores externos associados às tensões internas, fruto de divergências de cunho sociocultural e político existentes desde a luta de libertação nacional, e à falta de um projeto político que buscasse conciliá-las acabaram por desencadear um conflito civil logo após a conquista da independência.<sup>149</sup> O conflito entre a FRELIMO e a RENAMO iniciou-se em 1976 e só teve fim em 1992, com a assinatura de um Acordo Geral de Paz. Foi um longo período de disputa entre os dois grupos, ideologicamente opostos, que só agravou os problemas socioeconômicos do país. Os constantes enfrentamentos provocaram enormes gastos com recursos militares e humanos e a insuficiência da infraestrutura do país.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. p. 15.

<sup>148</sup> CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. *Africana Studia*, Porto, Faculdade de Letras, Centro de estudos africanos, VIII, Out. 2006, p. 51.

<sup>149</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 121-158.

<sup>150</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 121-158.

Em um contexto regional, Moçambique esteve envolvido em conflitos com os regimes de minoria branca da África do Sul e da Rodésia, que provocavam grave desestabilização econômica e militar. A FRELIMO, numa posição claramente combativa aos regimes segregacionistas e ao imperialismo, dava apoio aos movimentos de resistência desses países, principalmente ao ANC (African National Congress/Congresso Nacional Africano) e à ZANU (Zimbabwe African National Union/União Nacional Africana do Zimbábue). Por outro lado, estes países vizinhos, desde o processo de transição para o governo independente, deram apoio à formação e desenvolvimento de grupos políticos de oposição à FRELIMO. A própria RENAMO, por exemplo, se formou a partir dos apoios financeiros e militares recebidos da Rodésia e da África do Sul.

Em um contexto global, inserido na bipolarização da Guerra Fria, o país buscou por alianças, inserção e reconhecimento mundial. Desde o período da luta anticolonial, a FRELIMO havia se aproximado de países do campo socialista, de onde obteve apoio militar, diplomático, financeiro e na formação de quadros. Esse apoio foi algo essencial para a conquista da independência, entretanto, após esse processo e, principalmente, ao longo da década de 1980 esta aproximação já não se mostrava tão vantajosa. O campo socialista passava por uma crescente crise política e econômica, aumentando a pressão internacional sobre o novo país. Além do fato de que, internamente, o fracasso das políticas de cunho marxista-leninista instituídas e o descontentamento da população direcionaram o país para uma abertura política e econômica.<sup>151</sup>

Nesse sentido, o desafio da FRELIMO sempre foi constituir laços que unificassem os vários grupos étnicos e sociais sob uma mesma identidade, foi fazer a população compreender o significado de uma nação, do que era ser um moçambicano. Atendendo a esta necessidade, o Massacre de Mueda foi inserido na narrativa histórica nacional, ainda durante a descolonização. O incidente em Mueda foi apresentado como o momento de surgimento de uma consciência nacional, quando a população descobriu a importância da unidade para se alcançar a independência, assumiu uma função mobilizadora e explicativa sobre a fundação da nação. Nesse sentido, as representações sobre o Massacre de Mueda foram essenciais para constituição de uma memória coletiva sobre o nacionalismo em Moçambique.

---

<sup>151</sup> O ano de 1986 trouxe mudanças profundas para Moçambique, a morte de Samora Machel, o avanço da guerra civil e os graves problemas políticos, econômicos e sociais guiaram o país para adoção de uma política econômica liberal, que já vinha sendo ensaiada nos dois anos anteriores. Essa abertura econômica é acompanhada de uma mudança política nos anos seguintes, com a criação de conversas de paz com a RENAMO e a aprovação de uma constituição multipartidária em 1990.

A FRELIMO buscou construir uma memória coletiva nacional, sacralizar os mitos de origem e desenvolver ritos e símbolos de modo a congregar os diversos grupos e criar sentimentos de pertencimento entre eles.<sup>152</sup> Ademais, apostou na propaganda como um elemento essencial para o sucesso da luta anticolonial, esta seria a responsável pela veiculação das representações constituídas em torno de uma nação moçambicana, da criação de um imaginário nacional. Dessa forma, buscou-se o enquadramento da memória e a criação de uma narrativa histórica nacional como forma de intervenção na memória coletiva e de manipulação do passado.<sup>153</sup> Nesse processo, o uso dos lugares da memória foi importante para dar forma e unidade ao coletivo nacional:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações (...). Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.<sup>154</sup>

Assim, o Massacre de Mueda assumiu um lugar de memória no imaginário coletivo de Moçambique. O caráter reivindicatório dessa mobilização e o trauma provocado pela violenta resposta colonial permitiram a construção de narrativas baseadas neste acontecimento que serviram para explicar a experiência colonial e mobilizar o apoio popular em torno do nacionalismo da FRELIMO. Dessa forma, a inserção do acontecimento em uma grande narrativa nacionalista atuou como um mecanismo importante na constituição do projeto nacional.

\*\*\*\*\*

---

<sup>152</sup> CATROGA, Fernando. *Pátria, Nação, Nacionalismo*. p. 24.

<sup>153</sup> POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*.

<sup>154</sup> LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e memória*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 473.

Na busca pela construção da moçambicanidade, a FRELIMO estruturou e organizou uma grande narrativa nacional. Esta narrativa, detentora de um caráter oficial, foi construída a partir de uma evidente e constante mobilização e ressignificação do passado colonial. Baseou-se nos sentimentos e nas experiências vividos durante o período colonial com o objetivo de mobilizar os povos do território moçambicano em favor do fim do colonialismo e na defesa de uma identidade própria. Esta narrativa e sua difusão nos meios educacionais e propagandísticos foram essenciais para o sucesso da luta anticolonial em Moçambique e para a manutenção da FRELIMO no poder após a conquista da independência.

A construção de uma identidade e da unidade nacional foi uma constante durante todo o período analisado. Para tal, a FRELIMO procurou criar sentimentos de pertencimento entre os diversos grupos sociais através da sacralização dos mitos de origem e de fundação, bem como do desenvolvimento de ritos e símbolos. Tais investimentos, que objetivavam a consolidação da identidade nacional estiveram marcados pela busca pelo Homem Novo. Este foi uma figura bastante importante ao longo do processo de descolonização e de construção nacional em Moçambique, visto que a partir desse modelo identitário traçou-se expectativas para a nova nação e buscou-se definir as formas de ser e de se pensar o moçambicano.

As narrativas históricas que tratam do Massacre de Mueda foram alimentadas pela FRELIMO através da reconstituição dos testemunhos sobre o incidente. Tais testemunhos foram transmitidos pela FRELIMO ao longo dos anos como sinônimo da história nacional, numa narrativa criada sem o uso de outras fontes como forma de contraponto. Carregada de um caráter de verdade, esta narrativa buscou a aceitação do corpo nacional através de uma ampla divulgação nos meios de comunicação. Ademais, incorporaram novos elementos e variáveis de acordo com o contexto em que eram escritas. A narrativa nacional precisou se adaptar para que pudesse continuar a trabalhar na manutenção da unidade e na construção de uma identidade nacional.

A inserção do Massacre de Mueda na narrativa nacional e sua representação carregada de simbolismos deixam claro o entendimento por parte da FRELIMO do contexto de descolonização e das possibilidades propiciadas por esse contexto. Assim, foi um acontecimento bastante representado nas narrativas nacionais e constantemente reorganizado e ressignificado de acordo com as circunstâncias exigidas pelo presente, tal como é feito até os dias de hoje.



Por fim, cabe ressaltar que o Massacre de Mueda deve ser visto como um dos fios constitutivos da narrativa histórica oficial, a qual contribuiu para a conformação de um imaginário coletivo, de uma memória nacional e, assim, de uma moçambicanidade. É evidente a continuidade da mobilização do Massacre de Mueda pela FRELIMO e suas variantes narrativas que surgem em diferentes contextos, o que indica um grande potencial simbólico deste incidente. Desta forma, as atribuições simbólicas a este acontecimento serão analisadas nos capítulos seguintes, onde os elementos constitutivos desta narrativa oficial serão mais bem explorados e seu contexto de criação reconstruído.

## CAPÍTULO 2 - O MASSACRE DE MUEDA E A DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: UNIDADE E LUTA ANTICOLONIAL (1962-1975)

“Vozes insepultas de Xinavane  
 Vozes insepultas de Mueda  
 Fazem-nos despertar de nosso sono.  
 E visões dantescas da Guernica de Picasso  
 Mais uma vez fazem ressuscitar a angústia em nós  
 Mais uma vez fazem ressuscitar a revolta em nós.  
 (...)

A liberdade virá dos canos dos rifles incandescentes  
 Quando os cajueiros da liberdade florescerem novamente  
 Quando as xituvanas da paz  
 Desenharem geometricamente no céu azul – silenciosamente  
 Símbolos da paz  
 Então, das cinzas do passado um novo Moçambique  
 Surgirá  
 Livre.”

Craveirinha Mpfumo<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> Mpfumo, Craveirinha. Certainty. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam. n. 41, Out./Dez. 1969. p. 10. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6008/rec/221>. Acesso em: 12 dez. 2018. Tradução nossa do original em inglês: “*Unburied voices of Xinavane/ Unburied voices of Mueda/ Rouse us from our slumbers./ And Dantesque visions of Picasso's Guernica/ Once more revive the anguish in us/ Once more nourish the revolt in us./ (...) Freedom will come from the barrels of red-hot rifles./ When the cashew trees of freedom flower again/ When the Xituvanas of peace/ Draw geometric patterns on the blue sky – silente/ Symbols of peace/ Then from the ashes of the past a new Mozambique/ Shall arise/ Free.*”

O processo de descolonização de Moçambique, iniciado na década de 1950, teve como auge o surgimento da FRELIMO em 1962, concebida como uma frente única na luta contra o colonialismo português em Moçambique. Apesar da existência de movimentos de resistência ao colonialismo português desde sua instituição, estes movimentos eram esporádicos e, em grande parte, desorganizados e incapazes de mobilizar uma parcela numerosa da população. Somente com a formação dos partidos nacionalistas e a sua junção em um movimento nacional detentor de um projeto amplo e consistente, a FRELIMO, é que se foi capaz de alcançar a independência em Moçambique.

Desde sua formação, as atividades desenvolvidas pela FRELIMO foram desenvolvidas a partir dos princípios de unidade e de luta. Criada a partir da junção de três partidos nacionalistas pré-existentes, o sucesso do movimento dependeu da unificação das pautas, bem como de seus membros e propriedades.<sup>156</sup> Já no Primeiro Congresso da FRELIMO, realizado em setembro de 1962, buscou-se discutir a questão da unidade nacional, sendo esta definida como uma exigência fundamental para o povo de Moçambique e a sua libertação do colonialismo português.<sup>157</sup> Por isto, este Congresso ficaria conhecido também como o Congresso da Unidade.

É neste momento também que se afirma o princípio da luta anticolonial, “a decisão inquebrantável do povo moçambicano de prosseguir o combate até a liquidação completa do colonialismo português” e conquistar a independência nacional.<sup>158</sup> A luta armada, que só foi iniciada em setembro de 1964, foi antecedida por dois anos de intensa preparação ao longo dos quais a FRELIMO buscou mobilizar a população, engrossar os quadros do movimento e conseguir o apoio internacional em torno da causa nacional. Assim, estes dois princípios – a unidade e a luta – estão profundamente associados no processo de descolonização de Moçambique. O principal objetivo da FRELIMO era conceber

---

<sup>156</sup> FRELIMO. *Declaration. 1962 June 25*. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7561/rec/240>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>157</sup> FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comité Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>158</sup> FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comité Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

a união de todos os Moçambicanos sem qualquer discriminação de origem étnica, de condição de fortuna, de confissão religiosa ou filosófica, nem de sexo na luta por todos os meios para a liquidação imediata e completa do colonialismo português e para a conquista da Independência Nacional.<sup>159</sup>

O projeto nacional desenvolvido apresentava um caráter globalizante e integrava todos os setores da sociedade colonizada, os vários grupos étnicos, sociais e culturais, desde que estes internalizassem o princípio da unidade nacional e aceitassem a FRELIMO como “detentora e garante da Unidade Nacional”.<sup>160</sup> Assim, a FRELIMO, concebida como uma frente ampla e representante da vontade popular, buscou ao longo de todo o período de descolonização uma constante mobilização da população em prol do desenvolvimento da luta anticolonial e da unidade nacional.

Este capítulo pretende explorar como o Massacre de Mueda esteve inserido nas narrativas nacionais oficiais criadas ao longo da luta anticolonial e como estas narrativas foram usadas em favor do desenvolvimento da luta armada e da formação de um imaginário nacional. Serão analisados os discursos políticos e materiais impressos, em especial os boletins informativos, publicados pela FRELIMO no período. A partir deles, avaliaremos de que forma o episódio esteve associado à elementos essenciais ao projeto de unidade nacional e à luta anticolonial, dentre eles mobilização popular, a violência colonial, a territorialidade da guerra e as dimensões territoriais do projeto nacional da FRELIMO.

## 2.1 – Imprensa e Mobilização Durante a Luta Anticolonial (1962-1975)

Neste contexto, a imprensa assumiu um papel de destaque, servindo como canal de divulgação e constituição das narrativas nacionais. Os boletins informativos e outras publicações impressas,<sup>161</sup> publicados no contexto da luta anticolonial, nos permitem analisar

---

<sup>159</sup> FRELIMO. *Documentos. Comité Central*. 1º Congresso. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.22. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>160</sup> BRITO, Luís de. Instituições Políticas e Unidade Nacional. In: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, António (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE-Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2016. p. 27.

<sup>161</sup> Foram analisados os boletins publicados pela FRELIMO, que aparecem como: 1) Boletim de Informação (1963-64); 2) Boletim Nacional (1964-65); 3) A voz da Revolução (1965-68). Mas também, os publicados internacionalmente: 1) *Mozambique Revolution* (1963-75), inclusive com uma edição especial de Nova Iorque entre 1964 e 1965 e 2) *Information Buletin* (publicado de forma esporádica no Cairo e Argélia). Também foram

estas narrativas nacionais, as quais refletem diretamente a linha política do movimento em consonância com a conjuntura da luta anticolonial em que eram criadas. A publicação de imprensa da FRELIMO, que nos primeiros anos se dava de maneira bastante precária, desenvolveu-se ao longo dos anos da luta, servindo de um importante elemento de divulgação da causa nacional em território moçambicano e internacional.

É interessante observar o avanço dos processos de criação e reprodução destes registros, em especial dos boletins informativos, documentos direcionados à informação e mobilização dos militantes e apoiadores internacionais. Nos primeiros anos, as técnicas de impressão e reprodução destes boletins refletem a falta de experiência do setor de informação e dos materiais tipográficos necessários. Os boletins apresentam layouts bastante simples, na maior parte das vezes ilegíveis e pouco atraentes para o leitor. Na virada dos anos 1970, as técnicas são melhoradas e os boletins aparecem com uma tipografia bastante clara. As fontes tem seu tamanho reduzido, entretanto tornam-se mais legíveis e alinhadas. Associadas aos textos, as edições ganham cores, ilustrações mais elaboradas e fotografias, antes inexistentes. Esses elementos proporcionaram grandes mudanças no material que era produzido, tornando-o mais convincente, atraente e acessível para o leitor.

Infelizmente, os estudos sobre a imprensa desenvolvida pela FRELIMO ao longo da luta anticolonial ainda são bastante escassos, quase inexistentes. À exceção de um ou outro texto que busca introduzir o tema, inexitem estudos que apresentem uma análise direta e profunda do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP) neste contexto. Ademais, o material publicado nesse período, apesar de informar o local de sua produção, não é acompanhado de dados como o número de tiragens ou assinatura dos responsáveis pela produção e diagramação das reportagens. Assim, há uma grande dificuldade em traçar uma análise de como era feita sua produção e circulação.

Os materiais de imprensa foram publicados em diferentes línguas, levando em consideração o objetivo de informar e mobilizar diferentes públicos leitores. A partir do Centro da FRELIMO localizado em Dar Es Salaam eram impressos e divulgados vários materiais em língua portuguesa, dentre eles os boletins informativos,<sup>162</sup> comunicados e

---

observados alguns discursos e documentos dos dois primeiros congressos realizados pela FRELIMO, além de comunicados e reportagens publicadas na imprensa internacional.

<sup>162</sup> Os boletins em língua portuguesa assumiram diferentes nomes ao longo da luta anticolonial: Boletim de Informação (Ago. 1963 – Ago. 1964), Boletim Nacional (Set. 1964 - Jun.1965), A Voz da Revolução (Jun.

cartazes. Deste mesmo Centro era publicada a edição inglesa dos boletins informativos, intitulada *Mozambique Revolution*. Também, eram publicados boletins nas línguas faladas pelos principais grupos étnicos de Moçambique. Além disso, entre 1964 e 1965 foi publicada uma edição especial em Nova Iorque, o *Mozambique Revolution (New York ed.)*. Ainda, de forma esporádica, eram publicadas algumas edições em francês, na Argélia (*Bulletin d'Information*) e na União Árabe/Egito (*Information Bulletin*) pelos Bureaus Permanentes da FRELIMO nestes dois países.

Várias reportagens eram destinadas à levar notícias sobre o desenvolvimento da luta que se passava em Moçambique. Buscava-se mobilizar apoio internacional moral e materialmente, de modo a conseguir arrecadar suprimentos essenciais para o desenvolvimento da guerra, como alimentos, roupas, assistência médica e material de guerra para os quadros militares. Além disso, era necessário inspirar a coragem e a disciplina dos combatentes para se levar a guerra adiante. A realização de uma guerra prolongada trazia muitos encargos à população: as perdas de familiares, a constante situação de privação, e, conseqüentemente, o fim do entusiasmo do exército. Assim, o objetivo final da guerra deveria ser sempre lembrado, assim como os valores da FRELIMO.

A imprensa foi responsável por noticiar as ações da FRELIMO, bem como as mudanças, avanços e dificuldades que surgiram ao longo dos treze anos de luta anticolonial. Ao longo desse período, a FRELIMO passou por várias mudanças e a principal delas foi a evolução, ocorrida ao longo dos anos, de um movimento anticolonial para um movimento revolucionário, cada vez mais próximo dos ideais marxista-leninistas. Já nos primeiros anos o movimento anticolonial foi associado às concepções revolucionárias, sendo, inclusive, o boletim de língua inglesa, publicado a partir de 1963, intitulado de *Mozambique Revolution*. Em publicação do início de 1964, buscavam explicar o porquê do movimento ser considerado uma revolução:

A FRELIMO considera que a luta que o Povo Moçambicano hoje trava, não é mais do que uma fase de um processo revolucionário que culminará com a

mudança radical do estado actual de coisas em Moçambique e realizar as nobres aspirações do Povo Africano hoje subjogado e explorado.<sup>163</sup>

Dessa forma, o movimento aparece desde o início relacionado à ética e à moral revolucionárias. O objetivo era a construção de uma nova sociedade, livre dos valores do “colonialismo” e do “imperialismo” e que seria acompanhada do surgimento de uma nova cultura e de um novo homem. A linha política e as regras sociais seriam definidas durante os Congressos e deveriam atender à vontade popular, composta por uma aliança entre operários e camponeses. Este “marxismo tácito” dentro os quadros da FRELIMO ficaria mais claro em meados de 1968, quando iniciou-se um embate entre duas linhas políticas divergentes existentes no interior do grupo, que resultou na vitória e consolidação dos ideais da linha que carregava uma concepção mais revolucionária.<sup>164</sup>

O Massacre de Mueda fez parte das publicações impressas da FRELIMO desde seu surgimento e, com o desenvolvimento da luta, passou a ser comemorado anualmente como uma data bastante significativa para o nacionalismo moçambicano. Referenciado desde 1962 como um exemplo da violência colonial, o episódio ganhou mais espaço nas narrativas nacionais com o avançar da luta anticolonial, principalmente a partir da segunda metade de 1960. Neste novo contexto, é comum encontrar editoriais sobre o massacre, com descrições do episódio, depoimentos de sobreviventes e análises que atribuem a ele um tom comemorativo devido a sua importância para a luta anticolonial.

A apropriação do Massacre de Mueda e sua inserção nas narrativas nacionais obedece à um entendimento por parte da FRELIMO do contexto de descolonização e das possibilidades propiciadas por esse contexto. Nesse sentido, é fácil compreender o porquê de o Massacre de Mueda ter tomado um lugar de destaque nas narrativas nacionais, em detrimento de outros eventos violentos perpetrados pelo colonialismo português.

A FRELIMO obteve bastante sucesso no processo de mobilização da população colonizada em prol dos ideais de independência e transformação social. Para tal, era essencial compreender o que seria dito, em que contexto e para que público. Assim, a análise dos documentos produzidos indica uma boa capacidade narrativa da FRELIMO. Ela foi capaz de

---

<sup>163</sup>Por que Mozambican Revolution?. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 5, p. 4, Fev. 1964. Disponível em: <http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9365/rec/110>. Acesso em: 11 jan. 2019.

<sup>164</sup>KRUKS, Sonia. From nationalism to Marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977. p. 237-256.

estruturar e organizar as experiências vividas ao longo do período colonial e inseri-las numa narrativa histórica nacional própria, demonstrando um entendimento da dimensão de poder que perpassa as narrativas de emancipação nacional e sua capacidade de mobilização. Para isso, o conhecimento dos contextos de recepção dessas narrativas - os grupos que as receberiam, seus repertórios e interesses - era essencial. E saber lidar com essas especificidades pode ter influenciado positivamente para o sucesso da FRELIMO e a eficácia de suas narrativas diante da população.

## **2.2 – O Massacre de Mueda e o Desenvolvimento da Luta Armada: A Contra-violência Revolucionária e a Mobilização Popular**

Após a Segunda Guerra Mundial, Moçambique viu florescer em várias colônias do território africano os movimentos nacionalistas, a instituição de partidos africanos e a independência de dezenas de colônias através de processos de descolonização pacíficos. Por outro lado, Portugal tornava-se cada vez mais inflexível diante de suas colônias. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo aumento da repressão nas colônias portuguesas. As perseguições e as prisões aumentaram, inclusive com a criação de subdelegações da PIDE nos territórios coloniais.

Enquanto aumentava a repressão nas colônias, Portugal usava de subterfúgios diante da comunidade internacional para manter suas colônias. O aumento de pressões para que o princípio da autodeterminação dos povos fosse garantido e a condenação do “colonialismo em todas as suas formas e manifestações”,<sup>165</sup> levaram Portugal a apresentar uma série de reformas em 1961, como a transformação das colônias em “Províncias ultramarinas”, mudança nominal, simbólica, mas que, na prática, nada trouxe de novo. Além disso, outras reformas legislativas como a abolição do Estatuto do Indigenato, alterações no regime de trabalho e salários e o fim das culturas obrigatórias foram instituídas, mas “não alteraram a natureza das relações em Moçambique”, pelo contrário, acentuaram as práticas repressivas e segregacionistas nas colônias.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Resolução 1514 (XV) da Assembléia Geral de 14 de dezembro de 1960. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/dec60.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.

<sup>166</sup> CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. p. 240.



A rigidez do sistema colonial português, comparativamente às outras potências coloniais europeias, refreou o desenvolvimento dos movimentos anticoloniais em Moçambique, que só se tornaram efetivos na virada para a década de 1960. Diante da impossibilidade de articulação política e criação de partidos nas colônias portuguesas, alvo de constante repressão, os movimentos nacionalistas moçambicanos surgiram no exterior a partir da organização de imigrantes. Assim, toda a articulação e desenvolvimento da luta anticolonial teve de ser desenvolvida fora de Moçambique, em especial na Tanzânia que serviu de base para a luta contra o colonialismo português.

A alternativa da luta armada estava clara desde o Primeiro Congresso da FRELIMO, realizado em setembro de 1962, quando, dentre as medidas a serem adotadas pelo Comitê Central da FRELIMO em prol da organização da luta anticolonial, estava a “obtenção de meios para a autodefesa e para manter e desenvolver a resistência do povo moçambicano.”<sup>167</sup> Apesar disto, a FRELIMO, durante os primeiros anos de sua existência, desenvolveu um intenso trabalho diplomático na tentativa de negociar e angariar apoio para um processo de descolonização pacífico em Moçambique. No entanto, este caminho, com o passar dos anos, foi sendo visto como algo cada vez mais distante.

Assim, junto da atuação diplomática do movimento, foram sendo desenvolvidas as condições para a implementação da luta armada, tida como algo inevitável, haja vista a inflexibilidade mostrada pelo governo português em conceber a independência de suas colônias. Logo, a luta armada foi considerada o caminho mais adequado à conjuntura do colonialismo português. As “estratégias gandhistas de libertação”,<sup>168</sup> que prezavam pelos métodos de desobediência civil e pelas manifestações pacíficas não eram mais vistas como um caminho viável a ser trilhado em Moçambique.

Primeiro em Angola, depois na Guiné e por fim, em Moçambique, a luta armada mostrou ser a melhor opção para as colônias portuguesas alcançarem suas independências. Em maio de 1964, durante um discurso na Argélia, Eduardo Mondlane anunciava a inevitabilidade da luta armada:

---

<sup>167</sup> FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comitê Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.22. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>168</sup> MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). *História geral da África*, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 142.

Nós estamos conscientes do facto de que só pela via das armas nós conseguiremos a Independência. Chegamos a essa conclusão pela nossa experiência de luta em Moçambique, e também pela experiência dos nossos irmãos de Angola e da Guiné dita portuguesa. / É por isso que nós prosseguimos o trabalho de organização e mobilização do Povo, e criamos as condições necessárias para a passagem à fase da acção directa. Nós cumpriremos o nosso dever, continuaremos a luta, faremos todos os sacrificios necessários, e venceremos o colonialismo português.<sup>169</sup>

Ademais, vale ressaltar que a luta anticolonial desenvolvida em Moçambique foi um conflito bastante internacionalizado, influenciado pelo contexto da Guerra Fria. Portugal, desde o início, recebeu apoio externo dos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em especial Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra, que “por muito tempo subvencionou, direta ou indiretamente, a repressão obstinada exercida pelos portugueses em suas colônias”.<sup>170</sup> Por outro lado, o movimento nacionalista moçambicano, recebeu apoio material e moral de um grande número de países do campo socialista, como União Soviética, China, Cuba e Vietnã, além do apoio de vários países africanos já independentes e de posições políticas mais revolucionárias como Argélia, Tanzânia, Gana e Egito.<sup>171</sup>

Em especial, a Tanzânia funcionou como base segura para a FRELIMO se desenvolver e realizar a luta anticolonial. Em seu território, foram montadas a sede da FRELIMO e várias bases militares, além do Instituto Moçambicano, instituição educacional da FRELIMO. A aliança entre a TANU e a FRELIMO são bastante intensas ao longo de todo o período, com a participação de líderes tanzanianos nas atividades da FRELIMO e vice-versa e o apoio material e militar dado aos militantes moçambicanos. Todo este apoio recebido pode ser explicado por uma política solidária em defesa dos direitos dos africanos adotada pelo movimento tanzaniano. Mas, cabe também observar que estas relações entre os movimentos

<sup>169</sup>O Congresso da F.L.N. (Argélia). *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 8, Mai. 1964. p. 5. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9377/rec/120>. Acesso em: 11 jan. 2019.

Em março, o vice-presidente Uria Simango já anunciava, durante conferência de imprensa na Zâmbia, a impossibilidade de uma independência pacífica. Ver: A Frelimo na Zâmbia. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 6, Mar. 1964. p. 6.

Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9726/rec/95>. Acesso em: 08 jan. 2019.

<sup>170</sup> MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. p. 143.

<sup>171</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999. 299 p.

nacionalistas tanzaniano e moçambicano datam de período anterior à formação da FRELIMO, quando a TANU já auxiliava os partidos formados pelos imigrantes moçambicanos. Inclusive, muitos moçambicanos da região Norte se envolveram diretamente com o movimento nacionalista tanzaniano na década de 1950.<sup>172</sup>

Apesar da importância, principalmente estratégica, do apoio oferecido pela vizinha Tanzânia, a Argélia foi o país mais influente sobre o desenvolvimento da luta armada pela FRELIMO. O fato dos partidos nacionalistas moçambicanos terem se desenvolvido tardiamente, comparado à outras colônias africanas, permitiu a estes grupos observarem diferentes casos de descolonização no continente africano e adequarem estes casos à realidade moçambicana. Por exemplo, viu-se que o modelo de luta anticolonial realizado nas antigas colônias inglesas, como o ocorrido na Tanzânia, através da luta política pacífica, não era possível em Moçambique. Por outro lado, a luta armada desenvolvida inicialmente na Argélia e, posteriormente, iniciada em Angola e na Guiné Bissau, pareceu ser o melhor caminho diante das particularidades do colonialismo português:

Em seu conjunto, as estratégias gandhistas de libertação tiveram sua aplicação suspensa na África no fim dos anos 1950. Quando a Argélia se tornou independente, em 1962, ficou muito evidente que as colônias portuguesas e os territórios onde o poder estava nas mãos das minorias brancas dificilmente seriam libertados de forma pacífica. Tanto no primeiro quanto no segundo casos, os métodos de desobediência civil de Gandhi não teriam possibilidade alguma de sucesso. Eles teriam como consequência, ao contrário, somente o desencadeamento de impiedosas repressões inclusive com massacres de civis desarmados, situações que haviam ficado bem claras desde o elucidativo massacre de Sharpeville, em março de 1960.<sup>173</sup>

Logo após alcançar sua independência em 1962, a Argélia, sob a liderança da Frente de Libertação Nacional (F.L.N) e de Ben Bella, se dispôs a treinar os militantes da FRELIMO e prepará-los para a luta de libertação, a partir das experiências e técnicas desenvolvidas ao longo da prolongada guerra anticolonial argelina. Neste período, “Argel tornou-se a capital

---

<sup>172</sup> CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. p. 29-46.

<sup>173</sup> MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. p. 142.

dos movimentos de libertação”.<sup>174</sup> Além da existência de um campo de treinamento militar, o governo de Ben Bella oferecia aos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas uma série de facilidades, como uma residência para a instalação de uma sede da Organização, subsídios e passagens para seus dirigentes, além de documentos de viagem com identidades falsas para seus membros.<sup>175</sup>

Por várias vezes, o presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, demonstrou grande interesse e admiração pelo processo de descolonização argelino. Em reportagem publicada no *Christian Science Monitor*, em março de 1964, e transcrita na primeira edição nova-iorquina do *Mozambique Revolution*,<sup>176</sup> a FRELIMO anunciou que a luta armada seria desencadeada em Moçambique ainda naquele ano, através de uma guerra de guerrilha. Além disso, informou que o treinamento dos soldados estava sendo realizado nos países do Leste da África, e que os comandantes de guerrilha estavam sendo treinados na Argélia e na República Árabe Unida (Egito).

Contendo informações cedidas por Eduardo Mondlane, a reportagem indicou o interesse da FRELIMO em conduzir a luta pela independência em Moçambique da mesma forma que a F.L.N. desenvolveu na Argélia, além da grande admiração pelos caminhos políticos desenvolvidos pelo movimento argelino. Mondlane teria ressaltado as similaridades entre a colonização e estrutura social dos dois países, visto que ambos apresentavam uma significativa colônia de emigrantes europeus detentora do governo e dos setores chave da economia. Além disso, teria falado com interesse sobre a evolução da Argélia como um estado de partido único, e indicado as semelhanças na organização política dos dois países, com a aplicação do mesmo princípio de liderança colegial e a existência de um Conselho Nacional.<sup>177</sup>

Ainda, durante um Congresso da F.L.N, em abril de 1964, do qual a FRELIMO participou, Eduardo Mondlane realizou um discurso na sessão de abertura no qual falou do

---

<sup>174</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. p. 118.

<sup>175</sup> MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. p. 118.

<sup>176</sup> When Mozambique rains end... *Mozambican revolution*, New York ed., v. 1, no. 1, 1964[?]. Disponível em: <http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6499/rec/326>. Acesso em: 08 jan. 2019.

<sup>177</sup> FRELIMO. *Constitution and programme*. 1962. Disponível em: <http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6022/rec/237>. Acesso em: 09 jan, 2019.

“auxílio positivo e directo” na luta de libertação e do grande apoio argelino oferecido ao desenvolvimento da luta em Moçambique. Por isso, Moçambique estaria seguindo o exemplo dado pela Argélia à “Africa e ao Mundo”.<sup>178</sup> Por fim, disse que era de seu interesse observar de perto o exemplo da F.N.L e seu desenvolvimento. A existência de uma delegação da FRELIMO na Argélia e a presença frequente de seus principais líderes neste país demonstram as profundas relações existentes entre os dois movimentos. Portanto, o desenvolvimento da luta armada em Moçambique parece ter sido bastante influenciado pelo apoio recebido pela FRELIMO da F.L.N e pela relação entre os dois grupos, em especial durante o governo de Ben Bella (1963-1965).

Para além do apoio material e moral, a influência ideológica da Argélia sobre o projeto da FRELIMO também foi bastante significativo. As concepções de luta, cultura e de um novo humanismo desenvolvidas ao longo da luta argelina e eternizadas nas obras de Frantz Fanon, encontram vários ecos no projeto anticolonial e de construção nacional desenvolvidos pela FRELIMO. O interessante é que em nenhum dos textos publicados pela FRELIMO analisados neste estudo, fazem referências diretas às obras ou à atuação política de Frantz Fanon. No entanto, a partir de uma análise comparada, é possível observar várias aproximações entre as concepções fanonianas e as narrativas constituídas pela FRELIMO. Muitas delas trazem discussões que tocam o episódio do Massacre de Mueda, dentre eles os temas das violência e da contra-violência, da construção de uma nova cultura através da luta e de um novo humanismo.

A atuação política de Frantz Fanon em favor da descolonização africana, inclusive com sua participação direta na luta pela descolonização da Argélia, tornou-o uma figura importante dentre os meios anticoloniais e revolucionários da época.<sup>179</sup> Mesmo após sua morte em 1961, sua influência no chamado “Terceiro Mundo” continuou forte e seus textos a alimentar processos revolucionários em todo o mundo. Seu trabalho contribuiu profundamente para se pensar o colonialismo e os meios para a sua destruição, bem como as formas de superação da herança colonial e a reconstrução de uma nova sociedade.

---

<sup>178</sup> O Congresso da F.L.N. (Argélia). *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 8, Mai. 1964. p. 5. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9377/rec/120>. Acesso em: 11 jan. 2019.

<sup>179</sup>SANHUEZA, Marcelo. *Violencia/Contraviolencia: Descolonización e reinterpretación del marxismo revolucionario em Los Condenados de la Tierra de Frantz Fanon*. OLIVA, Elena; STECHER, Lucía; ZAPATA, Claudia (Eds.). *Frantz Fanon desde América Latina*. Lecturas contemporáneas de un pensador del siglo XX. Buenos Aires: El Corregidor, 2013. p. 185-218.

Um dos elementos essenciais das teses fanonianas é a violência, vista como uma estratégia política concreta e necessária para o processo de descolonização, representada como “a práxis absoluta”, que “indica os meios e os fins” para a libertação do homem colonizado.<sup>180</sup> O mundo colonial é apresentado como um espaço violento que “não pode ser reformulado senão pela violência absoluta”.<sup>181</sup> Consequentemente, a descolonização é um fenômeno violento, “sem transição”, de substituição “de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens”. Neste sentido, o processo de descolonização promove modificações profundas no ser, culminando com a criação de homens novos. A “descolonização é, em verdade, criação de homens novos”, na medida em que “a ‘coisa’ colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta”.<sup>182</sup> Assim, a descolonização pode ser vista como um processo de desordem absoluta em que surge a necessidade de se construir um novo estado das coisas, tanto a nível político como cultural.<sup>183</sup>

A violência colonial é também um aspecto bastante presente nas narrativas da FRELIMO, desde sua fundação. A violência exercida pelo colonialismo português, sentida nas mais diversas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais,<sup>184</sup> era constantemente denunciada pela FRELIMO. A partir de tais denúncias, buscava-se construir uma consciência nacional a partir da “mobilização de ressentimentos africanos frente à enorme assimetria colonial vivida desde o fim do século XIX.”<sup>185</sup> Desta forma, a partir da violência colonial, da vivência entre massacres, repressões e prisões, surgiria um desejo em comum pela liberdade que só seria realizado através da violência revolucionária nacional:

Durante séculos a escravidão, a miséria, a exploração, a opressão, a discriminação foram as únicas realidades que os povos Africanos conheceram. Isto fez com que nascesse neles uma vontade irresistível de Liberdade. Quanto mais um povo é oprimido, subjugado, ferido na suas crenças, na sua carne, nas suas esperanças, na sua dignidade - mais

---

<sup>180</sup>FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 66.

<sup>181</sup>FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 27.

<sup>182</sup>FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 26-27.

<sup>183</sup>SANHUEZA, Marcelo. *Violencia/Contraviolencia: Descolonización e reinterpretación del marxismo revolucionario em Los Condenados de la Tierra de Frantz Fanon*. p. 199.

<sup>184</sup> FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comité Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.19. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>185</sup> NASCIMENTO, Augusto. *Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África*. p. 12-42.

resolutamente ele se arma e luta pela reconquista desses direitos fundamentais que lhe são negados.<sup>186</sup>

Nesse sentido, as edições dos boletins publicados pela FRELIMO apresentavam espaços dedicados às notícias dos acontecimentos na colônia (“Em Moçambique”, “Mais Notícias”, “Aspectos da vida moçambicana”). Neles são descritas as bárbaras ações do regime colonial, as prisões, torturas, assassinatos, perseguições, massacres perpetrados contra as populações africanas, o trabalho forçado, o racismo, as ações da PIDE, etc. Além disso, também são narradas as ações de contestação dos colonizados, como manifestações e explosões de violência contra o colonizador. Talvez estas sejam as publicações mais importantes dos boletins da FRELIMO devido ao seu enorme potencial mobilizador em prol do desenvolvimento da luta. Direcionados à população moçambicana e também aos observadores estrangeiros, além da função informativa, estas publicações serviam para provocar a revolta no leitor e, assim, cooptar novos membros e apoiadores para a luta anticolonial.

Dentre as constantes denúncias da violência colonial, as narrativas sobre o Massacre de Mueda ganham certo destaque devido às repetidas vezes que aparecem ao longo dos anos e os diferentes sentidos que vão lhes sendo atribuídos. Nos primeiros anos, o Massacre de Mueda é normalmente citado em textos que buscavam mobilizar o apoio nacional e internacional em torno da FRELIMO. São reportagens e documentos oficiais da frente que ressaltam o massacre como um exemplo da repressão e violência do colonialismo português. Por exemplo, no texto “Mensagem ao Povo Português”, publicado nos documentos do Primeiro Congresso da FRELIMO em Setembro de 1962 e republicado em dois boletins nos anos posteriores, o Massacre de Mueda enfatiza a violenta repressão colonial diante do desejo de independência do povo moçambicano, quando afirma que

Para tentar destruir o nosso amor à liberdade, o vosso governo não hesita em massacrar o povo de Moçambique: MUEDA em Junho de 1960, XINAVANE em Fevereiro de 1961, são exemplos da barbara reacção do governo colonial-fascista perante as legítimas aspirações do nosso povo.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup>A Organização da Unidade Africana (O.U.A.). *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 10, Ago. 1964. p. 2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9402/rec/152>. Acesso em: 12 jan. 2019.

<sup>187</sup> Mensagem ao Povo Português. FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comité Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.32. Disponível em:

Assim, a FRELIMO realiza uma crítica direta à repressão e à violência empregada pelo governo português. Em seguida, indica a iminência da luta armada devido à inexistência de diálogo entre Portugal e suas colônias. Pois, “a repressão colonialista conduz somente, a uma reação cada vez mais forte da parte do conjunto dos povos de Moçambique, Angola, Guiné dita Portuguesa, Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe”, ou seja, a violência só poderia ser respondida com a contra-violência. Ademais, neste mesmo texto, a FRELIMO busca se isentar, diante do leitor português, à quem o texto é direcionado, de qualquer responsabilidade pela perda de vida ou de propriedades da população portuguesa, fruto de um “possível conflito que o governo português está criando entre as populações africana e portuguesa em Moçambique”.<sup>188</sup>

Assim, a referência ao Massacre de Mueda no trecho reforça a denúncia que é feita ao longo de toda luta anticolonial e escancara a violência do colonialismo português. É interessante também notar que, muitas das vezes o Massacre de Mueda se junta a outros acontecimentos de resistência ao colonialismo do país, como o massacre ocorrido em uma plantação de açúcar em Xinavane, no Sul de Moçambique, citado no exceto acima, e os movimentos de contestação operária realizados esporadicamente nas principais cidades da colônia desde o fim dos anos 1940. No entanto, Mueda se sobressai dentre todos os outros movimentos contestatórios devido ao fato de ter sido o primeiro movimento de maior envergadura e integrar um contexto de maior expansão do nacionalismo em Moçambique, além de possuir grande potencial mobilizador.

Nesse sentido, o Massacre de Mueda foi apresentado como um argumento e elemento motivador do desenvolvimento da luta armada, na medida em que exemplifica o fracasso das estratégias de libertação pacífica. Assim, fica claro que manifestações populares como o Massacre de Mueda só provocariam maior violência contra os povos colonizados. Com o

---

<http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Message to the portuguese people. *Mozambican revolution*, Dar Es Salaam, n. 1, dez. 1963. p.5. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6136/rec/340>. Acesso em 29 mar. 2019.

Mensagem ao Povo Português. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 3, Out. 1963. p.2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9338/rec/92>. Acesso em 29 mar. 2019.

<sup>188</sup> Mensagem ao Povo Português. FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comité Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.33. Disponível em:

<http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.



avanço das atividades da FRELIMO e a constatação de que seria impossível uma independência negociada, o Massacre de Mueda apareceu inserido nas narrativas que afirmavam a necessidade da luta armada para se alcançar a independência de Moçambique. Em uma publicação, no Boletim de informação, em abril de 1965, buscava-se mobilizar a população enquanto se afirmava a necessidade da luta:

Povo de Moçambique, não te esqueças do massacre de 1960, feito pelas tropas portuguesas contra a população de Mueda. MOÇAMBIQUE não é Portugal. Nós não somos portugueses. Somos Moçambicanos, e estamos decididos a lutar pela libertação da nossa terra.<sup>189</sup>

Nesse sentido, o Massacre de Mueda tornou-se um elemento retórico bastante utilizado nas narrativas da FRELIMO, a partir do qual se construiu uma clara oposição entre a violência colonial e a contra-violência revolucionária. O episódio, enquanto grande exemplo da “barbara reacção” do governo português diante dos movimentos anticoloniais,<sup>190</sup> justificou e legitimou a luta armada, iniciada em 1964. Logo, na medida em que narrava a violência exercida pelo governo colonial, a FRELIMO buscava abrir os olhos daqueles que ainda acreditavam numa alternativa pacífica para se conquistar a independência. Não era possível continuar acreditando em promessas e mentiras sustentadas pelo colonialismo português. Assim, a violência colonial exercida durante o Massacre de Mueda apresentou um caráter mobilizador e explicativo da luta anticolonial.

Ainda, em texto datado de abril de 1964, intitulado “Ao soldado da liberdade”, a FRELIMO conclama o leitor à aderir ao movimento anticolonial e explica a opção pela luta armada, que se iniciaria alguns meses depois:

E como levar a cabo essa luta? / Ela deve ser realizada dentro do âmbito nacional. Para que tenhas bom sucesso, é preciso que convides, que fales desta luta ao teu irmão que ainda se encontra em Moçambique, preso pelos negros grilhões do colonialismo português. Esta missão cabe a ti, explicar o porquê da luta de libertação e porque é que Moçambique deve ser

<sup>189</sup> Mais cinco companhias militares em Mueda. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 7 Abr. 1965. p. 7. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9738/rec/104>. Acesso em: 23 mar. 2019.

<sup>190</sup> Mensagem ao Povo Português. FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comité Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p.32. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 30 mar. 2019.

Independente. / MOÇAMBIQUE nunca se esquecerá dos crimes praticados pelo governo fascista salazarista, contra o seu Povo. / Valendo-nos da prosa mais tocante e da mais clara lógica, tentámos conseguir a Independência por meios pacíficos. Mas, em resposta, Salazar diz que somos um grupo de bandidos. / A FRELIMO, porém, é uma organização que traduz e representa a vontade de todo o Povo Moçambicano. / A luta e a destruição desencadeadas pelo governo salazarista dentro da nossa terra, vieram incentivar revoltas e semear inquietações dentro da nossa terra, MOÇAMBIQUE. / Foi, pois, do ódio e das lágrimas de um Povo oprimido durante séculos, que nasceu a resolução de lutar até que triunfe a liberdade!<sup>191</sup>

O texto apresenta dois elementos característicos das narrativas desenvolvidas neste período: a inevitabilidade da luta armada devido à violência colonial portuguesa e a importância da mobilização popular para o sucesso nacional. O texto faz referência ao trabalho desenvolvido pela FRELIMO na busca pela “Independência por meios pacíficos”, mas que diante da inflexibilidade e do avanço da repressão portuguesa no território moçambicano, só poderia ser alcançada por meio da luta armada. Ainda, o povo aparece como elemento essencial na luta anticolonial e no projeto político da FRELIMO, a população deveria ser mobilizada a participar ativamente na libertação de seu país. Pois, somente através da mobilização popular a luta pela independência nacional poderia ser desenvolvida e o amadurecimento da consciência nacional ser alcançado

A soberania popular moçambicana sobre seu próprio território também é utilizada para justificar o desenvolvimento da luta armada e sua legalidade. Aqui é ressaltada a dicotomia colonial, onde o povo moçambicano é apresentado em oposição ao colonialismo português. Nesse sentido, o governo colonial é deslegitimado pela falta de representatividade, visto que um governo só é válido e tem base jurídica “quando e na medida que representa a vontade do povo”.<sup>192</sup> Por outro lado, a FRELIMO aparece diretamente ligada à ideia de soberania popular, sendo ela a “organização que traduz e representa a vontade de todo o Povo

---

<sup>191</sup> Ao Soldado da Liberdade. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, no. 7, Abr. 1964. p. 3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9738/rec/104>. Acesso em 23 mar. 2019.

<sup>192</sup> Development of Our Struggle. *Mozambican revolution*, New York ed., v. 1, no. 5, Jun. 1965. p. 3 (Tradução nossa). Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6577/rec/33>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Moçambicano”.<sup>193</sup> Daí a “resolução de lutar até que triunfe a liberdade”, pois, era necessário expulsar um governo ilegítimo que só explorava e praticava crimes contra a população.

Assim como em Frantz Fanon, que afirmava que somente “a violência exercida pelo povo, violência organizada e aclarada pela direção”,<sup>194</sup> permitiria que as massas decifrassem a sua realidade social, a luta anticolonial em Moçambique também deveria ser exercida pelas massas populares, sob a direção da FRELIMO. Nesse sentido, a luta deveria ocorrer no seio da FRELIMO, autointitulada guia do povo moçambicano, único movimento nacionalista legítimo capaz de dirigir a luta “contra o colonialismo português, de conduzir o povo para a Independência Nacional”.<sup>195</sup> Assim, todos os moçambicanos eram chamados à se unirem à FRELIMO:

Todos os moçambicanos devem estar unidos na Frente de Libertação de Moçambique. / FRENTE quer dizer cabeça. É a cabeça que pensa. É preciso haver uma cabeça para pensar e indicar o caminho e a maneira de lutar contra os nossos inimigos. Todos os Moçambicanos devem juntar-se à Frente, ouvir e seguir as ordens da Frente. É esta Frente, esta cabeça, que estuda a melhor maneira de acabar com a escravatura e exploração humana em Moçambique, nossa Pátria.<sup>196</sup>

Outro aspecto importante que parece bastante influenciado pelas teses fanonianas é a superação da herança colonial e a construção de uma nova sociedade e de um Homem Novo. O rompimento com a cultura colonial e com os interesses neocoloniais e imperialistas são apontados como fatores essenciais para que haja uma “descolonização efetiva”. Caso não houvesse uma “descolonização efetiva”, o país sofreria com uma “fraqueza da consciência nacional”, decorrente da incapacidade da burguesia em “esclarecer a totalidade do povo” e “colocar os problemas antes de tudo em função do povo”.<sup>197</sup> Assim, as ações do grupo no

---

<sup>193</sup> Ao Soldado da Liberdade. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, no. 7, Abr. 1964. p. 3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9738/rec/104>. Acesso em 23 mar. 2019.

<sup>194</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 120.

<sup>195</sup> Irmãos de Moçambique. *Boletim de Informação*, Dar Es Salamm, n. 2, Set. 1963. p. 2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9323/rec/79>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>196</sup> O que queremos. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 4, Jan. 1964. p. 4. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9323/rec/79>. Acesso em: 09 jan, 2019.

<sup>197</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 131.

poder acabariam por alimentar as divisões já existentes e alimentadas durante o período colonial.

Dessa forma, a concepção de um Homem Novo carrega a ideia do abandono da cultura colonial e o surgimento de uma nova cultura nacional, criada a partir do processo de libertação nacional. Nesse sentido, a luta armada foi vista como um elemento determinante para o futuro nacional:

A luta armada mobiliza o povo, isto é, lança-o numa única direção, num sentido único./A mobilização das massas, quando se efetua por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva. Também a segunda fase, a da construção da nação, vê-se facilitada pela existência dessa argamassa preparada em meio ao sangue e à cólera. Compreende-se melhor então a originalidade do vocabulário empregado nos países subdesenvolvidos. Durante o período colonial convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, é ele convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim.<sup>198</sup>

Desta forma, a luta armada era um período essencial para a criação de uma nova sociedade. O futuro e o sucesso da criação de uma cultura nacional dependeriam “dos valores que estiveram presentes no combate libertador”, da mobilização das massas e desenvolvimento de uma consciência nacional em oposição aos valores existentes anteriormente.<sup>199</sup> Desse sentido, a luta de libertação assume grande importância no processo de construção de uma nova sociedade, no qual a independência política está diretamente associada à transformação social e cultural.

As discussões sobre a criação de um Homem Novo e de uma sociedade nova avançaram dentre os quadros FRELIMO ao longo da década de 1960. Principalmente na segunda metade desta década, o movimento viveria constantes “conflitos resultantes de diferenças ideológicas sobre a concepção e a orientação da luta” e tensões decorrentes das diferentes origens geográficas dos militantes.<sup>200</sup> Nesse contexto, o embate entre duas vertentes políticas internas

---

<sup>198</sup>FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 73.

<sup>199</sup>FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 206.

<sup>200</sup>ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 127.

ao movimento, culminou com a saída e a expulsão de vários integrantes da FRELIMO. Estes defendiam outros caminhos para o processo de descolonização de Moçambique, considerados reacionários, como a descolonização de partes do território colonial ou a defesa de privilégios para uma pequena burguesia.

Assim, na segunda metade da década de 1960, a luta anticolonial em Moçambique, assumiu cada vez mais os contornos de uma revolução popular nacional, impulsionada pelo avanço de um grupo político composto por intelectuais influenciados pela ideologia marxista, em sua grande maioria, oriundos do sul de Moçambique. Nesse contexto, a luta pela independência passou a ser diretamente associada a um desejo de “transformação profunda da sociedade”,<sup>201</sup> a partir da qual seria constituída uma nova nação fortemente influenciadas pela ética e moral revolucionária.

Associada à ideia de construção de uma nova sociedade, o surgimento de um Homem Novo, detentor de uma nova cultura nacional, também é central na narrativa da FRELIMO. O Homem Novo deveria se contrapor à todos os vícios sociais do passado, vinculados ao racismo e ao colonialismo. Ademais, as identidades étnicas, regionais ou tradicionais também deviam ser deixadas de lado, assim como os valores burgueses do capitalismo.<sup>202</sup> Dessa forma, o Homem Novo surgiria a partir de um processo de profunda transformação cultural do indivíduo e da sociedade na qual ele está inserido. A partir deste processo, vários aspectos identitários, culturais, étnicos e linguísticos dos diversos povos que integravam o território moçambicano também deveriam ser transformados.

Nesse sentido, o uso do Massacre de Mueda como parte das narrativas nacionais atenderia à necessidade de se construir uma nova cultura nacional. Em um texto apresentado pelos representantes da FRELIMO, Armando Guebuza e Sérgio Vieira, num seminário da UNESCO em 1971, intitulado “O crescimento de uma nova cultura”,<sup>203</sup> era apontada a importância e a necessidade do desenvolvimento de uma cultura nacional em Moçambique:

---

<sup>201</sup>ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 128.

<sup>202</sup>PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. p. 19.

<sup>203</sup>The growth of a new culture. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 49, Out./Dez. 1971. p.10-11. Disponível em:

<http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8244/rec/144>. Acesso em 08 jan. 2019. Tradução nossa do título original em inglês: “The growth of a new culture”.

Hoje estamos construindo uma nova cultura, uma cultura nacional que está negando e transcendendo tanto as micro-culturas tribais quanto a anti-cultura colonial, uma cultura que está assumindo as dimensões geográfica e histórica do todo povo, uma cultura que está fazendo com que as massas em uma determinada região assumam os valores de outra região como suas. As danças de Gaza são conhecidas e dançadas em Cabo Delgado, as pessoas no Niassa estão a conhecer e a desenvolver os ritmos musicais de Manica e Sofala e Tete, a escultura Makonde está a deixar de ser exótica e estrangeira e a tornar-se nacional. A resistência histórica de Monomotapa foi assumida por todos e a revolta camponesa de 1960 em Mueda tornou-se a resistência do campesinato moçambicano.<sup>204</sup>

Neste texto, a cultura é apresentada pelos autores como o fruto dos valores e conceitos das classes dominantes, sendo parte das estruturas existentes e servindo para justificá-las. Nesse sentido, as culturas das classes dominantes no contexto colonial – a cultura “tradicional-feudal” e a cultura “capitalista-colonialista” – se sobrepunham sobre a cultura popular e a contribuíam para a destruição de seus valores. Enquanto a cultura “tradicional-feudal” prezava pelos “valores tribais” e sua imutabilidade, a cultura “capitalista-colonialista” era a responsável pela despersonalização e colonização mental do africano. Em oposição, “o crescimento de um nova cultura” se daria às margens destas culturas dominantes, a partir da luta popular realizada pelas massas oprimidas. O processo se daria através de uma destruição dialética, a partir da qual as sociedades coloniais e tradicionais seriam negadas e transcendidas.<sup>205</sup> Dessa forma, ao longo da luta anticolonial ocorreria um processo em que os valores culturais do capitalismo colonial e dos antigos sistemas tradicionais seriam rejeitados, enquanto os valores das massas populares, oriundos da experiência de uma luta em comum,

---

<sup>204</sup>The growth of a new culture. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 49, Out./Dez. 1971. p. 11. Disponível em:

<http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8244/rec/144>. Acesso em 08 jan. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*Today we are building a new culture, a national culture which is negating and transcending both the tribal micro-cultures and the colonial anti-culture, a culture which is assuming the geographical and historical dimensions of the whole people, a culture which is making the masses in a given region assume the values of another region as their own. The Gaza dances are known and danced in Cabo Delgado, the people in Niassa are getting to know and further developing the musical rhythms from Manica e Sofala and Tete, Makonde carving is ceasing to be exotic and foreign and becoming national. Monomotapa's historic resistance has been assumed by all and the 1960 peasant revolt in Mueda has become the resistance of the Mozambican peasantry.*”

<sup>205</sup>The growth of a new culture. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 49, Out./Dez. 1971. p.10-11. Disponível em:

<http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8244/rec/144>. Acesso em 08 jan. 2019.

seriam redimensionados em uma nova cultura nacional.

É interessante como ocorre uma resignificação dos elementos culturais étnicos, como as danças, os ritmos musicais e a produção artística de um modo geral, na medida em que são associados às experiências de luta anticolonial. Há o rompimento com a ideia de uma cultura africana exótica e estática, baseada nas tradições étnicas passadas, marcadas pelos particularismos de cada grupo. A partir de uma experiência em comum vivida durante a luta armada, estes diferentes grupos convivem e aprendem um a cultura do outro. Dessa forma, esta cultura que era local se modifica. Na medida em que se expande para novos espaços e ganha novos elementos, passa a constituir uma cultura nacional. Este processo só é possível devido à experiência da luta armada, a partir da qual ocorre a “criação de uma nova realidade” e traça-se as bases para o futuro de uma única nação:

Ao utilizar a experiência adquirida durante os séculos de opressão e exploração durante os quais o nosso povo sofreu como um só, a FRELIMO está a fundir as energias até agora dispersas e a transformá-las em energias nacionais, numa força de combate organizada. A FRELIMO está a criar uma nação que se liberta do jugo de Portugal. / A luta pela libertação nacional é em si um processo de criação de uma nova realidade. Enquanto nosso passado foi caracterizado por divisões lingüísticas, culturais e históricas, nosso futuro está sendo estabelecido em uma base de unidade. Nossa organização política é uma, assim como nossa força militar; temos uma estrutura administrativa única que estabelece as bases de nossa economia e ordem social.<sup>206</sup>

Portanto, a experiência da luta anticolonial foi a formadora da nova nação. Esta experiência esteve diretamente associada à transformação social e cultural, à construção de uma nova sociedade, de uma nova cultura e de um novo humanismo.<sup>207</sup> Sob a liderança da

---

<sup>206</sup>Mozambican Tribes and Ethnic Groups. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 36, Out./Dez. 1968. p.22-23. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5847/rec/61>. Acesso em: 12 mar. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “By using the experience gained during the centuries of oppression and exploitation during which our people suffered as one, FRELIMO is fusing together the energies up till now dispersed, and transforming them into national energies, an organized fighting force. FRELIMO is creating a nation which is liberating itself from the Portuguese yoke. / The struggle for national liberation is itself a process of creating a new reality. While our past was characterized by linguistic, cultural and historical divisions, our future is being established on a basis of unity. Our political organization is one, as is our military force; we have a single administrative structure which is establishing the basis of our economy and social order.”

<sup>207</sup>FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 205.

FRELIMO, diferentes grupos se juntaram em prol da descolonização, da construção dessa “nova realidade” nacional. Em oposição à violência colonial, a luta armada passou a ser vista como único caminho para levar o país à independência. Esta estratégia propiciou ao movimento o compartilhamento de experiências em comum que foram as bases para os laços de pertencimento nacional.

Nesse contexto, a experiência em comum vivida sob a violência exercida pelo colonialismo português foi o principal elemento mobilizador destes grupos em torno da luta anticolonial. Logo, o Massacre de Mueda tornou-se elemento retórico bastante utilizado nas narrativas da FRELIMO, a partir do qual se construiu uma clara oposição entre a violência colonial e a contra-violência revolucionária. Assim, o episódio serviu para justificar, legitimar e motivar a luta armada, iniciada em 1964.

### **2.3 – O Massacre de Mueda e a Unidade: As Fronteiras Nacionais**

No dia 24 de maio de 1975, o presidente da FRELIMO, Samora Machel, deu início à uma viagem que ao longo do mês que se seguiu atravessaria o país de Norte a Sul. A travessia do país, conhecida como a “Marcha Triunfal do Rovuma ao Maputo” ou simplesmente “viagem triunfal” ocorreu durante o processo de transição para a independência política e atravessou todo o território colonial.<sup>208</sup> Ao longo da viagem, Samora Machel passou por várias cidades em todas as províncias do país e se dirigiu a milhares de pessoas, muitas das quais ainda não conheciam diretamente a FRELIMO, e também em lugares onde a guerra de libertação não havia chegado.<sup>209</sup>

A primeira parada desta “viagem triunfal” foi no distrito de Mueda. Na Província de Cabo Delgado, o presidente da FRELIMO visitou a Base Central, os distritos de Muidumbe, Montepuez, Ibo e a cidade de Pemba, todos locais que estiveram ligados ao desenvolvimento da luta armada naquela província. Em seguida, partiu para as províncias do Niassa, Nampula,

---

<sup>208</sup>DAVA, Fernando; ANTONIO, Alexandre; LEMIA, Rosário; MUDENDER, Arrissis; WANE, Marílio; MAZUZE, Célia; LOPES, Sónia; AMINAGI; Dulámito, LOPES, Daniel. *Samora Moisés Machel - História de Uma Vida Dedicada ao Povo Moçambicano*. Edição: ARPAC - Instituto de Investigação Sócio-Cultural. Coleção Embondeiro: Edição Especial. Maputo, 2014. 184 p. Disponível em: [http://www.arpac.gov.mz/images/livros/Livro\\_Samora.pdf](http://www.arpac.gov.mz/images/livros/Livro_Samora.pdf).

<sup>209</sup>DARCH, Colin; HEDGES, David. Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira, June 1975. *Kronos*. Cape Town, v. 39, nº 1, 2013, p. 32.



Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, nesta mesma ordem.<sup>210</sup> Assim, a viagem que teve início no extremo Norte do país, na fronteira com a Tanzânia, delimitada pelo Rio Rovuma, culminou com a chegada do presidente em Lourenço Marques,<sup>211</sup> extremo Sul do país e centro político do poder colonial:

A jornada culminou na entrega formal do poder pelos portugueses à FRELIMO. Pretendia-se claramente iniciar o trabalho de enfatizar a unidade em um país sujeito a extensivas tentativas de divisão política pela administração colonial portuguesa nas décadas precedentes e ainda muito aberto à ameaça de iniciativas colonialistas internas e externas.<sup>212</sup>

Assim, através desta travessia do território, a FRELIMO materializava seu projeto de nação e definia as fronteiras do novo espaço nacional. Desta passagem por todas as províncias e suas principais cidades, concretizava-se no imaginário popular um projeto de unidade nacional que determinava que o Moçambique independente deveria manter as fronteiras coloniais. Nesse sentido, desde os primeiros anos da luta anticolonial, o mote “do Rovuma ao Maputo” foi bastante utilizado pela FRELIMO nos momentos de reivindicação pela unidade nacional.<sup>213</sup> Este, na medida em que delimitava o espaço da nova nação, contribuía para a “incorporação simbólica da totalidade do novo espaço territorial que agora constituía Moçambique independente”.<sup>214</sup>

É bastante significativo o fato de que o avião de Samora Machel tenha aterrissado primeiramente na província de Cabo Delgado. Como é indicado em reportagem do jornal

---

<sup>210</sup> DAVA, Fernando; ANTONIO, Alexandre; LEMIA, Rosário; MUDENDER, Arrissis; WANE, Marílio; MAZUZE, Célia; LOPES, Sónia; AMINAGI; Dulámito, LOPES, Daniel. *Samora Moisés Machel - História de Uma Vida Dedicada ao Povo Moçambicano*. p. 104.

<sup>211</sup> Lourenço Marques passaria a se chamar Maputo após a independência, em referência ao Rio Maputo, que marca a fronteira sul do país.

<sup>212</sup> DARCH, Colin; HEDGES, David. *Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira*. p. 37. Tradução nossa do original em inglês: “*The journey culminated in the formal handing over of power by the Portuguese to FRELIMO. It was clearly intended to begin the work of emphasising unity in a country subject to extensive attempts at political division by the Portuguese colonial administration in the preceding decades and still very much open to the threat of internal and external colonialist initiatives.*”

<sup>213</sup> Em publicação de janeiro de 1964, a FRELIMO conclamava a população a se unir em prol da luta da seguinte forma: “Para- triunfamos, unamo-nos./ UNIDOS DO ROVUMA AO MAPUTO, ganharemos! / MOÇAMBICANOS, UNI-VOS. Juntai-yos à FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE”; O que queremos. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 4, Jan. 1964. p. 4. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9351/rec/102>. Acesso em: 15 jan. 2019.

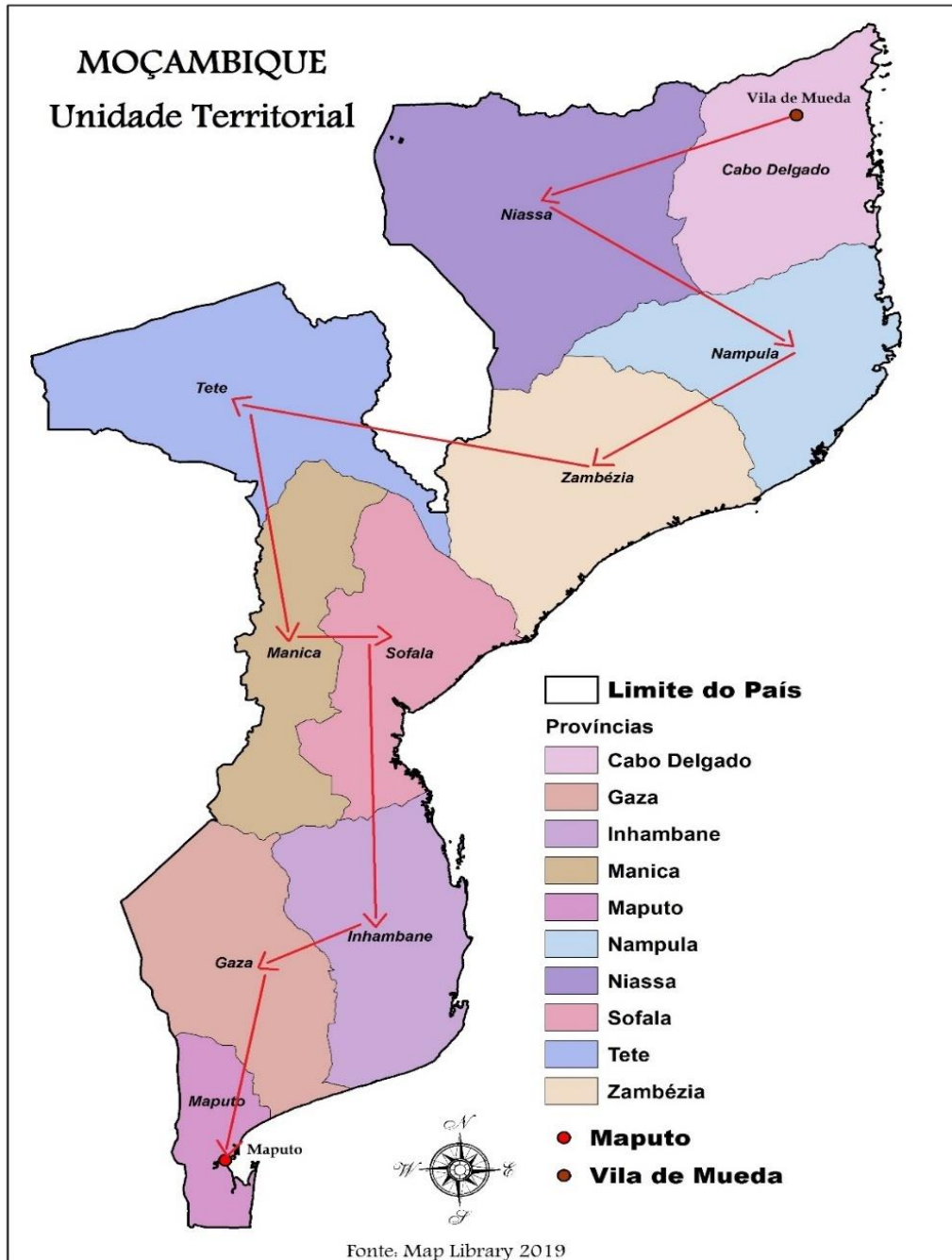
<sup>214</sup> DARCH, Colin; HEDGES, David. *Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira*, p. 37. Tradução nossa do original em inglês: “*symbolic embodiment of the totality of the new territorial space that now made up independent Mozambique*”.

Notícias da Beira, que realizava a cobertura desta “histórica viagem”, a província de Cabo Delgado “foi escolhida pelo facto de ter sido ali que o povo moçambicano pegou pela primeira vez em armas para lutar contra colonial-fascismo português”.<sup>215</sup> Entretanto, a primeira parada foi realizada em Mueda, e não em Chai (Distrito de Macomia), local onde teria sido dado o primeiro tiro. A escolha de Mueda como marco zero da travessia nacional está diretamente relacionada à sua importância para o movimento nacionalista e aos significados do massacre que então havia ocorrido naquele lugar há quase quinze anos atrás. Certamente, o fato de Mueda ser apontado pela FRELIMO como o clímax da consciência nacional e origem da luta pela independência nacional influenciou na sua escolha como ponto inicial de uma marcha que estabeleceria as fronteiras nacionais.

---

<sup>215</sup> Samora Machel em Cabo Delgado. *Notícias da Beira*, Beira, p. 1, 25 de mai.1975.

**Mapa 4 - Mapa de Moçambique, identificando o caminho percorrido por Samora Machel durante a Viagem Triunfal (1975), com destaque para os pontos de início e término, Mueda e Maputo, respectivamente.**



Fonte: Mapa confeccionado por Cintia Mary de Oliveira em colaboração com o geógrafo Paulo Marcus Fonseca.

Nesse sentido, o Massacre de Mueda também tornou-se significativo no processo de construção nacional devido sua localização espacial no extremo Norte do país. Enquanto no

extremo Sul encontrava-se o centro do poder político colonial do território pelo qual lutavam, foi no extremo Norte que se deu o estopim da luta anticolonial e da reivindicação pela independência da nova nação. Assim, o Massacre de Mueda corrobora para a manutenção de um projeto nacional que determinava que a unidade territorial deveria ser delimitada pelas antigas fronteiras nacionais, “do Rovuma ao Maputo”. Desta forma, pode-se pensar nas relações traçadas entre território e identidade nacional.

A delimitação das fronteiras é um elemento fundamental do projeto de construção nacional. A ideia de fronteira está diretamente relacionada à construção de um “espaço territorial, simbólico e imaginário”.<sup>216</sup> Indo além do espaço geográfico, ela traça uma linha, mesmo que imaginária, entre as populações, suas tradições, práticas, representações, as maneiras de se viver e pensar. Ademais, é um espaço marcado por interações entre múltiplas identidades étnicas, políticas e culturais, pela pluralidade de visões do mundo, mas é também onde são traçadas as diferenças e, assim, criadas e reforçadas as identidades sociais. A delimitação das fronteiras nacionais é um processo sempre complexo, mas que tem como fim a criação de uma identidade a partir deste espaço físico delimitado, a identidade nacional. Portanto, estas fronteiras físicas também fazem parte de um projeto nacional mais amplo, na medida em que contribuem para a formação de uma identidade e imaginário nacional.

Diante da fragilidade das fronteiras geográficas e identitárias, o desafio da FRELIMO sempre foi constituir laços que unificassem os vários grupos étnicos e sociais sob uma mesma identidade e fazer a população compreender o significado de uma nação, do que era ser um moçambicano. Daí o desejo da FRELIMO em criar sentimentos de pertencimento que amenizassem a diversidade sociocultural existente. Para isto, a sacralização dos mitos de origem e de fundação, bem como do desenvolvimento de uma memória coletiva, de ritos e símbolos nacionais eram determinantes.<sup>217</sup> Assim, junto da delimitação das fronteiras físicas da nação, dever-se-ia criar um imaginário nacional.

O projeto territorial nacional da FRELIMO, constituído de todo o território colonial, foi definido desde a fundação do movimento. Já no Primeiro Congresso, as mensagens da FRELIMO são direcionadas a todos os que viviam sob a dominação e opressão portuguesa na

---

<sup>216</sup> DIAS, Renato da Silva. Lugares de fronteira: espaço territorial, simbólico e identitário – um ensaio. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 3, n. 1, p. 275-296, jan./jul. 2011. p. 276. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades). Acesso em: 20 dez. 2018.

<sup>217</sup>CATROGA, Fernando. *Pátria, Nação, Nacionalismo*. p. 24.

colônia de Moçambique, e deixa claro que o objetivo da FRELIMO é a “conquista da Independência imediata e completa de Moçambique”.<sup>218</sup> Ao longo da luta armada, este projeto teve de ser constantemente reafirmado diante dos anseios de setores sociais dentro do movimento que não concordavam totalmente com um projeto territorial que mantinha as antigas fronteiras coloniais.

No fim dos anos 1960, a FRELIMO viu avançar em sua formação duas linhas políticas distintas, bastante influenciadas pelas diversas origens geográficas e ideológicas dos membros da FRELIMO.<sup>219</sup> O período foi marcado por uma série de conflitos fruto de divergências em torno de questões básicas da concepção e da orientação da luta. Uma questão que gerou muitas controvérsias e foi bastante discutida pela FRELIMO era sobre a melhor linha estratégica a ser adotada na luta. Uma parte dos quadros da FRELIMO via na proclamação da independência do Norte do país, àquela altura com grandes trechos sob o controle do movimento, o melhor caminho. Outra parte via na guerra popular prolongada a única forma de se alcançar uma independência completa de Moçambique.

Em sessão ordinária do Comitê Central da FRELIMO, reunida em abril de 1969, foram discutida as linhas de orientação e os programas de ação da luta. A sessão definiu a importância da “crítica e da autocrítica” de modo a eliminar os resíduos do sistema colonial ainda existentes dentro dos quadros da FRELIMO e a corrigir as “concepções e comportamentos que não estão de acordo com as exigências da Revolução”.<sup>220</sup> Nesse sentido, deu-se a hegemonia do grupo marcado por concepções mais revolucionárias, na qual o projeto nacional englobava todo o território colonial, além de estar associado à um projeto de transformação social.

Ademais, o Massacre de Mueda esteve muito associado à defesa da unidade nacional. As narrativas apresentam o Massacre de Mueda como um elemento crucial para o desenvolvimento da consciência nacional. As discussões que tratam do significado do Massacre de Mueda para o desenvolvimento da consciência nacional passam a aparecer nas

---

<sup>218</sup>FRELIMO. *Documentos. 1º Congresso*. Comitê Central. Dar Es Sallam. 23-28 set. 1962. p. 5. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/31>. Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>219</sup>ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 127-128.

<sup>220</sup>Editorial. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, no. 38, Mar. Abr. 1969. p. 1-3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5920/rec/119>. Acesso em: 08 fev. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*Through criticism and self-criticism each one of us vowed to correct our conceptions and behaviour that do not conform to the exigencies of the Revolution.*”

publicações da FRELIMO de forma mais detalhada a partir de meados de 1966. Nesse mesmo ano, foi lançado um boletim especial, no qual o Massacre de Mueda foi tema de capa.<sup>221</sup> O editorial trazia uma narrativa minuciosa do evento, inclusive com citações diretas de um dos líderes do movimento, Faustino Vanomba, quando reivindicava a independência diante da administração colonial. Nesta narrativa, o Massacre de Mueda aparece como uma “força catalítica” da luta de libertação nacional, o momento em que a população se uniu contra o colonialismo em busca da independência:

O 16 de junho é um dia de luto para Moçambique. / Mas nossos irmãos em Mueda não morreram em vão. Seu firme posicionamento pela liberdade inspirou toda a população de Moçambique e atuou como uma força catalítica. Hoje, a liberdade que eles exigiram já existe em grandes áreas de sua província. Foi conquistada pelo povo. Logo, essa liberdade será compartilhada por todo o povo moçambicano.<sup>222</sup>

Nesta mesma publicação o episódio foi apontado como uma “manifestação séria do despertar do nacionalismo moçambicano”.<sup>223</sup> É interessante observar que em alguns momentos as narrativas apontam o episódio como um movimento de caráter nacional e em outros as narrativas ressaltam as raízes étnicas do conflito. Assim, se por um lado, o Massacre de Mueda está inserido em um “script de libertação”, onde é visto como uma força catalisadora que une a população da colônia de Moçambique em torno da causa nacional,<sup>224</sup> por outro, o Massacre é apontado em alguns editoriais como uma manifestação de caráter

<sup>221</sup> Sixteenth of June – Commemoration of the Massacre of Mueda. *Mozambican Revolution*, Dar Es Salaam, n. 25, Jun./Jul.1966, p. 3-4. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5569/rec/161>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>222</sup> Sixteenth of June – Commemoration of the Massacre of Mueda. *Mozambican Revolution*, Dar Es Salaam, n. 25, Jun./Jul.1966, p. 4. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5569/rec/161>. Acesso em: 10 fev. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*The 16th of June is a day of mourning for Mozambique./ But our brothers in Mueda did not die in vain. Their firm stand for freedom inspired the whole population of Mozambique and acted as a catalytic force. Today, the freedom that they demanded already exists in large areas of their province. It was won by the people. Soon that freedom will be shared by all the Mozambican people.*”

<sup>223</sup> Sixteenth of June – Commemoration of the Massacre of Mueda. *Mozambican Revolution*, Dar Es Salaam, n. 25, Jun./Jul.1966, p. 3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5569/rec/161>. Acesso em: 10 fev. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*a serious manifestation of the awakening of Mozambican nationalism*”.

<sup>224</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, Cape Town, v. 39, n° 1, 2013, p. 10-19.

étnico, um exemplo da falta de unidade entre os grupos étnicos de Moçambique.<sup>225</sup> Muitas das vezes, os editoriais indicam que os conflitos anteriores à criação da FRELIMO não eram uma luta nacional, mas que serviriam aos interesses de determinados grupos étnicos. No entanto, os participantes da revolta são sempre identificados como “moçambicanos” que tinham como objetivo a “independência de seu país”.<sup>226</sup>

Em 1968, diante dos conflitos internos, o apelo à unidade nacional aparece constantemente nas publicações da FRELIMO. A última publicação feita em 1968 apresenta uma reportagem sobre os grupos étnicos de Moçambique e a luta de libertação.<sup>227</sup> O texto faz uma breve explanação sobre os diferentes grupos étnicos existentes no território de Moçambique e a facilidade com que o território foi ocupado pelos portugueses desde o século XVI devido às “divisões tribais e étnicas”. Os portugueses teriam encontrado povos “ainda carentes de consciência nacional”, o que facilitou a ocupação do território através do uso de uma política de “dividir e governar”. A importância da unidade só teria sido aprendida a partir de muito custo:

Esta lição foi aprendida por nós através da experiência de muitos séculos de sofrimento sob o jugo do colonialismo português. Foi uma lição aprendida à custa de muito sangue (...). Levou muito tempo e muito sofrimento para nós moçambicanos aprendermos a lição da Unidade Nacional. Se tivéssemos entendido antes a necessidade de unidade nacional contra os portugueses, eles não teriam podido derrotar as forças de GUNGUNHANA no final do século passado; a guerra do MAKOMBE em Tete teria sido o começo da luta pela libertação nacional; e o massacre de Mueda em 16 de junho não teria sido tão fácil.<sup>228</sup>

<sup>225</sup> Editorial. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, nº 35. Jun./Set. 1968. p. 3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5819/rec/39>. Acesso em 08 fev. 2019.

Mozambican Tribes and Ethnic Groups. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, no. 36, Out./Dez. 1968. p. 20-22. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5847/rec/61>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>226</sup> Sixteenth of June – Commemoration of the Massacre of Mueda. *Mozambican Revolution*, Dar Es Salaam, no. 25, Jun./Jul.1966, p. 3. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5569/rec/161>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>227</sup> Mozambican Tribes and Ethnic Groups. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 36, Out./Dez. 1968. p. 20-22. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5847/rec/61>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<sup>228</sup> Mozambican Tribes and Ethnic Groups. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 36, Out./Dez. 1968. p.22. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5847/rec/61>. Acesso em: 12 mar. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*This lesson has been learned by us through*

O fracasso dos movimentos que antecederam a formação da FRELIMO aparecem como elementos retóricos que buscam mobilizar e convencer a população da importância da unidade nacional para se alcançar a independência. Nesse sentido, o Massacre de Mueda foi, muitas das vezes, apontado como um exemplo de luta que não deu certo devido à falta de unidade entre os diversos povos do território moçambicano.<sup>229</sup> O problema da falta de unidade só teria sido corrigido com a fundação da FRELIMO, como é transparecido no discurso de independência. À realização de desorganizados “levantes populares como os de Mueda e Xinavane”, seguiu-se “uma nova e vitoriosa fase de resistência nacional: a criação da FRELIMO”. Nesse contexto, o surgimento da FRELIMO “forneceu a arma decisiva e fundamental da unidade para a luta do povo moçambicano”, na medida em que “possibilitou a luta organizada e unida do povo moçambicano”.<sup>230</sup>

Nesse sentido, a fundação da FRELIMO aparece como um efeito do Massacre de Mueda. É costurada uma narrativa histórica nacional, um “script de libertação”,<sup>231</sup> onde a experiência ocorrida em Mueda é associada diretamente à criação da FRELIMO e à luta armada, conforme é possível observar em uma edição do *Mozambique Revolution*, datada de 1971, na qual o Massacre era narrado da seguinte forma:

No dia 16 de junho de 1960, uma grande multidão de pessoas em Cabo Delgado se reuniu no centro administrativo Português em Mueda. Deles foi uma manifestação pacífica, destinada a exigir o reconhecimento pelas autoridades portuguesas do direito do povo moçambicano à independência.

---

*the experience of many centuries of suffering under the yoke of Portuguese colonialism. It has been a lesson learned at the cost of much blood (...). It took a long time and a great deal of suffering for us Mozambicans to learn the lesson of National Unity. If we had understood earlier the need for national unity against the Portuguese, they would not have been able to defeat the forces of GUNGUNHANA at the end of the last century; the war of MAKOMBE in Tete would have been the beginning of the struggle for national liberation; and the massacre of Mueda on 16 June would not have been so easy.”*

<sup>229</sup>Contra o Colonialismo e o Imperialismo - A Unidade. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, no. 1, Ago. 1963. p. 2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9312/rec/69>. Acesso em: 12 fev. 2019.

<sup>230</sup>The Proclamation of Independence. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 61, 25 jun. 1975, p. 14-15. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8538/rec/64>. Acesso em: 12 fev. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*Though still disorganised, there were popular uprisings like those in Mueda and Xinavane. (...) It was in this context that on 25 June 1962, Mozambican patriots, under the leadership of Comrade Eduardo Chivambo Mondlane, launched a new and victorious phase of national resistance: the creation of FRELIMO, which made possible the Mozambican people's organised and united struggle. The creation of FRELIMO provided the decisive and fundamental weapon of unity for the Mozambican people's fight.*”

<sup>231</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. p. 10-19.



Os colonialistas portugueses responderam com balas e granadas. Num terrível massacre, mataram mais de 500 moçambicanos atirando granadas e disparando contra o povo reunido. Muitos outros patriotas foram presos; estes foram mais tarde mortos, ou então definharam na prisão até os dias atuais. Este evento foi uma lição para nós. Ensinou-nos que não ganharíamos nossa independência com discursos. Aqueles que mantiveram quaisquer ilusões quanto à boa fé dos portugueses estavam finalmente convencidos de que, para sermos livres, teríamos que pegar em armas e ganhar a nossa liberdade pela força. Nosso povo aprendeu bem essa lição. Dois anos depois, em 1962, a FRELIMO foi formada. Quatro anos depois, nossa luta armada pela libertação começou. Hoje, mais de um milhão de moçambicanos são livres nas regiões libertadas de Moçambique.<sup>232</sup>

Em outra publicação referente ao aniversário do Massacre de Mueda, de junho de 1968, o Massacre foi inserido em uma longa tradição de resistência moçambicana ao colonialismo. A reportagem tem seu texto dividido em três momentos diferentes que narram a história moçambicana. Inicialmente, são retratados vários movimentos de resistência à ocupação portuguesa que antecederam a “Revolução Moçambicana”, como os casos dos chefes Malapende (Muidumbe), Mataka (Niassa), Maguigwane (Magude) e Makombe (Tete). Logo depois, é narrado em detalhes o episódio em Mueda, seus protagonistas, reivindicações, a relação com os movimentos associativos no Tanganica, a emboscada portuguesa e os seiscentos mortos. Por fim, o texto descreve a justiça da luta armada e dos sucessos alcançados pela FRELIMO no campo de batalha nos últimos anos.<sup>233</sup>

Assim, o Massacre de Mueda foi inserido em uma narrativa nacional mais ampla que vem desde os primórdios do processo de colonização de Moçambique. Tal narrativa é bastante

---

<sup>232</sup>Mueda must not be forgotten *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, no. 47, Mai./Jun. 1971. p. 22. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8176/rec/84>. Acesso em: 13 fev. 2019. Tradução nossa do original em inglês: “*On the 16th of June, 1960, a large crowd of people in Cabo Delgado gathered at the Portuguese administrative centre at Mueda. Theirs was a peaceful demonstration, aimed at demanding recognition by the Portuguese authorities of the Mozambican people's right to Independence./ The Portuguese colonialists responded with bullets and grenades. In a terrible massacre, they killed more than 500 Mozambicans by throwing grenades and shooting at the assembled people. Many other patriots were arrested; these were later killed, or else languish in prison to the present day./ This event was a lesson to us. It taught us that we would not win our independence with speeches. Those who had retained any illusions as to the good faith of the Portuguese were finally convinced that, to be free, we would have to take up arms and win our freedom by force./ Our people learnt that lesson well. Two years later, in 1962, FRELIMO was formed. Four years later, our armed struggle for liberation started. Today, more than one million Mozambicans are free, in the liberated regions of Mozambique.*”

<sup>233</sup>Dia 16 de Junho – Massacre de Mueda. *25 de Setembro*, v. 3, n. 48, 16 jun. 1968. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9080/rec/223>. Acesso em: 15 fev. 2019.

similar à narrativa histórica oficial constituída por Eduardo Mondlane,<sup>234</sup> que trata do processo de colonização e do surgimento do nacionalismo em Moçambique. Como nos escritos do primeiro presidente da FRELIMO, o Massacre de Mueda foi inserido em uma longa narrativa histórica que liga as formas de resistência mais antigas ao surgimento da FRELIMO, momento determinante para o desenvolvimento do anticolonialismo e da unidade nacional moçambicana. Além de estar diretamente relacionado à criação da FRELIMO, o Massacre de Mueda aparece novamente associado ao desenvolvimento da luta armada como estratégia para a conquista da independência.

A necessidade de construção da unidade nacional é “um tema que corre como um fio na história da FRELIMO”, desde sua fundação.<sup>235</sup> O sucesso da luta anticolonial e da construção da nova nação dependia do desenvolvimento da unidade nacional, para isto, os diferentes grupos étnicos e sociais precisavam “trabalhar unidos”, de forma coordenada.<sup>236</sup> Nesse contexto, a definição das fronteiras físicas e simbólicas da nação fizeram parte de um projeto político nacional, desenvolvido pela FRELIMO, e que buscou a construção de uma série de representações em torno de um imaginário e de uma identidade nacionais.

Concluindo, o Massacre de Mueda foi apontado como um momento determinante para o avanço da consciência nacional. Por um lado, o episódio foi usado como um exemplo bastante didático do fracasso dos movimentos anticoloniais existentes antes da formação da FRELIMO, bem como um momento de viragem para uma nova fase luta anticolonial. Esta nova fase descobriu na unidade nacional um pré-requisito fundamental para a conquista da independência.

#### **2.4 – O Massacre de Mueda: Territorialidade da Luta Anticolonial e Mobilização Popular**

Um elemento essencial para o sucesso da FRELIMO na luta anticolonial foi a constituição de estratégias militares e de mobilização popular a partir da análise da realidade

---

<sup>234</sup>MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*.

<sup>235</sup> DARCH, Colin; HEDGES, David. Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira. p. 38. Tradução nossa do original em inglês: “*The urgent need to build a functional national unity is a theme that runs like a thread through FRELIMO’s history (...)*”.

<sup>236</sup> Que quer o presidente português em Moçambique, nossa terra? *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam. n. 10, Ago.1964. p. 1. Disponível em: <http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9402/rec/152>. Acesso em: 15 fev. 2019.

local. Assim, era importante observar todo o contexto do território colonial e suas populações para, a partir de então, decidir como, quando e onde a luta deveria ser desenvolvida. Os dois anos de preparação para a luta armada serviram para a FRELIMO mobilizar e preparar os quadros militares, mas também para observar a melhor estratégia militar a ser desenvolvida.

A apropriação do Massacre de Mueda e sua inserção como elemento significativo nas narrativas nacionais, indica o entendimento da FRELIMO da realidade local e das possibilidades proporcionadas por esta realidade no que diz respeito às melhores estratégias a serem utilizadas para o desenvolvimento da luta armada. Nesse sentido, a territorialidade da luta de libertação colocada em prática pela FRELIMO pode explicar o destaque tomado pelo Massacre de Mueda nas narrativas nacionais. Pois, as circunstâncias em que a luta anticolonial se deu em Moçambique tornaram Mueda um ponto geográfico importante.

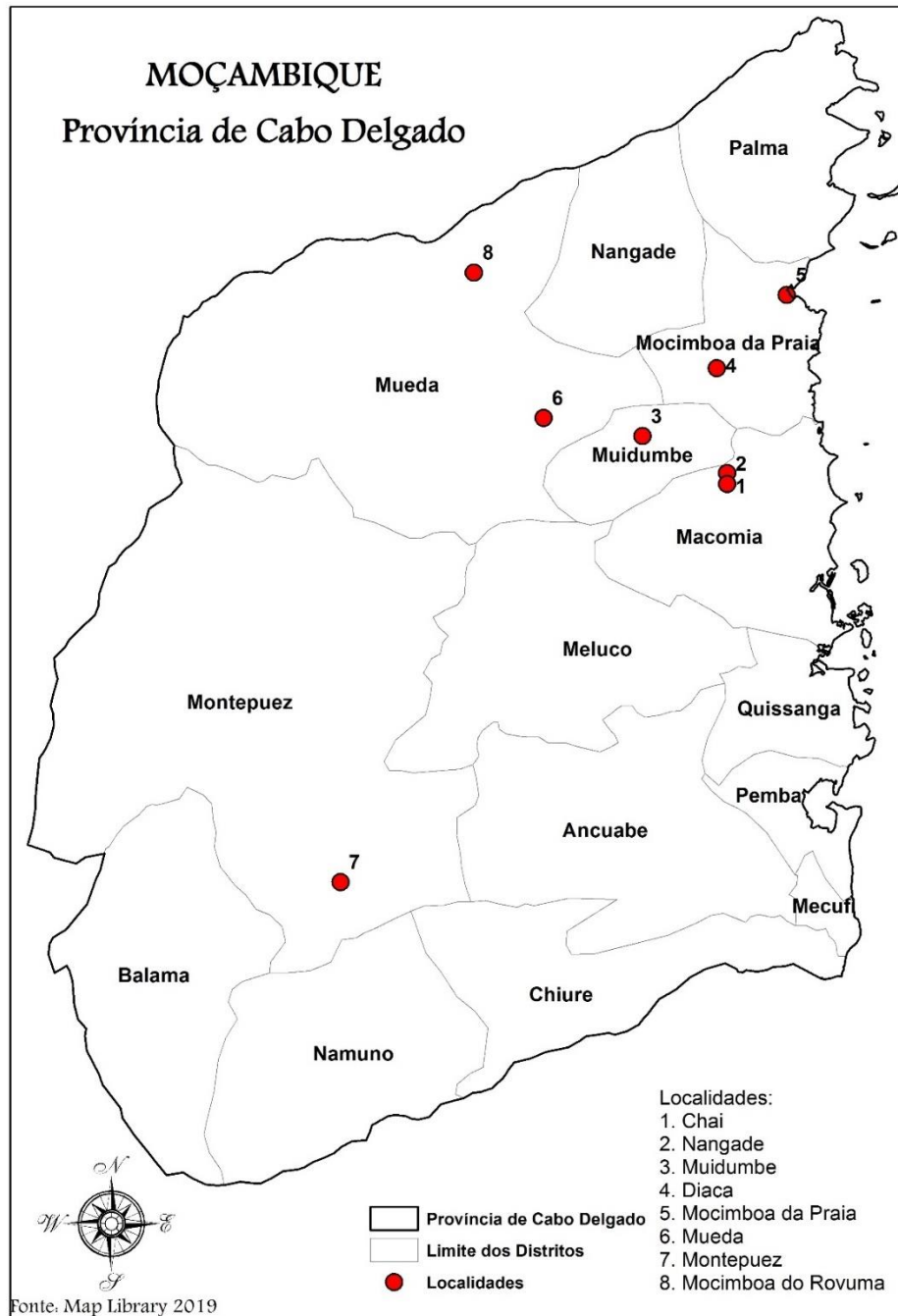
O Norte de Moçambique foi a primeira e principal frente de batalha desenvolvida pela FRELIMO. De acordo com a história nacional oficial, o primeiro tiro foi dado contra o posto administrativo de Chai, distrito de Macomia, em 25 de setembro de 1964, sob o comando de Alberto Chipande.<sup>237</sup> Nos meses que se seguiram, a luta avançou de forma intensa por toda a região norte, nas Províncias de Cabo Delgado e Niassa, e com menos intensidade nas Províncias de Tete e Zambézia. Nos anos finais da década de 1960, a região Norte estaria praticamente tomada pela FRELIMO, deixando aos portugueses apenas algumas regiões relativamente seguras nas cidades principais.

As ações militares descritas nos diversos comunicados publicados pela FRELIMO mostram o grande número de ataques e emboscadas realizados na Província de Cabo Delgado durante os primeiros anos da luta armada, em especial na região ocupada pelos macondes. Assim, Mueda, Muidumbe, Mocímboa da Praia, Montepuez, Chai, Mocímboa do Rovuma, Nangade, Diaca, dentre outros, são locais citados com grande frequência nos boletins publicados entre 1964 e 1968. Esta maior frequência demonstra o avanço e a centralidade da luta na região.

---

<sup>237</sup> Entrevista com Alberto Chipande: Os primeiros tiros. *Tempo*, Maputo, nº 312, 26 set. 1976, p. 18-23. MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p. 2.

**Mapa 5 - Principais localidades de Cabo Delgado com ações militares durante os primeiros anos da luta anticolonial – 1964-1968.**



Fonte: Mapa confeccionado a partir de análise dos boletins informativos da FRELIMO, publicados entre 1964 e 1968, por Cintia Mary de Oliveira em colaboração com o geógrafo Paulo Marcus Fonseca.

Nesse sentido, a necessidade de apoio da população local e de mobilização de novos quadros militares no movimento foi decisiva para a escolha do Massacre de Mueda como elemento importante na narrativa nacionalista. Muitas das pessoas daquela região estiveram presentes na sede de Mueda no dia do massacre, os relatos mostram que moradores vários

distritos vizinhos à Mueda haviam caminhado ou pedalado em suas bicicletas por quilômetros para assistirem o encontro em Mueda.<sup>238</sup> Além disso, pessoas que não estiveram presentes, possivelmente, teriam ouvido de um ou outro conhecido todo o horror e indignação sofrida no dia 16 de junho.

Assim, o Massacre de Mueda apareceu como um elemento facilitador do trabalho de base na região dos macondes. A proximidade entre a Tanzânia, onde a FRELIMO tinha instaurada sua sede e base militar, e as províncias do Norte de Moçambique foi determinante para a realização de um trabalho de base direcionado à esta região. A Tanzânia funcionava como uma espécie de retaguarda para a FRELIMO e tal proximidade permitia contatos mais rápidos com a sede do movimento e a rápida retirada dos militantes após a realização dos ataques militares, característica essencial para a técnica de guerrilha, desenvolvida pela FRELIMO.

Além da proximidade, os laços históricos, culturais e mesmo familiares entre os dois lados da fronteira facilitavam o escape dos nacionalistas do Norte de Moçambique até à Tanzânia e a integração deles na Frente de Libertação de Moçambique. Com o recrudescimento da repressão colonial portuguesa, a perseguição aos nacionalistas foi ampliada e instaurou-se maior policiamento das fronteiras. Além disso, era comum a presença de agentes da PIDE em países vizinhos, como África do Sul e Zimbábue. Assim, muitos dos que tentavam atravessar as fronteiras e, assim, seguir caminho até a Tanzânia através dos países vizinhos já independentes, eram surpreendidos pelos agentes da polícia portuguesa e presos.

A mobilização da população da região Norte do país era bastante estratégica, visto que poderiam fornecer aos militantes todo o apoio material necessário, como os suprimentos necessários para a vivência no mato. Além disso, o conhecimento do território e a capacidade da população de se movimentar dentre os colonos, colhendo informações sobre os planos do inimigo e as forças militares existentes, eram elementos importantes para a definição das estratégias e planos de guerra ofensivos e defensivos pela FRELIMO. Dessa forma, era essencial mobilizar a população, em especial as localizadas nos territórios em que a guerra já estava acontecendo ou estava prestes a estourar. Conquistar o coração e a mente das

---

<sup>238</sup>ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. p.117-128. ISRAEL, Paolo. Mueda Massacre: the Musical Archive. p. 1157-1179.

populações moçambicanas era determinante para que a FRELIMO alcançasse a vitória na luta anticolonial.

Assim, o conhecimento do território era estratégico, especialmente devido à tática de guerra de guerrilhas, adotada pela FRELIMO desde o início. Somente por meio de guias locais, era possível conhecer as possibilidades de uso do território e tirar vantagens sobre as especificidades locais. A movimentação pelos matos e o conhecimento da região de modo a saber quando atacar ou recuar, qual o melhor local para os ataques, emboscadas, rotas de fuga, enfim, usar o espaço a seu favor, era extremamente importante. Assim, os moçambicanos crescidos na região possuíam maior capacidade de determinar as características climáticas e geográficas e a influência destes elementos no andar da guerra. Ademais, o conhecimento dos caminhos e da vegetação permitia a realização de emboscadas e o abatimento do inimigo, na maioria das vezes, detentores de armas superiores às dos moçambicanos.

Ainda, há de se ressaltar que parte considerável dos quadros militares da FRELIMO era originária das regiões Sul e Centro. Parte deles havia deixado a colônia ainda jovem para estudar. Outros, provenientes dos centros urbanos, não conheciam as regiões pelas quais a guerra se alastrava. Nesse sentido, a mobilização da população campesina foi um elemento essencial para o avanço da guerra. Conhecedores do contexto local, na qual a luta se desenvolvia, sua função era apresentar aos militantes de origem urbana a realidade da maior parte da população colonizada de Moçambique.

A importância estratégica do local também era observada por Portugal que buscava ampliar a vigilância nas fronteiras com a Tanzânia. Ademais, as perseguições e prisões no Planalto de Mueda aumentavam. Ao regressarem da Tanzânia, as populações eram presas, sob a suspeita de integrarem a FRELIMO.<sup>239</sup> Enquanto isso, Portugal também se preparava para a guerra, com a chegada de mais soldados, aviões e carros militares. Outro elemento importante foi o desenvolvimento das chamadas ações psicossociais, com a criação de propagandas direcionadas às populações africanas, inclusive nas línguas locais, que buscavam convencê-

---

<sup>239</sup>Aspectos da vida moçambicana. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 2, Set. 1963, p. 3. Disponível em: <http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9323/rec/79>. Acesso em: 16 fev. 2019.

las de que as ações nacionalistas da FRELIMO eram terrorismo e que os moçambicanos faziam parte da nação portuguesa.<sup>240</sup>

Nesse sentido, por parte da FRELIMO, a criação de campanhas e mensagens direcionadas à esta população também era essencial. Algumas publicações eram direcionadas diretamente à população maconde. Em abril de 1964, no Boletim de Informação nº 7, é publicada uma reportagem direcionada à circunscrição de Montepuez, distrito de Cabo Delgado, local onde muitos moçambicanos prefeririam “continuar sob a dominação portuguesa, convencidos pela propaganda colonialista”. O interessante é que esta publicação faz um apelo direto à esta população, buscando alertá-los sobre toda a exploração e violência colonial: “Eles estão cegos pela propaganda colonialista: ter-se-ão esquecido do trabalho forçado, do massacre de Mueda, da palmatória e de chicote, da caderneta? Estarão esquecidos das prisões e torturas da P.I.D.E.?”<sup>241</sup>

O apelo à população por meio de ilustrações também foi amplamente utilizado devido à sua capacidade de abranger um público muito mais amplo. Em um boletim de 1971, foi publicado um texto descritivo sobre o Massacre de Mueda junto de uma ilustração que retratava o episódio (Figura 1).<sup>242</sup> O texto descreve de forma sucinta todo o episódio e o associa diretamente ao surgimento da FRELIMO e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da luta armada em Moçambique.

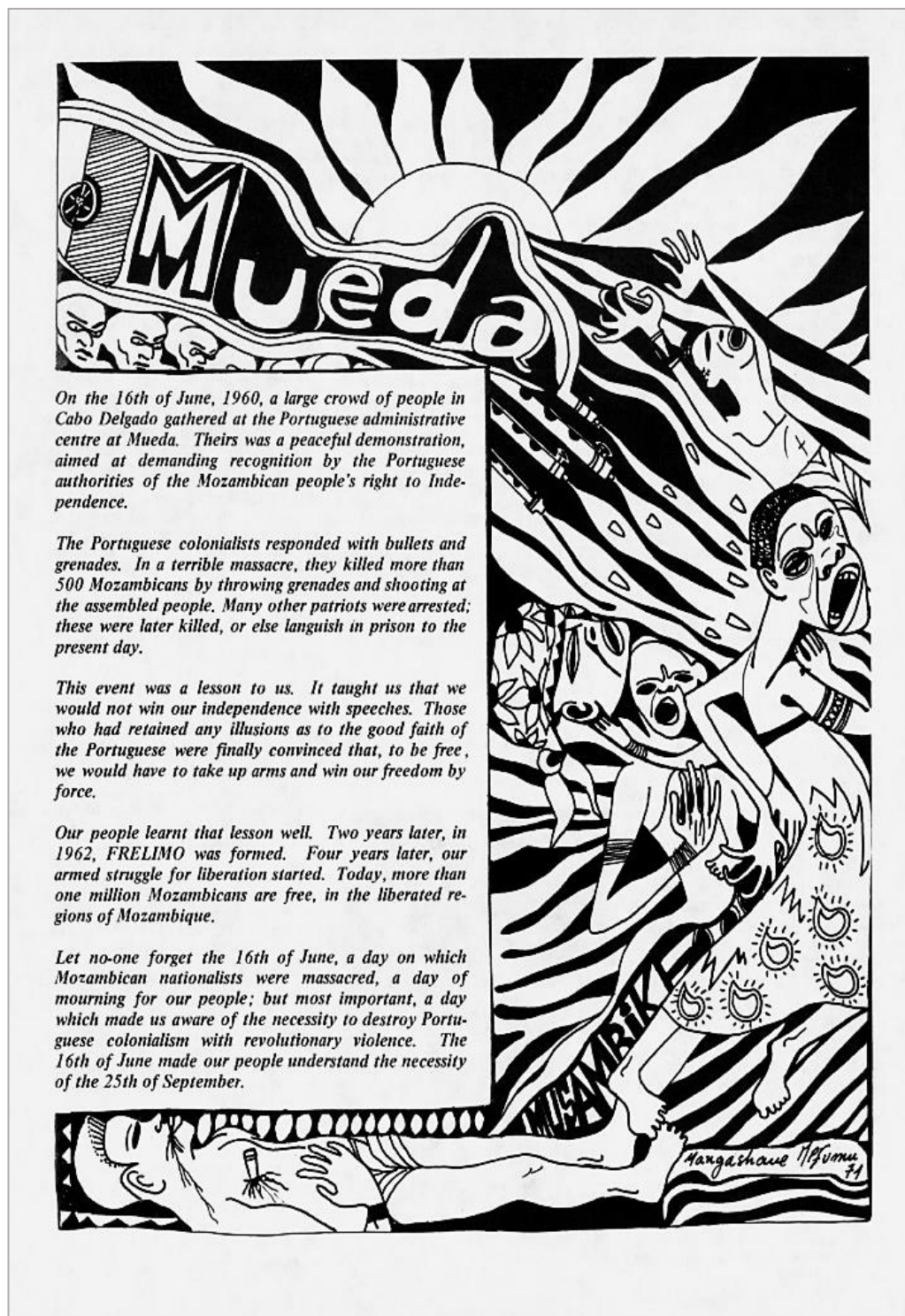
---

<sup>240</sup> GRANADO, José Antônio Macias. A ação subversiva em Cabo Delgado. In: *Política de contra-subversão em Cabo Delgado*. Contribuição para o seu estudo. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968. p. 62-83.

<sup>241</sup> Aspectos da vida moçambicana: Preferem o Governo colonialista de Salazar a FRELIMO. *Boletim de Informação*, Dar Es Salaam, n. 7, Abr. 1964, p. 6. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9738/rec/104>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>242</sup> Mueda must not be forgotten. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, n. 47, Mai./Jun. 1971. p. 20. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8176/rec/84>. Acesso em: 13 fev. 2019.

Figura 1 - Mueda must not be forgotten.



Fonte: Mueda must not be forgotten. *Mozambique Revolution*, Dar Es Salaam, no. 47, Mai./Jun. 1971. p. 20.  
Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/8176/rec/84>. Acesso em: 13 fev. 2019.



A ilustração de Mangashane Mfumu representa cinco moçambicanos sob uma chuva de balas durante o Massacre de Mueda. As expressões faciais da ilustração são bastante significativas. No canto superior esquerdo, os portugueses são retratados com os olhares impassíveis, os traços firmes nos olhos e lábios transmitem a rigidez e a apatia com que os soldados portugueses tratavam os povos moçambicanos. Por outro lado, a representação da população caída busca transmitir todo o sofrimento e dor do episódio. A profundidade do olhar, as bocas abertas em gritos e alguns corpos jazidos trazem uma mensagem clara ao observador: o Massacre de Mueda é sinônimo de dor, sofrimento e morte.

Outra ilustração (Figura 2), publicada dois anos antes, em 1969, também buscou transmitir os significados do Massacre de Mueda. Nela, a população corre sob tiros e granadas lançados pelos portugueses, com destaque para uma mulher que carrega um bebê. Os macondes são retratados com vestimentas características, inclusive a mulher veste uma capulana, as expressões são de dor e aflição, corpos também padecem pelo chão. Já a estética utilizada para representar os portugueses é bastante próxima às representações caricaturais usadas nas produções das esculturas macondes, dentre elas o “nariz adunco, orelhas pontiagudas, mento erguido ou sorriso desdenhoso”.<sup>243</sup> Ainda, um dos portugueses, possivelmente o administrador ou governador, é representado assistindo a tudo com um charuto nas mãos.

A ilustração faz o uso de características das esculturas caricaturais macondes, uma reconhecida forma de crítica social de oposição ao colonialismo.<sup>244</sup> Apesar da segunda ilustração não apresentar qualquer assinatura, tais elementos nos permitem fazer algumas inferências sobre a sua produção, que pode ter tido a contribuição de artistas macondes na composição dos boletins publicados pela FRELIMO. Além do mais, a escolha editorial de tal ilustração é perpassada pelo entendimento de que os macondes eram um importante público dos boletins e que carregavam os elementos necessários para a compreensão da ilustração.

---

<sup>243</sup> A descrição sobre as esculturas caricatas dos macondes é feita por Soares de Castro, em 1961, e citadas por Lia Dias Laranjeira em sua tese:  
LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974)*. p. 47.

<sup>244</sup> HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. *A Luta Anticolonial, 1955-1961*. p. 230.

**Figura 2 - Massacre in Mueda.**



Fonte: Massacre in Mueda. Mozambique Revolution, Dar Es Salaam, no. 39, Jun./Jul. 1969, p. 21.  
Disponível em:  
<http://digitalibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/5954/rec/162>. Acesso em 20 fev. 2019.

Nesse sentido, em outra reportagem, datada de 1964, onde é anunciada a instalação de mais cinco companhias militares portuguesas na Circunscrição de Mueda, o Massacre aparece como um elemento mobilizador que é diretamente direcionado à população local:

Logo que chegaram, nada mais fizeram senão espalhar panfletos em língua nativa, que diziam:/ AQUI É PORTUGAL! MOÇAMBIQUE É PORTUGAL! PRETO, BRANCO, MULATO, etc. SOMOS TODOS PORTUGUESES!/ Povo de Moçambique, não te esqueças do massacre de 1960, feito pelas tropas portuguesas contra a população de Mueda./

MOÇAMBIQUE não é Portugal. Nós não somos portugueses. Somos Moçambicanos, e estamos decididos a lutar pela libertação da nossa terra.<sup>245</sup>

Tal publicação é interessante para se pensar a inevitabilidade da guerra e a ofensiva colonial na região diante do crescimento do movimento anticolonialista. O aumento de tropas e da estrutura militar na região demonstra que Portugal se preparava para a guerra que se aproximava, não somente militarmente, mas também transparece as estratégias psicossociais adotadas. A propaganda colonial sobre os benefícios da presença portuguesa no território africano e a afirmação de ideias de igualdade racial são diretamente direcionadas à população maconde, inclusive em sua língua local. Nesse sentido, vale lembrar que esta propaganda era direcionada à região mais afetada pelo avanço do movimento nacionalista da FRELIMO, devido à proximidade com a Tanzânia.

Por outro lado, a narrativa da FRELIMO também direcionada à esta população, busca desmascarar as estratégias e mentiras portuguesas, usadas como forma de manter o colonialismo. Através do uso de um elemento histórico e traumático para a população local, a FRELIMO criou uma narrativa que apresenta este acontecimento como uma prova clara de que o colonialismo português é o responsável pela exploração e repressão sofrida pela população e que este deveria ser eliminado de todo o território moçambicano. Aqui, ainda é ressaltado o caráter racial da colonização, com o objetivo de ativar a memória de toda a discriminação racial existente no colonialismo e ressaltar a impossibilidade de um mundo português harmonioso, conforme propagandeado pela propaganda lusotropicalista portuguesa.<sup>246</sup>

Assim, o episódio se insere num duelo narrativo, onde colonialistas e colonizados buscavam mobilizar a população em torno de seus objetivos. A politização das massas era vista pela FRELIMO como uma “necessidade histórica”.<sup>247</sup> A ação psicológica colocada em prática pelo colonizador, as concessões cedidas ao colonizado, estratégias adotadas pelo colonizador poderiam influenciar bastante a luta. Assim, era urgente esclarecer aos moçambicanos e ao mundo a real situação de perseguição e desigualdade em Moçambique ao

---

<sup>245</sup> Mais cinco companhias militares portuguesas em Mueda. *Boletim de informação*, Dar Es Salaam, n. 7, Abr. 1964. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9738/rec/104>. Acesso em 22 fev. 2019.

<sup>246</sup> CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*.

<sup>247</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 112-113.

contrário dos discursos de progresso e harmonia racial espalhados por Portugal. Era necessário “operar o completo desenterramento da consciência” por parte dos dirigentes.<sup>248</sup> Não podiam deixar o mundo acreditar na propaganda colonialista, a realidade na colônia era outra, o número de soldados, as prisões, torturas e assassinatos só aumentavam.<sup>249</sup>

Com o objetivo de mobilizar a população, também eram divulgadas as ações militares desenvolvidas pela FRELIMO, como o abatimento de aviões e automóveis militares portugueses.<sup>250</sup> Tais notícias, as quais, normalmente, revelam as derrotas e baixas portuguesas, servem como importante elemento de mobilização. Na medida em que estas reportagens indicam as ações vitoriosas levadas a cabo pela FRELIMO ao longo da luta armada, contribuem para fortalecer a imagem de poder da FRELIMO dentre o imaginário popular e indicar que a vitória do povo moçambicano era inevitável.

Portanto, a região Norte de Cabo Delgado, historicamente um ponto de intensa circulação dos macondes entre Moçambique e a Tanzânia, permitiu, mesmo sob os olhares atentos da administração portuguesa, facilidades na mobilização da população desta região pela FRELIMO. A população maconde foram os principais agentes contra o colonialismo português, pois atuaram como uma espécie de ponta de lança, fornecendo apoio estratégico e essencial para o avanço da luta armada pelo território colonial moçambicano. O uso do Massacre de Mueda serviu como um apelo direto à essa população do Norte, a qual, provavelmente, participou deste episódio ou guardava em sua memória relatos sobre esse acontecimento. Desta forma, não é mera coincidência a guerra iniciar em Cabo Delgado e experimentar em Mueda um de seus palcos mais importantes.

\*\*\*\*\*

A apropriação do Massacre de Mueda obedeceu à um entendimento por parte da FRELIMO do contexto de descolonização e das possibilidades narrativas propiciadas por esse contexto. Grande parte do material de imprensa da FRELIMO era destinado aos casos de

---

<sup>248</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. p. 115.

<sup>249</sup> Portuguese Tell Lies. *Mozambican Revolution*, New York ed., v. 1, no. 3, 1964(?). p. 5. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6529/rec/1>. Acesso em 24 fev. 2019.

<sup>250</sup> Two Portuguese Planes Shot Down By Frelimo Freedom Fighters. *Mozambican Revolution*, New York ed., v. 1, no. 4, Mar. 1965, p. 9. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6546/rec/15>. Acesso em 24 fev. 2019.

violência e repressão colonial que aconteciam ao longo de todo o território de Moçambique. As narrativas presentes nesse material eram apresentadas de forma bastante didática e tinham como objetivo o avanço da luta anticolonial através da mobilização e comoção dos leitores moçambicanos e estrangeiros. Nesse sentido, a FRELIMO foi capaz de estruturar e organizar as experiências vividas ao longo do período colonial e inseri-las numa narrativa histórica nacional própria, demonstrando um entendimento da dimensão de poder que perpassa as narrativas de emancipação nacional e sua capacidade de mobilização. Por isso, a FRELIMO conseguiu obter bastante sucesso ao longo do processo de mobilização da população colonizada em torno dos ideais de independência e transformação social.

O Massacre de Mueda esteve presente nas narrativas nacionais da FRELIMO desde sua fundação em 1962. Ao longo dos primeiros anos da luta anticolonial, o episódio foi usado como um importante exemplo da violência colonial portuguesa, que era utilizado para mobilizar a população e legitimar o caminho da luta armada. Acompanhando o desenvolvimento da luta anticolonial, as narrativas que tratavam do Massacre de Mueda foram se complexando a partir da inserção de novos elementos narrativos. Assim, partir da segunda metade de 1960, o episódio ganhou mais espaço nas narrativas nacionais e passou a ser discutido de forma mais constante e detalhada. Neste período, os diversos impressos publicados pela FRELIMO indicaram que o episódio esteve diretamente associado à elementos essenciais do projeto nacional frelimista e à luta anticolonial, dentre eles a mobilização popular, a unidade nacional, a violência colonial, a territorialidade da guerra e as dimensões territoriais do projeto nacional da FRELIMO.

A construção das narrativas nacionais era um mecanismo essencial para a criação e fortalecimento dos laços de pertencimento nacional. Era necessário construir uma identidade nacional e, para isto, o retorno a um passado em comum e seu redimensionamento era uma importante estratégia. Assim, ao longo da luta anticolonial em Moçambique, o Massacre de Mueda foi inserido em narrativas nacionais oficiais que tinham como objetivo o avanço da luta armada sob a liderança da FRELIMO e a construção de representações em torno de um imaginário nacional moçambicano.

## **CAPÍTULO 3 - “A LUTA CONTINUA!”: A CONSTRUÇÃO NACIONAL E O MASSACRE DE MUEDA NO PÓS- INDEPENDÊNCIA (1975-1986)**

*“Vamos fazer do lugar onde havia mal, berço da liberdade e da vida. Vamos fazer do lugar onde nascia o mal, fonte para nascer a humanidade. Onde caíram bombas que destruíam o povo moçambicano, vamos plantar árvores de fruto”.*<sup>251</sup>

---

<sup>251</sup> MACHEL, Samora. Berço de vida e de liberdade, *Notícias*, Maputo, p.1-2, 17 jun. 1975.

No dia 23 de junho de 1975, Samora Machel chegou à Maputo, então Lourenço Marques, ponto final de sua “viagem triunfal”, durante a qual atravessou o país ao longo de todo o mês anterior, junto de uma comitiva.<sup>252</sup> Dois dias depois, a Independência nacional foi proclamada solenemente em uma cerimônia realizada no Estádio da Machava. Diante dos olhos de milhares de moçambicanos, Samora Machel proclamou a independência nacional e realizou um discurso que relembrava a opressão, o racismo e todas as humilhações vividas durante o colonialismo português.<sup>253</sup> Ademais, ressaltou a importância da unidade nacional e a luta histórica desenvolvida pelo povo moçambicano em prol da independência do país.

Além disso, destacou a importância da FRELIMO para o sucesso da luta anticolonial em Moçambique e o fato de que foi sob sua direção que o povo moçambicano derrotou o colonialismo português. Por fim, o discurso traçou as diretrizes para o futuro do país, conclamando a todos os moçambicanos a trabalharem em prol da construção da nação, a destruir as “sequelas do colonialismo e da dependência imperialista” e o “Sistema de exploração do homem pelo homem”.<sup>254</sup> Neste momento, o primeiro presidente deixava claro ao povo moçambicano que a luta não havia acabado com o fim do colonialismo, muito pelo contrário, só começara. Iniciava-se uma longa e árdua caminhada em busca da construção de uma nova sociedade e de um novo homem.

Como analisado no capítulo anterior, durante a luta anticolonial, apesar de alguns reveses, a FRELIMO conseguiu unificar boa parte dos membros dos movimentos nacionalistas existentes em uma frente única e lutar em prol da causa anticolonial. Entretanto, logo após a independência, várias diferenças étnicas e políticas vieram à tona, mostrando ser necessária a instituição de novas políticas e práticas sociais que fortalecessem os laços de pertencimento criados ao longo da luta anticolonial. Estas novas políticas e práticas sociais estiveram diretamente relacionadas com as experiências vividas e com o caminho revolucionário adotado pela FRELIMO ao longo da luta anticolonial.

Apesar de um grande entusiasmo ter dominado os primeiros anos do pós-independência, este momento foi, logo, seguido por uma grave crise socioeconômica. O país passou por uma série de dificuldades, fruto de uma guerra civil iniciada dois anos após a conquista da

---

<sup>252</sup> DAVA, Fernando; ANTONIO, Alexandre; LEMIA, Rosário; MUDENDER, Arrissis; WANE, Marílio; MAZUZE, Célia; LOPES, Sónia; AMINAGI; Dulámito, LOPES, Daniel. *Samora Moisés Machel - História de Uma Vida Dedicada ao Povo Moçambicano*. P. 105.

<sup>253</sup> MACHEL, Samora. Discurso da Proclamação da Independência. s/p.

<sup>254</sup> MACHEL, Samora. Discurso da Proclamação da Independência. s/p.

independência, dos conflitos regionais decorrentes do confronto entre a FRELIMO e os regimes racistas da África Austral e de políticas socioeconômicas levadas a cabo pelo Partido que se mostraram desastrosas para o país.

Neste contexto, marcado pelas expectativas em torno da construção de uma nova nação, mas também pelo caos do pós-independência, as narrativas nacionais continuaram a ser um elemento essencial no processo de construção de Moçambique. E o Massacre de Mueda, integrante destas narrativas desde os primórdios da luta anticolonial, se manteve como um elemento importante a ser utilizado na busca pela construção de uma identidade nacional. Carregado de caráter explicativo e mobilizador, continuou a servir como instrumento de coesão e fortalecimento da moçambicanidade.

O terceiro capítulo tem como enfoque as narrativas nacionais desenvolvidas ao longo do pós-independência, entre os anos de 1975 e 1986. A partir da análise de jornais, discursos políticos e outros meios de comunicação, como cartazes, refletiremos sobre a inserção do Massacre de Mueda nas narrativas nacionais durante o processo de construção nacional em Moçambique. Ademais, discutiremos a incorporação de novos elementos pelas narrativas que versam sobre o Massacre de Mueda, em consonância com o contexto vivido pelo país, e a conversão do 16 de junho em uma data comemorativa nacional.

### **3.1 – O Pós-Independência e as Políticas de Construção Nacional**

Após a independência, a FRELIMO assumiu como “força dirigente do Estado e da Sociedade”,<sup>255</sup> responsável pela construção nacional a partir da desordem deixada pelo colonialismo português e pela guerra desenvolvida contra ele. Nesse sentido, com sua ascensão ao poder em 1975, o partido continuou a não medir esforços para tornar o antigo território colonial português em uma nação viável. Assim, buscou congregar os vários grupos sociais existentes sob a promessa de um futuro moderno e melhor.

No momento da independência, somente um terço do país havia sido efetivamente conquistado militarmente pela FRELIMO.<sup>256</sup> As zonas libertadas eram compostas por regiões das províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete, onde o colonialismo português havia sido

---

<sup>255</sup> Constituição da República Popular de Moçambique de 20 de junho de 1975, Artigo 3º.

<sup>256</sup> BORGES, Edson. A política cultural em Moçambique após a independência. In: FRY, Peter (Org.). Moçambique – Ensaios. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. p. 229-230.

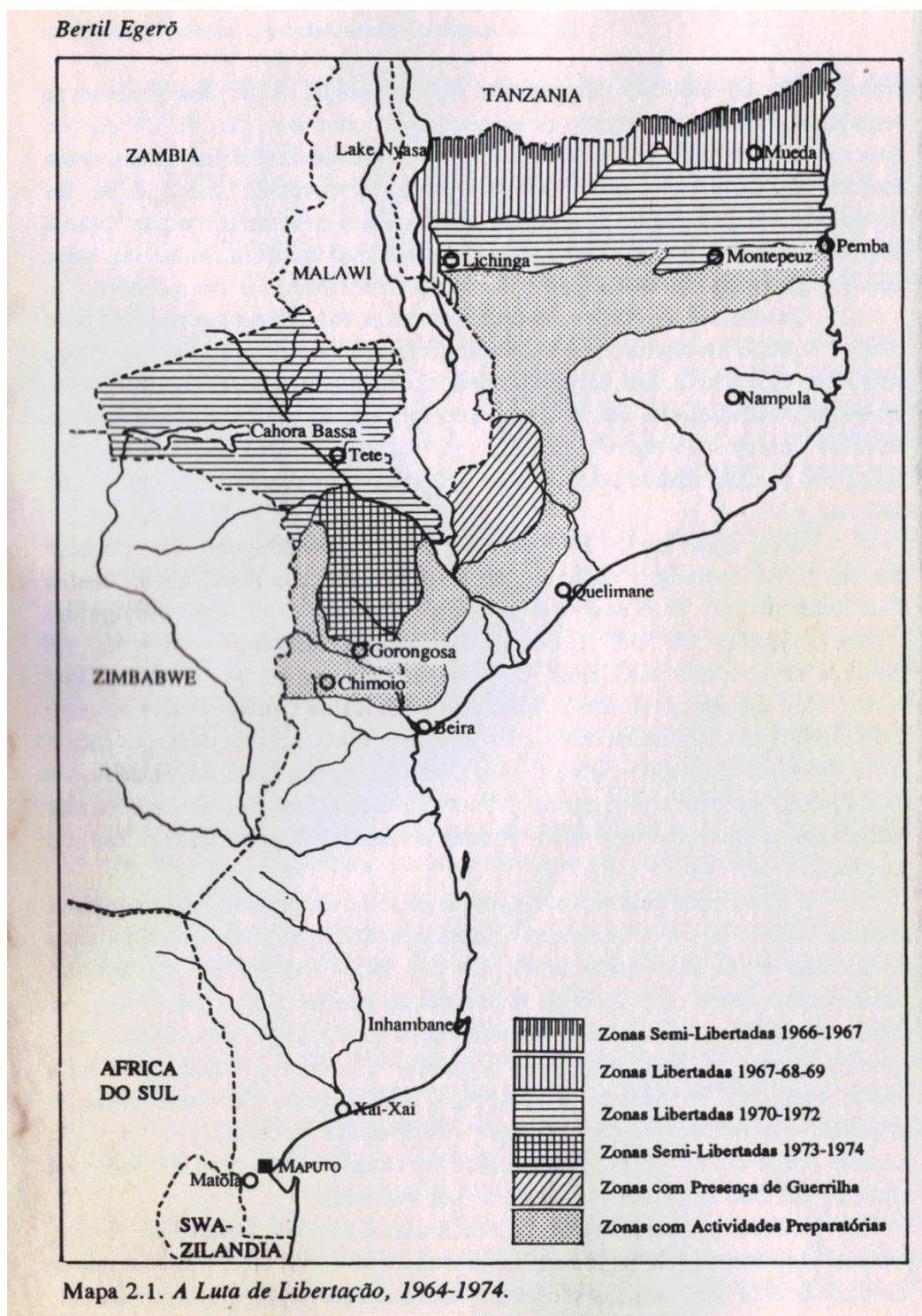


derrotado. As províncias do extremo Norte - Cabo Delgado e Niassa - apresentavam uma localização bastante estratégica, o que permitiu que as ações militares fossem desenvolvidas desde o início da luta armada e os sucessos alcançados de forma rápida e substancial. Por sua vez, a Província de Tete também viveu um grande avanço da guerra a partir do final da década de 1960, apesar de maiores dificuldades operacionais. Entretanto, no momento de assinatura do Acordo de Lusaca em 1974,<sup>257</sup> a FRELIMO ainda não havia expandido de forma substancial a guerra pelas Províncias da Zambézia e Manica e Sofala, onde ainda eram iniciadas as atividades preparatórias ou desenvolviam-se ações de guerrilha. As províncias mais ao Sul, com exceção dos trabalhos realizados pelas redes clandestinas da FRELIMO, não haviam vivido de fato a luta anticolonial. O mapa 6 ilustra bem a expansão das zonas de influência da FRELIMO e aquelas que não foram atingidas.

---

<sup>257</sup> Este Acordo foi assinado entre o Estado português e a FRELIMO, na cidade de Lusaca (Zâmbia), no dia 07 de setembro de 1974. Nesta ocasião, o Estado português reconheceu formalmente o direito à independência de Moçambique e acordou com a FRELIMO um processo de transferência de poderes para as mãos deste movimento que se concretizaria em junho do ano seguinte. Dessa forma, a FRELIMO foi reconhecida como único movimento nacional apto a receber a soberania de Moçambique. Ver: BRAGANÇA, Aquino de. Independência sem descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975. Notas sobre os seus antecedentes, *Estudos Moçambicanos*, nº 5/6, 1986, p. 7-28.

### Mapa 6 - A Luta de Libertação, 1964-1974.



Mapa indicando as zonas libertadas e as áreas de desenvolvimento da luta armada em Moçambique nos anos de 1964-1974. Fonte: EGERÖ, Bertil. *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1992. p. 38.

A experiência nas zonas libertadas, entendidas como espaços de experimentação nacional essenciais para a criação da nova sociedade,<sup>258</sup> foi um elemento central dentro do projeto político de sociedade proposto pela FRELIMO, o embrião do Estado Popular.<sup>259</sup> Este projeto englobava a criação de novas políticas e práticas sociais, baseadas nestes espaços em que a população vivia mobilizada e organizada politicamente. O objetivo era a construção de uma sociedade a partir de uma nova “base material, ideológica político-cultural, social e administrativa”.<sup>260</sup> Nesse sentido, foi instaurado um “Estado de democracia popular em que todas as camadas patrióticas” deveriam estar engajadas “na construção de uma nova sociedade”.<sup>261</sup> E foi introduzida uma série de reformas democráticas que buscavam a participação social, algo totalmente novo para grandes setores da população que não tinham vivido a experiência política das zonas libertadas. Através de novas estruturas de poder como as “assembleias populares”, os “grupos dinamizadores” e os “tribunais populares”, a população passou a participar da construção do novo Estado.<sup>262</sup>

Após a independência, a FRELIMO adotou uma forma de governo que tinha como principais características: a opção pelo socialismo marxista-leninista, o unipartidarismo, a estatização da economia e a prevalência do partido sobre o Estado e a sociedade.<sup>263</sup> Buscava-se organizar e coletivizar a produção, de modo a desenvolver o país e consolidar a unidade nacional.<sup>264</sup> Para alcançar estes objetivos, no período pós-independência, a FRELIMO decretou uma série de medidas para alterar vários dos mecanismos socioeconômicos existentes no país e traçar o caminho em direção à sociedade socialista.

Nesse contexto, foram abolidas a propriedade privada de bens e serviços, vistos como de interesse público. Como já era determinado pela Constituição de 1975, a terra e os recursos naturais seriam de propriedade do Estado e este determinaria “as condições do seu aproveitamento e de seu uso”.<sup>265</sup> Dessa forma, o aproveitamento da terra deveria ser feito de

---

<sup>258</sup> MACHEL, Samora. *A nossa luta é uma revolução nacionalizações-Moçambique*. Edição: Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial – CIDAC-C, Coleção: África em Luta. Lisboa. 1976.

<sup>259</sup> MENESES, Maria Paula. *Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique*. p.18.

<sup>260</sup> MACHEL, Samora. *Discurso da Proclamação da Independência*. 25 de Junho de 1975. s/p.

<sup>261</sup> Constituição da República Popular de Moçambique de 20 de Junho de 1975, Artigo 2º.

<sup>262</sup> EGERO, Bertil. *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*.

MENESES, Maria Paula. *Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique*. p.28-29.

<sup>263</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 131-132.

<sup>264</sup> Em cerimónia solene - medalha de paz “Joliot Curie” entregue ao presidente Samora Machel. *Notícias*. 16 de junho de 1976. p.7

<sup>265</sup> Constituição da República Popular de Moçambique de 20 de Junho de 1975, Artigo 8º.

forma coletiva, através da organização dos camponeses em cooperativas ou em sociedades comunais. Nesse mesmo sentido, em 1976, com a declaração da nacionalização dos prédios de aluguel e das casas abandonadas do país, o arrendamento de prédios também foi proibido. As regras de ocupação também seriam realizadas pelo Estado que definiriam o preço dos prédios.<sup>266</sup>

Com relação à educação, o novo sistema educacional de Moçambique passava a ser completamente público e gerido pelo Estado. Professores, colégios e escolas particulares não deveriam existir na nova sociedade socialista.<sup>267</sup> O mesmo era feito com relação à saúde, os hospitais passaram a ser de propriedade do Estado, os médicos deveriam atuar no sistema público de saúde. Assim, a prestação de serviços passou a ser acompanhado de perto. Professores, médicos, advogados e, até mesmo, os negócios funerários deveriam atender ao povo, e não explorá-lo. Todas estas transformações eram baseadas nas experiências das zonas libertadas e o Estado deveria estar pronto para neutralizar aqueles que opusessem a elas:

Quando falámos da terra, dos hospitais, da Educação, dos advogados estávamos a transmitir a experiência que ganhámos nas zonas libertadas, a experiência que adquirimos ao longo de dez anos de guerra. Tudo isto significa que, se encontrarmos qualquer tentativa de resistência, não duvidaremos em desencadear a guerra em Moçambique, desenvolveremos o nosso combate em Moçambique, porque o nosso objetivo é, primeiro: a libertação total de Moçambique. Libertação é liquidação total de todos os vestígios coloniais, de todo o sistema capitalista em Moçambique. Preparamo-nos para uma revolucionarização completa do sistema em Moçambique, neutralizando os pides, os agentes do imperialismo infiltrados no nosso seio, liquidando os exploradores, libertando a iniciativa criadora, libertando o Povo.<sup>268</sup>

Portanto, a partir das experiências das zonas libertadas, buscava-se a “revolucionarização completa do sistema em Moçambique”, construir um novo sistema popular, uma nova mentalidade, novos comportamentos e relações sociais. O desprezo pelo

<sup>266</sup> MACHEL. Samora. Independência implica benefícios para as massas exploradas. Discurso de Samora Machel em 3 de fevereiro de 1976. In: *A nossa luta é uma revolução nacionalizações-Moçambique*. Edição: Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial – CIDAC-C, Coleção: África em Luta. Lisboa. 1976. p. 67-68

<sup>267</sup> MACHEL. Samora. A nossa luta é uma revolução. Discurso de Samora Machel em 24 de junho de 1975. In: *A nossa luta é uma revolução nacionalizações-Moçambique*. Edição: Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial – CIDAC-C, Coleção: África em Luta. Lisboa. 1976. p. 19

<sup>268</sup> MACHEL. Samora. A nossa luta é uma revolução. p.24.

trabalho, o individualismo, a ambição, o tribalismo, o regionalismo, o espírito de inferioridade deveriam ser deixados de lado. Em detrimento, dever-se-ia trabalhar pela conscientização política do Homem Novo moçambicano, um “homem são, são de corpo e de espírito”, detentor de “uma Mentalidade Nova.”<sup>269</sup>

As aldeias comunais seriam a base da nova organização social do país. Com cerca de 95% da população vivendo nos campos, era de lá que deveria sair o sustento e desenvolvimento da população.<sup>270</sup> Assim, o campo era visto como um espaço detentor dos valores positivos, local de desenvolvimento de uma vida coletiva, sem ambição e individualismos. Nas palavras de Samora Machel, um lugar onde era possível “assumir plenamente a nossa tarefa porque viveremos organizados, programados, e com tarefas distribuídas.”<sup>271</sup> Da mesma forma, nas cidades buscou-se a criação dos bairros comunais e a formação de cooperativas dentre a população.<sup>272</sup> O objetivo era acabar com a segregação socioespacial existente nas cidades, um reflexo da profunda desigualdade racial do colonialismo português.

Cabe lembrar que a independência foi acompanhada do retorno de milhares de portugueses à Portugal. No ano que se seguiu, com o processo de nacionalizações, também aconteceu o êxodo de um grande número de pessoas, membros de classes proprietárias que geriam a economia do país, até então. Não apenas brancos e portugueses, mas também uma pequena burguesia assimilada negra composta por proprietários de imóveis, pequenos comerciantes e pessoas cuja mão de obra era qualificada também deixaram o país.<sup>273</sup> Nesse sentido, logo após a independência, Moçambique se viu com lojas, fábricas, grandes plantações, comércios e diversos outros negócios abandonados e sem mão de obra qualificada suficiente para assumir a direção de tudo isto.

Apesar de todas as dificuldades, o clima era de otimismo e a FRELIMO e a população estavam prontas para enfrentar os desafios de construir uma nova sociedade. Nesse sentido, Bertil Egerö aponta que esse contexto pós-independência, caracterizado pela busca por uma sociedade socialista em Moçambique, foi marcado pela existência de um “voluntarismo revolucionário”, continuidade de sentimentos e expectativas desenvolvidas durante a luta

---

<sup>269</sup> MACHEL. Samora. Independência implica benefícios para as massas exploradas. p. 48.

<sup>270</sup> MACHEL. Samora. Independência implica benefícios para as massas exploradas. p. 49.

<sup>271</sup> MACHEL. Samora. Independência implica benefícios para as massas exploradas. p.51.

<sup>272</sup> MACHEL. Samora. Independência implica benefícios para as massas exploradas. p.54-55.

<sup>273</sup> HALL, Margaret; YOUNG, Tom. *Confronting Leviathan - Mozambique since Independence*. London: Hurst. 1997. p. 49-50.

anticolonial. Este período foi dominado por um “processo simultâneo de edificação do estado e mobilização das massas”, cujo objetivo era uma “rápida transformação social e institucional”.<sup>274</sup>

Entretanto, o sentimento de otimismo e esperança não durou muito. O contexto logo após a independência foi marcado por uma série de problemas políticos, socioeconômicos e culturais que dificultaram a integração nacional e o desenvolvimento do país. Internamente, o país viveu graves problemas econômicos e uma prolongada guerra civil. A FRELIMO impôs um projeto desenvolvimentista, muitas das vezes autoritário, que não respeitava a ampla diversidade social. Isto e o fracasso das políticas de cunho marxista-leninista causaram um grande descontentamento dentre setores da população. Ademais, a incidência de longos períodos de seca, dificultou o desenvolvimento agrícola e provocou escassez alimentos no país. Todo esse contexto, produziu descontentamento da população e contribuiu para alimentar as fileiras do movimento armado da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o que, conseqüentemente, impossibilitou a construção nacional idealizada pela FRELIMO.

Ademais, em um contexto regional, o envolvimento de Moçambique nos conflitos com os regimes de minoria branca dos vizinhos África do Sul e Rodésia mostrou-se devastador para o desenvolvimento do país. Com o avanço das ideias de um nacionalismo negro sobre os movimentos contrários ao segregacionismo, estes países desenvolveram uma política externa agressiva na região. Estes dois países serviram de guarita e apoiaram a RENAMO, o que contribuiu para a desestabilização econômica, política e militar do Moçambique pós-independente. Por sua vez, a FRELIMO atuou intensamente na luta contra estes regimes minoritários e segregacionistas da África Austral, dando apoio aos movimentos nacionalistas antirracistas.

Em um contexto global, Moçambique esteve inserido na bipolarização da Guerra Fria. Na busca por alianças, inserção e reconhecimento mundial, a FRELIMO, após a conquista da independência, aproximou-se cada vez mais da União Soviética, de quem recebia apoio desde o período colonial. Nos anos que se seguiram, Moçambique acabou, também, por sentir os reflexos da crescente crise política e econômica sofrida pelo campo socialista, e, conseqüentemente o aumento da pressão internacional sobre o novo país.

---

<sup>274</sup> EGERO, Bertil. *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*. p. 55.

Assim, todo este contexto foi marcado por dificuldades em se realizar o desenvolvimento e a integração nacional. Bertil Egerö aponta que o projeto nacional da FRELIMO foi criado a partir de dois pilares, de certo modo contraditórios: a instauração de uma política popular e a aplicação de uma política de modernização da economia que seguia um “modelo socialista de desenvolvimento do tipo leste europeu”.<sup>275</sup> Esse projeto nacional teria gerado dificuldades no que tange ao desenvolvimento econômico, visto que a antiga colônia portuguesa não estava preparada para o modelo econômico que se seguiu.

Nesse sentido, Michel Cahen aponta que, em Moçambique, “o paradigma nacional é indissociável do paradigma da modernização autoritária”.<sup>276</sup> O autor analisa que durante os primeiros anos da independência, com o objetivo de construir a nação, o Estado buscou enquadrar a população num processo de “modernização autoritária”. Entretanto, tais ações serviram para gerar desgastes e conflitos internos e impossibilitar o desenvolvimento desejado para a nação.

Assim, o pós-independência foi caracterizado pelos esforços despendidos para se construir e consolidar uma identidade nacional e uma nova sociedade moçambicana. No entanto, foi marcado também por inúmeras tensões, fruto deste complexo contexto. O projeto político desenvolvido era essencialmente uniformizador, visto que não considerava o passado, a realidade e as características dos diversos grupos étnicos e sociais que ocupavam o território moçambicano.<sup>277</sup> Além de, muitas das vezes, usar da força para instituir as suas políticas.

Tudo isto contribuiu para a erosão do projeto político levado à cabo pela FRELIMO e levou ao início de um processo de abertura política e econômica em meados da década de 1980, com uma série de reformas na administração do país. Ao longo da primeira metade da década de 1980, o governo iniciou conversações, em especial com os países do Ocidente, de modo a adquirir ajuda alimentar e a negociação da dívida externa. No entanto, esse apoio ocidental demandava uma série de transformações da política em Moçambique, dentre elas “a mudança da política econômica planificada para a economia de mercado, a convivência

---

<sup>275</sup> EGERO, Bertil. *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*. p. 20.

<sup>276</sup> CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique, em particular. p. 51.

<sup>277</sup> ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 121-158.

pacífica com a África do Sul, a abertura política ao Ocidente e o abandono de posições políticas consonantes com o bloco do Leste”.<sup>278</sup>

Seguindo este rumo, em 1984, o país assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul através do qual ambos os governos se comprometiam a deixar de apoiar os movimentos de oposição no país vizinho. Dessa forma, Moçambique deveria deixar de apoiar o ANC, enquanto a África do Sul deixaria de apoiar a RENAMO. Neste mesmo ano, Moçambique acabou por aderir ao FMI e Banco Mundial, além de iniciar negociações com vários países membros de organizações de cunho capitalista. Esse contexto culminaria com o lançamento do Programa de Reabilitação Econômica em janeiro de 1987, contribuindo de forma definitiva para a abertura política e econômica do país.<sup>279</sup>

### **3.2 – A Construção da Identidade Nacional no Pós-Independência: Dentre Convencimento e Coerção**

Os meios de comunicação, a educação e a produção cultural foram amplamente utilizados como instrumentos de convencimento da população e de construção da identidade nacional ao longo do século XX. Através desses meios as ideologias poderiam ser padronizadas, homogêneas, transformadas e utilizadas como propaganda deliberada por Estados ou interesses privados. A comunicação de massa poderia transformar os símbolos nacionais em parte da vida do indivíduo, alterando as divisões entre as esferas privada e local para as esferas pública e nacional.<sup>280</sup>

Em Moçambique, os investimentos em educação e meios de comunicação tiveram um papel importante na mobilização dos sentimentos e fidelidades coletivos nacionais. Buscou-se criar mitos de origem e de fundação, bem como desenvolver ritos e símbolos nacionais. Ademais, tais investimentos foram considerados elementos fundamentais para a consolidação da unidade nacional e a construção da “personalidade moçambicana”,<sup>281</sup> de um Homem Novo. No pós-independência, o governo colocou em prática um projeto nacional que usou e abusou dos meios de comunicação, veículos dos objetos de nossa análise nesta pesquisa,

<sup>278</sup> MACUENE, José Jaime. Reformas Econômicas em Moçambique: Atores, Estratégias e Coordenação. In: FRY, Peter (Org.). *Moçambique: Ensaio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 252.

<sup>279</sup> MACUENE, José Jaime. Reformas Econômicas em Moçambique: Atores, Estratégias e Coordenação. p. 253.

<sup>280</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Traduzido por Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 170.

<sup>281</sup> MACHEL, Samora. Discurso da Proclamação da Independência. s/p.



carregando-os de elementos ideológico-culturais que tinham como objetivos o fortalecimento e o desenvolvimento dos laços coletivos e da cultura nacional.

Logo após a independência, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) definia como prioridades vários setores voltados para a circulação de informação no país, dentre eles: o rádio, os jornais de parede, a organização da informação nas aldeias comunais, os boletins informativos, livrarias e bibliotecas do Partido, imprensa, cinema, livro e disco, etc.<sup>282</sup> Assim, é evidente a importância da veiculação de uma propaganda política e identitária através dos meios de comunicação sob a direção do DIP. Percebe-se também a grande abrangência de atuação do DIP, que controlava os diversos meios de comunicação. Sejam eles diretamente associados ao Partido, como os Boletins informativos da FRELIMO ou relacionados à circulação de informações do dia-a-dia, como a imprensa, ou ainda produções artísticas como as produções cinematográficas. Tudo, de certa forma estava sob o alcance do DIP e permitia a ampla divulgação da narrativa nacional e seus símbolos, alterando as diversas esferas sociais vividas pelo indivíduo e seus sentimentos em relação ao nacional.

O filme *Mueda, Memória e Massacre* (1979/1980), realizado pelo cineasta Ruy Guerra, é um exemplo interessante a partir do qual podemos refletir sobre a necessidade de uma narrativa histórica que obedeça à construção da identidade nacional. Produzido pelo Instituto Nacional de Cinema (INC), o filme retrata a dramatização popular do Massacre de Mueda, realizada no Planalto desde 1974, na qual a própria população encena o episódio, além de trazer entrevistas com sobreviventes. Assim, o filme apareceria como uma reconstituição cinematográfica genuína da memória coletiva da população moçambicana sobre o massacre.

Entretanto, o filme teve seu primeiro corte de montagem censurado. Após isso, o filme foi parcialmente refilmado e reeditado, sem o acompanhamento de Ruy Guerra. De acordo com Raquel Schefer, as intervenções realizadas neste filme revelam o “desvio normativo do projeto político-cultural de Moçambique” e a necessidade de codificação deste evento dentro do “script de libertação” da luta anticolonial.<sup>283</sup> Assim, a versão final do filme atenderia à necessidade de inserir o Massacre de Mueda na história da luta nacional moçambicana.

---

<sup>282</sup> FRELIMO. *Discursos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda*. p. 23.

<sup>283</sup> SCHEFER, Raquel. *Mueda, Memória e Massacre*, de Ruy Guerra, o projeto cinematográfico moçambicano e as formas culturais do Planalto de Mueda. *Comunicação e Sociedade*, v. 28, p.30. 2015.  
BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes.

No pós-independência, deu-se continuidade a um projeto identitário de caráter maniqueísta, iniciado ao longo da luta armada, que procurava criar um Homem Novo, uma sociedade revolucionária nova, em contraposição ao velho passado colonial. Ainda, visava deixar para trás os “vícios” herdados do período colonial português. Eram rejeitadas as concepções do racismo e do capitalismo, consideradas perversões do colonialismo. Mas também os valores tradicionais - como o *lobolo*<sup>284</sup>, a poligamia, os ritos de iniciação e a diversidade étnica e regional. Estes elementos atrasavam o desenvolvimento do Estado Nação e deveriam ser descartados em prol do Homem Novo, utopia da identidade nacional.

Nesse sentido, a identidade nacional nasce como ficção, ela “não foi ‘naturalmente’ gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um ‘fato da vida’ auto-evidente”. Mas, aparece como “uma tarefa ainda não realizada, incompleta”. Vista como um “dever obrigatório” daqueles que estão sob a soberania do Estado, a identidade nacional precisou de “muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade”.<sup>285</sup>

A manutenção da identidade nacional exigia uma vigilância constante, um enorme esforço e o uso da força. Só assim as exigências da comunidade nacional se fariam ouvidas e obedecidas. Isto só teria se tornado possível graças à “superposição do território domiciliar com a soberania indivisível do Estado”, pelo poder de exclusão:

Sua *raison d'être* era traçar, impor e policiar a fronteira entre “nós” e “eles”. O pertencimento teria perdido o seu brilho e o seu poder de sedução, junto com a sua função integradora/disciplinadora, se não fosse constantemente seletivo nem alimentado e revigorado pela ameaça e prática de exclusão.<sup>286</sup>

Dessa forma, em busca da criação do Homem Novo e da nova sociedade também foram utilizados meios violentos, de coerção. O antropólogo Omar Ribeiro Thomaz, ao analisar as experiências de desterritorialização na região Sul de Moçambique, traz reflexões importantes sobre a existência de campos de trabalho e de reeducação no país nas décadas de 1970 e 1980.<sup>287</sup> Segundo o autor, nos anos seguintes à independência ocorreu uma associação entre a ideia do Homem Novo e territórios excepcionais, corporificada nos campos de trabalho e

<sup>284</sup> Espécie de dote que o noivo paga aos familiares da noiva, muito comum na região Sul de Moçambique.

<sup>285</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. p. 26.

<sup>286</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. p.28.

<sup>287</sup> THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista De Antropologia*, São Paulo, USP, v. 51, nº 1, p. 177-214, 2008.

reeducação. Estes espaços tinham um caráter punitivo, para onde seriam enviados aqueles vistos como perigos para o Estado e ao novo projeto socialista. Acreditava-se que o Homem Novo poderia ser forjado através da experiência nesses campos.

Assim, ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram realizadas operações que buscavam enquadrar socialmente aqueles que ainda mantinham os “vícios do colonialismo”. Para os campos de reeducação eram enviados todos aqueles que de alguma forma estavam relacionados com a velha ordem colonial e/ou tradicional, como régulos (autoridades tradicionais), “feiticeiros”, prostitutas, indivíduos “comprometidos”.<sup>288</sup> Para os campos de trabalho eram enviados os considerados vadios, inimigos e sabotadores para trabalharem nos grandes campos de cultivo (machambas), onde esses indivíduos deveriam passar por um processo de ressocialização, além de participarem de cursos de marxismo-leninismo.

Segundo Thomaz, caracterizados por uma pretensa excepcionalidade, esses espaços tinham um “caráter eminentemente extrajudiciário”, na medida em que “a possibilidade de confinamento num campo de reeducação estava associado diretamente ao passado do indivíduo ou à lógica inquisitorial da “acusação””.<sup>289</sup> A experiência nos campos permite pensar sobre as reflexões trazidas por Giorgio Agamben sobre os espaços de exceção.<sup>290</sup> Os campos podem ser vistos como a materialização territorial de um Estado de exceção, onde a autoridade estatal se sobrepõe aos direitos individuais. Nesses campos, largados à própria sorte, muitos se viam destituídos de seus direitos, de seus laços sociais, tinham sua identidade e existência negadas.

Dessa forma, cabe refletir aqui sobre o caráter impositivo da identidade nacional e, conseqüentemente, como ela pode ser utilizada como um fator de estratificação social. A negação de outras identidades, senão a nacional, refletiu em sentimentos de opressão e ressentimentos dentre a população. Já os indivíduos que negaram ou questionaram a imposição do modelo de identidade nacional defendido pelo grupo no poder, tiveram suas vidas marcadas para sempre, vistos como inimigos ou suspeitos diante do restante da

---

<sup>288</sup> Como comprometidos entendia-se todos aqueles considerados suspeitos, pois, mesmo apoiando a revolução, tinham alguma passagem comprometedor no seu passado. É interessante ressaltar o caráter moral do modelo do Homem Novo, revelado pela perseguição à prostituição. Ver: THOMAZ, 2008, p. 179-180.

Outra forma de enquadramento social foi a fixação de listas com nomes e fotos dos considerados comprometidos em locais de trabalhos e residências, em 1978, que pediam a vigilância popular. Ver: MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. p. 9-52.

<sup>289</sup> THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. p. 189.

<sup>290</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 13-47.

sociedade. Para esses indivíduos estigmatizados cabiam os campos, o exílio, o desemprego, o esquecimento social.

Na teoria, a criação de um Estado centralizador dissiparia as diferenças étnicas em torno de um Estado forte, voluntarista. No entanto, na prática, esse centralismo estatal não se revelou equitativo, pois acabou por discriminar os grupos mais distantes do poder e que de certa forma divergiam do projeto político instituído. Segundo Nascimento, “tal qual a acusação feita ao colonialismo, alguns decisores políticos, construindo a sua teia de poder, privilegiaram uns grupos em detrimento de outros, cultivando fidelidades e ligações étnicas que publicamente vituperavam como retrógradas”.<sup>291</sup> Ademais, o Estado nacional em Moçambique encontrou dificuldades em consolidar o Estado-nação, uma vez que tensões e divergências ideológicas existentes ao longo da luta anticolonial continuaram após a independência.

No contexto pós-independência, a divisão do continente africano em Estados prevaleceu sobre os projetos que buscavam uma unidade. Isso foi resultado das operações de desenvolvimento colocadas em prática e do exercício e das lutas pelo poder. Conseqüentemente, a África independente foi marcada por regimes políticos autoritários e por movimentos centrífugos que, de acordo com Elikia M'Bokolo, eram incorporados nos “partidos-Estados-nações”. Estes movimentos centrífugos,

mais do que “tribalismo”, tratava-se de regionalismo, em que se congregavam categorias sociais e agrupamentos territoriais com as mais diversas aspirações e cálculos, a fim de rejeitar o peso excessivo do poder do Estado central, ou até para pôr em causa a própria existência desse Estado.<sup>292</sup>

Nesse sentido, podemos questionar até que ponto a diversidade étnica foi, ou ainda é, um empecilho para a consolidação do Estado nacional. Há estudos que apontam que Moçambique é um Estado sem nação, na medida em que a diversidade etnolinguística dificultou a criação de uma identidade cultural entre os moçambicanos. Para estes autores, as hostilidades entre as múltiplas etnicidades marcaram o surgimento do Estado moçambicano e foram as responsáveis pelos constantes conflitos no contexto após a independência nacional,

---

<sup>291</sup> NASCIMENTO, Augusto. Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África. p. 30.

<sup>292</sup>M'BOKOLO, Elikia. *África negra: História e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p.649-650.

dentre eles a guerra civil.<sup>293</sup> Por outro lado, outros estudos não consideram que a diversidade etnolinguística seja um fator significativo de desintegração nacional, visto que “os grupos socioculturais, sejam eles étnicos, religiosos ou outros, não constituem necessariamente identidades absolutas e irredutíveis”.<sup>294</sup> Assim, o que dificultou o desenvolvimento da nação teria sido a imposição de políticas identitárias uniformizadoras, associadas à debilidade econômica e aos conflitos armados internos e externos.

Nesse sentido, Aurélio Rocha aponta que a condenação generalizada dos vínculos étnicos e regionais acabou por ferir conteúdos culturais que era importante preservar. Na tentativa de criar sentimentos de pertença “destribalizados”, a unidade nacional passou a ser mais importante que a diversidade étnico-cultural dos diversos povos que ocupavam o território moçambicano. O resultado disso foi um apagamento e enfraquecimento de vários elementos culturais, como o *lobolo* e as religiões tradicionais, que não deveriam integrar o modelo ideal de sociedade e cidadão moçambicano.

Ainda, após a independência, a continuidade de um projeto identitário, por vezes bastante inflexível, foi justificada pelo contexto vivido pelo país nas décadas de 1970 e 1980. A luta contra o neocolonialismo e o imperialismo justificava o controle do Estado sobre o indivíduo, suas práticas cotidianas, desejos e comportamentos. A imposição de um modo de vida era vista como forma de garantir a construção do Estado nacional, o avanço da sociedade moçambicana e o controle das ameaças existentes sobre ela. Assim, em vários momentos, negou-se a ideia de uma liberdade pessoal em detrimento de um cidadão nacional, submisso à vontade coletiva do povo. Tal projeto foi falho em vários aspectos devido ao seu caráter uniformizador, além do uso de formas coercitivas e excludentes. Estes aspectos, na verdade, teriam servido para criar e alimentar fraturas dentre a sociedade nacional.

---

<sup>293</sup>MAGODE, José (Ed.). *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e o Estado - Transição Inacabada*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert, 1996, 161 p.

<sup>294</sup>ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. p. 130.

### 3.3 – “A Luta Continua!”: As Narrativas Nacionais sobre Mueda e a Oposição entre o Passado Colonial e o Futuro Nacional

O contexto pós-independência surgiu como o momento de “eliminar todas as seqüelas do colonialismo” deixadas em Moçambique.<sup>295</sup> Devemos lembrar que o nacionalismo moçambicano nasceu das estruturas do colonialismo português.<sup>296</sup> E que o nacionalismo e o anticolonialismo moçambicanos são dois elementos bastante próximos e complementares. Foi em oposição às formas de opressão e exploração do sistema colonial português que todo o movimento anticolonial se desenvolveu, materialmente, mas também discursivamente. Deste modo, a luta anticolonial tornou-se o elemento fundador da identidade nacional moçambicana.

Seguindo esta lógica, o colonialismo português e a luta desenvolvida contra ele continuaram a ser elementos bastante relevantes nas narrativas nacionais desenvolvidas no pós-independência. As referências e críticas ao passado colonial mantiveram-se muito presentes nestas narrativas. Nos discursos realizados por Samora Machel, o atraso econômico, social e cultural deixado pelo colonialismo português é relembado com frequência.<sup>297</sup> O colonialismo era o responsável pelo subdesenvolvimento que o país vivia, pois, não havia deixado fábricas, escolas, boa infraestrutura ou uma agricultura desenvolvida. Atos considerados desvios sociais, como a prostituição, também eram apontadas como fruto do colonialismo. Nesta lógica, o colonialismo relacionava-se ao mal, ao reacionário, ao velho, ao passo que a FRELIMO traria uma nova sociedade, revolucionária, rumo ao desenvolvimento.

Ademais, a luta anticolonial levada a cabo pela FRELIMO é bastante relacionada à identidade nacional moçambicana. O Homem Novo por excelência deveria ter participado da guerra contra o colonialismo e estar pronto para, se necessário, pegar em armas novamente pelo seu país. Assim, a vivência compartilhada pelos diversos povos que ocupavam o território moçambicano sob o domínio colonial português e a luta armada engendrada contra ele foram utilizadas como o mais importante fator agregador para a construção nacional.

Neste contexto, a luta armada esteve inserida em uma narrativa histórica nacional, codificada pela FRELIMO e amplamente divulgada nos meios de comunicação.<sup>298</sup> Essa

<sup>295</sup> Em Cerimónia Solene - Medalha De Paz “Joliot Curie” Entregue ao Presidente Samora Machel, *Notícias*, p. 3, 17 jun. 1976.

<sup>296</sup> MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. p. 72.

<sup>297</sup> MACHEL, Samora. *A luta contra o subdesenvolvimento*. Coleção Textos e documentos, Partido FRELIMO. 1983;

MACHEL, Samora. *A nossa força está na unidade*. 99 p.

<sup>298</sup> BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. p. 10-19.

narrativa nacionalista apontava a FRELIMO como guia do povo moçambicano a caminho da independência e sua líder durante o período de construção nacional. Dessa forma, as memórias sobre o colonialismo e a luta armada eram fortemente entrelaçadas com o presente, justificando e legitimando o partido único da FRELIMO. Essa narrativa foi importante na concretização do projeto nacional e na legitimação do poder pela FRELIMO e permitiu o surgimento de uma identidade nacional entre os moçambicanos, apesar das tensões e confrontos entre as diversas memórias da luta de libertação.

O Massacre de Mueda continuou a ser inserido na narrativa nacional desenvolvida a respeito da luta anticolonial e apontado como o primeiro momento em que a população se uniu contra o colonialismo em busca da independência, passando a enxergar a luta armada como a única via para a libertação da opressão colonial. O uso do Massacre de Mueda como elemento de coesão nacional reproduz um discurso oficial nacionalista que já era feito desde o início da luta anticolonial. Ademais, o referido Massacre continua a aparecer como justificativa da opção pela luta armada, visto “que o único meio de que o povo moçambicano dispunha para se libertar do jugo criminoso do fascismo e do colonialismo era a luta armada, era opor contra a violência reaccionária e fascista a violência revolucionária”.<sup>299</sup>

Durante este período, eram discutidos nos meios de comunicação a história da luta anticolonial e os valores da direção do movimento de libertação. Leite Vasconcelos aponta que a imprensa teria transferido “o sentido épico com que se difundia a história da luta armada para a narração do presente e a visão do futuro”.<sup>300</sup> Neste sentido, “duas referências omnipresentes” teriam dominado o modo de observar e narrar os fatos nos meios de comunicação moçambicanos. A primeira delas era o “processo de conquista da independência” que rapidamente foi “transformado em mitologia”. A segunda, era “a antevisão dos caminhos do futuro” que também foi “cedo assumida como marcha irreversível e pré-determinada pelas forças da História”.

A partir da análise das fontes utilizadas nesta pesquisa, pudemos observar três elementos presentes nas narrativas nacionais produzidas no pós-independência, que se aproximam destas discussões apresentadas por Leite Vanconcelos: 1) o passado de opressão colonial e a luta desenvolvida contra ele; 2) o momento presente, no qual o Moçambique encontra-se independente, marcado pelas expectativas e dificuldades existentes diante da

---

<sup>299</sup> O massacre de Mueda foi há quinze anos. *Notícias*, Maputo, p.1, 17 jun. 1975.

<sup>300</sup> VASCONCELOS, Leite. Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência. In: RIBEIRO, Fátima; SOPA, Antônio. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e Relatos*. p. 139.

construção da sociedade e 3) a promessa de um futuro melhor, onde todo o povo moçambicano viveria em uma nação desenvolvida, fruto das ações acertadas no presente.

Estes três elementos estão diretamente associados um ao outro e refletem como estas narrativas nacionais são firmadas em diferentes tempos históricos. Apesar de influenciadas pelo contexto do presente, no qual são constituídas, estas narrativas têm como fio condutor a experiência do passado colonial e a luta anticolonial desenvolvida contra ele. Ademais, estas narrativas carregam o germe do futuro, do qual espera-se sempre o melhor.

Essa associação entre passado-presente-futuro que permeia a narrativa nacional, desembocou num dos maiores lemas da FRELIMO, o de que “a luta continua”. Usado desde a luta anticolonial, foi um elemento muito presente nos comícios da FRELIMO, nos textos impressos e mesmo nas mídias visuais, como os cartazes. Com grande potencial mobilizador, o lema buscava expressar a situação do país que, após mais de dez anos de luta armada, deveria lutar para construir uma nova sociedade, a nação moçambicana. Assim, a ideia de que a luta não havia acabado com o fim do colonialismo era bastante forte, havia muito ainda a ser feito para que o país fosse efetivamente independente e se desenvolvesse.

Ademais, este lema ecoa também a continuidade da guerra no pós-independência, nos conflitos internos e externos iniciados logo após a independência. Assim, as narrativas nacionais indicam que o povo moçambicano deveria estar sempre em estado de alerta e preparado para lutar diante do avanço do imperialismo e do neocolonialismo, dos inimigos manifestos na RENAMO e nos regimes racistas da África Austral. Borges Coelho argumenta que as ex-colônias portuguesas herdaram do colonialismo um potencial de violência que culminou nos conflitos pós-coloniais.<sup>301</sup> O autor indica que a luta anticolonial em Moçambique propiciou grandes grupos sociais militarizados que haviam vivido uma cultura de violência por cerca de dez anos. E que o contexto do pós-independência – marcado pelos conflitos externos da África Austral e pelos conflitos internos decorrentes de um Estado autoritário e pouco eficaz – teria favorecido a continuidade da violência.

Da mesma forma, as narrativas que versam sobre o Massacre de Mueda também integraram o aspecto de continuidade da luta em Moçambique. O episódio é visto como uma das etapas da luta a ser desenvolvida pelo povo moçambicano no caminho de uma sociedade

---

<sup>301</sup> BORGES COELHO. João Paulo. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta - Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. *Lusotopie*, 2003, p. 175-193.



livre e próspera. Nesse sentido, em uma reportagem publicada no jornal *Notícias*, em 16 de junho de 1976, aniversário do Massacre de Mueda, o povo é exortado a continuar lutando:

Mas temos de continuar a buscar no seu sacrifício, a inspiração para continuarmos o combate. Porque a luta não terminou, a luta continua. / Os objectivos por que morreram os patriotas de Mueda foram ainda só parcialmente realizados. Eles morreram por um país sem fome, sem nudez, sem miséria, sem doença. Com a conquista da nossa independência demos um passo decisivo para alcançarmos estes objectivos. Mas ainda temos de percorrer um longo e duro caminho para lá chegarmos.<sup>302</sup>

A narrativa traz a ideia de que o Massacre de Mueda e a luta anticolonial foram o início de “um longo e duro caminho”, a ser enfrentado pela população moçambicana rumo ao desenvolvimento. Era um contexto no qual se buscava colocar em prática as expectativas existentes em torno do futuro do país e, para isso, buscava-se construir novas práticas sociais que refletissem “a ascensão da almejada soberania” pela população.<sup>303</sup> O Massacre de Mueda também foi apontado como um prelúdio do processo revolucionário socialista, desenvolvido no seio da FRELIMO desde a luta anticolonial, mas que no contexto pós-independente adotou formalmente o modelo marxista-leninista e promoveu várias transformações no país:

Mueda é, pois, um símbolo de opressão, mas ainda de resistência. O massacre provou que a Revolução era inevitável e inadiável, tornando-se apenas necessário intensificar os esforços de organização da própria luta. / Os nossos heróis não morreram em vão. Quatorze anos mais tarde, foi proclamada a independência nacional, depois de dez anos de luta armada de libertação nacional, sob a direção da FRELIMO, guia do Povo Moçambicano. / Hoje, 18 anos depois, temos de continuar a inspirar-nos no exemplo dos mártires, para prosseguirmos o combate que eles iniciaram. Para acabar com a fome, a nudez, a doença e a [mi?]séria, estamos engajados na batalha pela criação das bases materiais e ideológicas rumo ao Socialismo.<sup>304</sup>

<sup>302</sup> 16º Aniversário do Massacre de Mueda, *Notícias*, p. 2, 16 jun. 1976.

<sup>303</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. p. 154.

<sup>304</sup> Recordando o Massacre de Mueda. *Notícias*, s/p., 16 jun. 1978.

Na medida em que o contexto pós-independência foi marcado pela busca da sociedade socialista, as narrativas nacionais também desenvolveram a ideia de revolução popular. Nesse sentido, havia a necessidade de destruir as antigas estruturas político administrativas coloniais e criar as “bases materiais e ideológicas rumo ao Socialismo”.<sup>305</sup> Como é transparecido em um discurso do presidente Samora Machel, as transformações desenvolvidas pela FRELIMO deveriam ser acompanhadas da destruição das estruturas coloniais:

Estas transformações ficariam irremediavelmente comprometidas se não fossem acompanhadas por uma profunda revolucionarização do aparelho político-administrativo deixado pelo colonialismo. Como é evidente, tal aparelho foi montado e estruturado com o objectivo de governar a exploração colonial e assegurar a opressão do nosso povo. / Torna-se pois indispensável destruir o aparelho político-administrativo colonial-capitalista e erigir em seu lugar novas estruturas que reflectam da base ao topo o poder popular democrático.<sup>306</sup>

Nesse sentido, a criação de uma nova moeda também esteve bastante associada às expectativas de construção de uma nova sociedade. Na noite de 15 de junho de 1980, através de um discurso difundido na Rádio de Moçambique por todo o país, o presidente Samora Machel anunciou a criação da moeda nacional, o Metical. O discurso deixava bastante claro a importância da criação da nova moeda e as relações entre o passado colonial e a construção do futuro da nação moçambicana:

O nosso presente, que constrói o futuro, enraíza-se no nosso passado, um passado que nós honramos a luta dos camponeses contra os Estados opressores feudais e escravagistas, a luta do povo contra os tiranos que dominaram a terra e, pela sua divisão, facilitaram a conquista colonial. Honramos o nosso passado porque nele aprendemos o espírito de sacrifício e determinação que conduziram o povo, os grandes reis, comandantes e patriotas, na luta contra os conquistadores estrangeiros.<sup>307</sup>

O Metical foi criado para substituir a antiga moeda, o Escudo. E além de sua importância econômica, representava também um importante avanço da cultura nacional.

---

<sup>305</sup> Recordando o Massacre de Mueda. *Notícias*, s/p., 16 jun. 1978.

<sup>306</sup> Em Cerimónia solene - Medalha de Paz “Joliot Curie” entregue ao Presidente Samora Machel, *Notícias*, p.7, 17 jun. 1976.

<sup>307</sup> Discurso de Samora Machel, transcrito em: Criada moeda nacional – Metical é o nosso dinheiro. *Notícias*, Maputo, p.1, 16 de jun.1980.

Como é indicado por Samora Machel, a criação da nova moeda teria importante “sentido patriótico”, na medida em que eliminaria as notas coloniais, ainda usadas no país, e liquidaria “a propaganda feita pelas notas coloniais aos chamados heróis da conquista e opressão da nossa pátria”. Ao retomar o nome de uma unidade de troca usada no território de Moçambique antes da ocupação colonial, o Metical servia de “afirmação da dignidade histórica multissecular do povo moçambicano”.<sup>308</sup>

Por outro lado, as notas e moedas renderiam homenagem à “classe operária e ao campesinato, aos combatentes das FPLM, ao Povo Moçambicano heroico”. Era uma celebração em nome da luta anticolonial, da luta pelo desenvolvimento e da FRELIMO, responsável por dirigir o povo moçambicano neste caminho. Samora Machel explicou que uma nova moeda não foi criada logo após a independência porque foi necessário alcançar um certo nível de desenvolvimento e organização das relações econômicas e do sistema bancário nacional. Assim, esperava-se alcançar certa estabilidade econômica, dentro do modelo de planificação, que vinha sendo instituído:

hoje podemos dizer que estamos em condições para fazer da nossa moeda nacional a expressão do equilíbrio entre o que é produzido ou importado e o que é posto à disposição para o consumo das empresas e da população. É assim que tem que ser numa economia socialista, numa economia planificada.<sup>309</sup>

A data para a criação da nova moeda moçambicana foi escolhida de forma totalmente planejada pelo regime: o dia da comemoração do vigésimo aniversário do Massacre de Mueda. Esta data marcaria “uma viragem decisiva da luta patriótica” em Moçambique,<sup>310</sup> neste sentido,

Foi para preservar este espírito de determinação que a nossa moeda nacional – o Metical - foi criada no dia 16 de Junho. A data não foi decidida ao acaso. Ao fazer coincidir a criação da nossa moeda com a data do aniversário do Massacre de Mueda, o nosso Partido e Governo quiseram dar valor à

---

<sup>308</sup> Criada moeda nacional – Metical é o nosso dinheiro, *Notícias*, Maputo, p.1;6, 16 jun. 1980.

<sup>309</sup> Criada moeda nacional – Metical é o nosso dinheiro. *Notícias*, Maputo, p.6, 16 jun. 1980.

<sup>310</sup> Criada moeda nacional – Metical é o nosso dinheiro. *Notícias*, Maputo, p.1;6, 16 jun.1980.

determinação do homem moçambicano - o nosso grande capital - que o Metical simboliza.<sup>311</sup>

Assim, as narrativas que relacionam o Massacre de Mueda à criação do Metical ressaltam que os dois acontecimentos simbolizam a luta do povo moçambicano contra o colonialismo e seus vestígios. Dessa forma, mais que uma homenagem ao Massacre e sua importância, a escolha da data refletia a busca pela “emancipação econômica” do país.<sup>312</sup> Junto a isso, o país, independente a cinco anos, não havia encontrado o caminho para o desenvolvimento econômico. E a criação de uma nova moeda trazia esperanças de melhorias:

O Metical que criamos agora, vive no presente e, destina-se a servir de instrumento para criarmos o futuro. / As notas e moedas metálicas exprimem a nossa experiência presente na luta, luta de libertação nacional, luta pelo progresso econômico, científico e cultural, luta para desenvolver as nossas conquistas e a nossa Pátria socialista.<sup>313</sup>

Nesse sentido, o Metical seria a “quebra de mais um vínculo que nos ligava ao período colonial”. As narrativas apontam que desde a independência, a moeda colonial funcionou como “um instrumento de desestabilização da nossa economia”.<sup>314</sup> Assim, na medida em que Mueda teria possibilitado o rompimento do “povo” com o colonialismo e a partida para uma luta unificada, a moeda nacional também ajudaria a romper com o passado colonial. Portanto, a relação traçada entre a criação do Metical e o Massacre, está intimamente ligada à questão nacional em Moçambique que, por sua vez, está relacionada à negação do colonialismo.

A criação de uma nova moeda correspondia às medidas socioeconômicas desenvolvidas ao longo dos primeiros anos de independência, dentre elas as nacionalizações, a planificação da economia e os planos de desenvolvimento, cujo objetivo era organizar a produção. Nesse sentido, a criação do Metical estaria inserida “na luta histórica que o nosso povo levou a cabo contra o subdesenvolvimento”<sup>315</sup>. E a nova moeda aparece como um instrumento importante para a organização da economia e o desenvolvimento do país.

---

<sup>311</sup> 16 de junho – Sangue foi preço da nossa liberdade. *Notícias*, Maputo, p.1, 16 jun. 1986.

<sup>312</sup> 16 de junho – Sangue foi preço da nossa liberdade. *Notícias*, Maputo, p.1, 16 jun. 1986.

<sup>313</sup> Criada moeda nacional – Metical é o nosso dinheiro. *Notícias*, Maputo, p.1, 16 jun. 1980.

<sup>314</sup> Metical criado há quatro anos. *Notícias*, Maputo, s/p., 18 jun. 1984.

<sup>315</sup> 16 de Junho na memória do povo. *Notícias da Beira*, Beira, p. 1, 16 jun. 1981.

Desta forma, o Metical tornou-se “símbolo de afirmação da personalidade do Povo e da soberania moçambicanas”.<sup>316</sup> E a criação da nova moeda tornou-se tão simbólica que seu aniversário passou a ser comemorado. Como parte das cerimônias de comemoração do primeiro aniversário do Metical, em 15 de junho de 1981, foi criado o Museu Nacional da Moeda, em Maputo, espaço que estaria “intimamente ligado à força criadora do Metical”.<sup>317</sup>

Neste mesmo dia, de forma bastante simbólica, foi realizada uma cerimônia fúnebre bastante interessante, com o intuito de enterrar o Escudo colonial.<sup>318</sup> Estiveram presentes nos fornos da Companhia Industrial de Fundição e Laminagem – CIFEL, para o enterro do Escudo colonial, o Ministro da Defesa Nacional Alberto Chipande, o Ministro-Governador do Banco de Moçambique Sérgio Vieira, além de outros membros da FRELIMO e operários da Companhia. Após a realização de um cortejo fúnebre da Casa Forte do Banco de Moçambique até à CIFEL, teria sido queimado um caixão com cerca de 36 mil contos.

Sérgio Vieira, em seu discurso durante o evento, explicitou bem o sentido destas comemorações. Estas serviriam como um processo de purificação da nova sociedade, a partir do qual destruíam-se os vestígios do colonialismo. A cerimônia serviria para “queimar não só a velha sociedade, mas um dos símbolos principais da velha sociedade: o Escudo”.<sup>319</sup> Ademais, exortava aos presentes a honrarem a nova moeda e trabalharem de forma patriótica para o cumprimento dos planos econômicos desenvolvidos pelo Estado, cujo objetivo era liquidar a miséria e o subdesenvolvimento.

Por sua vez, Alberto Chipande realizou um discurso no qual falava dos significados da data. Este, desde o início da luta anticolonial, havia tido um papel importante na construção das narrativas sobre o Massacre de Mueda. Natural de Mueda, Alberto Chipande vivenciou o episódio ainda jovem e, desde então, tornou-se um dos principais narradores do acontecido. Nesta ocasião, Chipande apontou em seu discurso que durante o 16 de junho,

invade-nos um sentimento de tristeza e, ao mesmo tempo, de alegria, de determinação e de confiança no futuro. Tristeza e meditação, quando recordamos as vítimas indefesas do Massacre de Mueda. É ao mesmo tempo um momento de alegria porque atirámos para o caixote de lixo da História

---

<sup>316</sup> Assinalado II aniversário da criação do Metical. *Notícias*, Maputo, s/p., 17 jun. 1982.

<sup>317</sup> História da moeda patente em museu. *Notícias*, Maputo, p. 1, 16 jun. 1981.

<sup>318</sup> Enterro do escudo colonial. *Notícias*, Maputo, p. 1, 16 jun. 1981.

<sup>319</sup> Enterro do escudo colonial. *Notícias*, Maputo, p. 1, 16 jun. 1981.

um dos redutos mais significativos da dominação colonial, da dominação econômica.<sup>320</sup>

Nesse sentido, o Metical foi inserido nas narrativas já existentes sobre o Massacre de Mueda, reforçando a importância simbólica do 16 de junho. A partir deste momento, comemorações anuais eram feitas para celebrar os dois eventos: lembrar o passado colonial de violência e de opressão, mas também refletir sobre as expectativas de melhoria do país. Assim, mantinha-se a lógica de uma luta contínua contra o colonialismo e seus vestígios, segundo a qual a população deveria manter-se mobilizada.

**Figura 3 - 2º aniversário da criação do Metical.**



Fonte: *Notícias*, Maputo, p. 6, 16 jun. 1982.

<sup>320</sup> Enterro do escudo colonial. *Notícias*, 16 de junho de 1981. p.1.

### 3.4 – 16 de Junho e a Solidariedade Internacional Moçambicana: A Luta Contra os Regimes Racistas da África Austral

Na década de 1960, em meio ao avanço dos movimentos nacionalistas na África Austral, os governos de minoria branca da Rodésia e da República da África do Sul buscavam conservar seu monopólio socioeconômico e impedir o avanço dos nacionalismos africanos nos territórios das antigas colônias inglesas.<sup>321</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, o governo sul-africano promoveu uma série de medidas que buscaram institucionalizar a segregação racial no país, num sistema que ficou conhecido como *apartheid*. Além disso, colocou na ilegalidade e promoveu a repressão dos partidos africanos atuantes no país, nomeadamente o *African National Congress* (ANC) e o *Pan African Congress* (PAC). A Rodésia, por sua vez, sob um governo de minoria branca, declarou de forma unilateral sua independência em 1965 e promoveu também a perseguição aos partidos africanos *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) e *Zimbabwe African National Union* (ZANU), que tiveram de entrar na clandestinidade.

Assim, enquanto a FRELIMO lutava pela libertação de Moçambique, os partidos africanos destes países também desenvolviam sua luta contra os governos minoritários, a partir de países próximos, como a Zâmbia e a Tanzânia. Enquanto isto, na Rodésia e na África do Sul, a população era cada vez mais afetada pelas políticas segregacionistas e pelo crescente número de prisões e assassinatos.

Desta forma, em 1975, quando a FRELIMO conquistou a independência de Moçambique, estes países ainda sofriam com a repressão dos governos de minoria branca. E era cada vez mais difícil o desenvolvimento, por parte dos partidos africanos, de atividades políticas clandestinas e ações de sabotagem e guerrilha no interior destes países. Diante de tal situação, Moçambique, rapidamente, tornou-se a retaguarda destes movimentos. Vale ressaltar que, desde o período da luta anticolonial moçambicana, a FRELIMO manteve um posicionamento firme de repesália aos regimes racistas existentes na África Austral e acompanhou de perto o avanço dos movimentos nacionais antirracistas nestes países.

---

<sup>321</sup> CHANAIWA, David. A África Austral. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). *História geral da África*, VIII: África desde 1935, Brasília: UNESCO, 2010, p. 298.

Por outro lado, Moçambique, ao longo do período colonial havia se desenvolvido a partir de uma “sólida relação de interdependência” com as demais colônias inglesas da África Austral.<sup>322</sup> Aproveitando de sua posição estratégica, a colônia portuguesa de Moçambique desenvolveu sua malha rodovias e ferroviária de modo a garantir às colônias inglesas vizinhas o acesso ao mar. Nesse sentido, boa parte da economia colonial girava em torno dos direitos aduaneiros e taxas pagas pela Rodésia do Sul para o acesso e uso do porto da Beira e pela África do Sul para o acesso ao porto de Lourenço Marques. Somado a isso, a economia colonial portuguesa também dependia das taxações referentes à grande mão de obra moçambicana que migrava para as colônias inglesas, principalmente para as minas e plantações da República da África do Sul.<sup>323</sup> Assim, no pós-independência, a FRELIMO ao assumir o poder em Moçambique herdou essa estrutura socioeconômica bastante dependente dos países vizinhos.

Apesar disto, o governo da FRELIMO optou por desenvolver uma política de solidariedade com os movimentos independentistas.<sup>324</sup> Assim, logo depois da proclamação da independência, o país passou a abrigar membros do ANC e da ZANU e apoiá-los na luta em seus países. Tal posicionamento mostrou-se bastante devastador para a economia nacional, visto que a economia moçambicana ainda dependia das relações com a Rodésia e a República da África do Sul. Tal situação, além de refletir o posicionamento político de solidariedade internacional da FRELIMO, também esteve relacionada ao surgimento da RENAMO, grupo de oposição ao poder que recebeu apoio de ambos os países segregacionistas e, em 1976, começou a desenvolver ações militares em Moçambique a partir da fronteira com a Rodésia.

Após o enfraquecimento do governo de minoria branca da Rodésia, que sofria com as ações de guerrilha desenvolvidas pelos movimentos nacionalistas, a independência do país foi alcançada em 1980, com a ascensão da ZANU ao poder. Entretanto, à esta altura, a RENAMO já estava criada e atuante e passou a receber maior apoio da República da África do Sul, o que ampliou os conflitos no território moçambicano.

A África do Sul até a década de 1960 era cercada por um “cordão sanitário”, composto por Angola, Moçambique, Rodésia e Namíbia, que a afastava dos demais países africanos

---

<sup>322</sup> CHANAIWA, David. A África Austral. p. 300.

<sup>323</sup> CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1998, 242 p.

<sup>324</sup> DAVA, Fernando; ANTONIO, Alexandre; LERMIA, Rosário; MUDENDER, Arrissis; WANE, Marílio; MAZUZE, Célia; LOPES, Sónia; AMINAGI, Dulámito, LOPES, Daniel. *Samora Moisés Machel - História de Uma Vida Dedicada ao Povo Moçambicano*. p. 157.



marcados por movimentos nacionalistas negros.<sup>325</sup> Entretanto, com a independência dos países colonizados por Portugal, o perigo do nacionalismo negro se aproximava. Com isso, a África do Sul desenvolveu uma política externa agressiva na região, através de invasões e da desestabilização política dos países vizinhos recém-independentes. O apoio à RENAMO, em Moçambique, fazia parte desta política externa adotada.

Um cartaz criado no início dos anos 1980, traduz bem o clima do país naqueles tempos. Nele, o imperialismo é apresentado como uma cobra, representação do mal, com três cabeças: o colonialismo português, o racismo rodesiano e o racismo sul-africano. Os cartaz indica o caminho já traçado na luta contra este grande inimigo, duas das três cabeças da cobra já haviam sido cortadas: o colonialismo português com a independência em 1975 e o racismo rodesiano com a independência do Zimbábue em 1980. Entretanto, ainda restava o racismo sul-africano, responsável por apoiar a atuação da RENAMO no interior de Moçambique, representado no cartaz como uma língua venenosa que salta da última cabeça da cobra. Assim, a mensagem é clara, apesar da independência ter sido conquistada, era necessário que a população continuasse a lutar para liquidar o inimigo, pois a guerra ainda não havia terminado.

Neste contexto, os cartazes foram muito usados como meio de divulgação de notícias e de mobilização popular. Estes eram expostos em murais, mas também divulgados em revistas e panfletos. Assim como durante a luta anticolonial, “a propaganda sob a forma de desenho, caricaturas, cartazes e fotografias, continuou a ter um papel importante na divulgação dos princípios e objetivos da FRELIMO”. Estes eram meios mais acessíveis a um grande número de pessoas, tendo em conta sua forma de exposição bastante democrática pelas ruas da cidade e o elevado índice de analfabetismo que continuava no pós-independência.<sup>326</sup> Vários aspectos eram trabalhados a partir deste meio de comunicação, dentre eles as datas comemorativas nacionais, o avanço da guerra na África Austral e também ações de internacionalismo da FRELIMO.

---

<sup>325</sup>BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 84.

<sup>326</sup>SALSTION, Berit. SOPA, Antonio. *Catálogo dos cartazes de Moçambique*. p. 10.

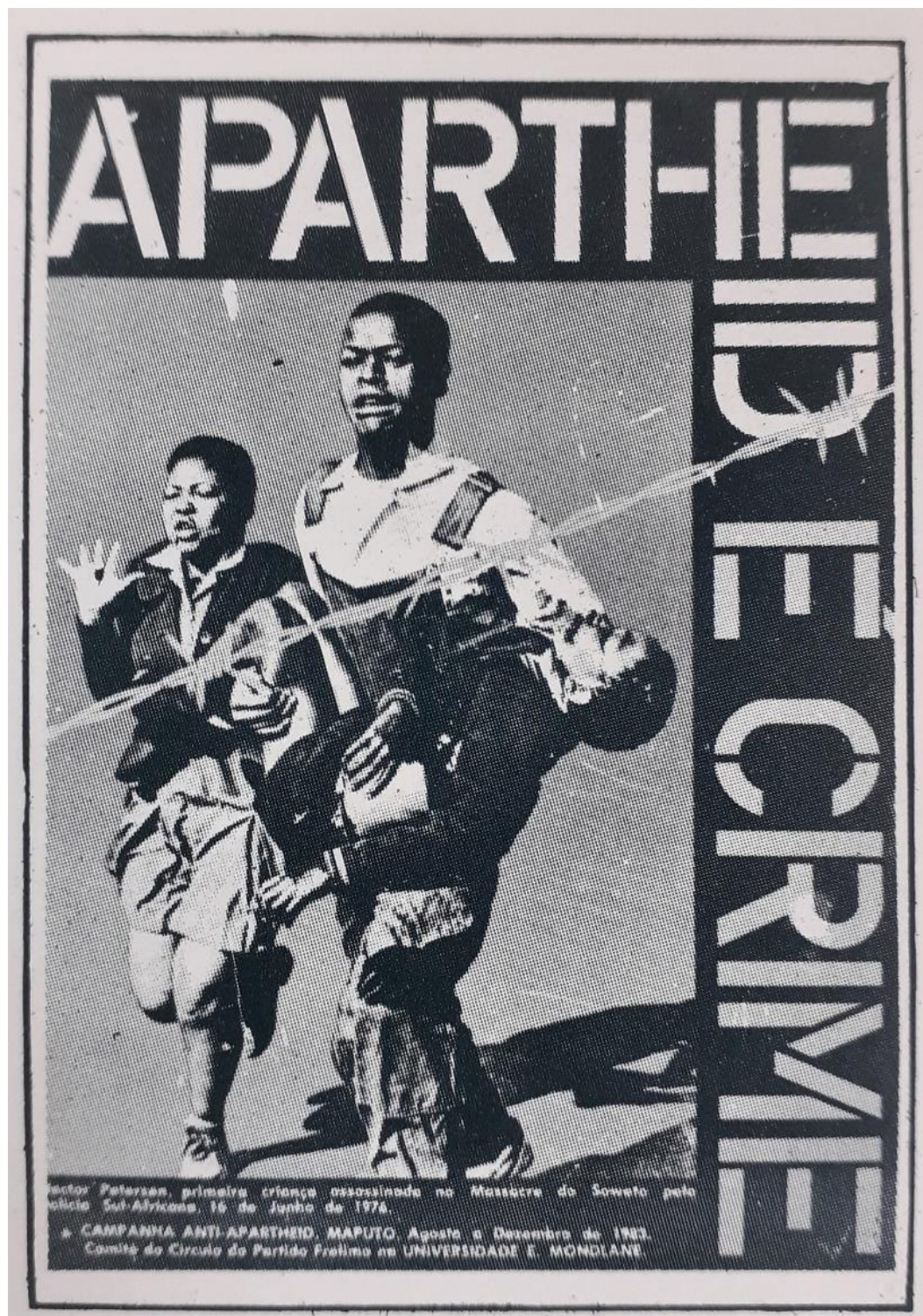
Figura 4 - O imperialismo na nossa / zona era uma cobra com / três cabeças / já cortamos as / duas primeiras / mas falta a última. 198?.



Cartaz da FRELIMO crítico ao imperialismo, de meados dos anos 1980. Fonte: SALSTION, Berit. SOPA, Antonio. *Catálogo dos cartazes de Moçambique*. p. 46.



**Figura 5: Apartheid é crime.**



Cartaz crítico ao apartheid, de 1983. Fonte: SALSTION, Berit. SOPA, Antonio. Catálogo dos cartazes de Moçambique. p. 56.

Desta forma, as narrativas nacionais estiveram bastante influenciadas pelo contexto da África Austral. Ao longo de todo o período analisado, a imprensa acompanhava de perto e de

forma bastante crítica o *apartheid* na África do Sul e, por isso, são constantes as publicações sobre as manifestações antirracistas e a repressão exercida pelo governo sul-africano contra a população: prisões, confrontos, manifestações estudantis, assassinatos, greves, publicações de mensagens do ANC, notas de apoio de outros países, etc. Dentre os assuntos citados, os levantes estudantis de Soweto, iniciados em 1976, tomam destaque pela grande repercussão que tiveram.

A África do Sul, que até então tinha conseguido manter estável um regime de segregação racial, começou a entrar em crise na década de 1970, momento de grande agitação social dentro do próprio país e de ampliação das críticas internacionais. Neste contexto, ocorreu em 16 de junho de 1976 um protesto dos estudantes negros contra a obrigatoriedade do ensino da língua oficial *africânder* nas escolas, que acabou sendo reprimido pela polícia, deixando dezenas de jovens mortos. A este protesto, seguiram-se outros pelos guetos sul-africanos, ficando conhecida essa série de protestos como Revolta ou Massacre de Soweto.<sup>327</sup> O acontecimento rapidamente repercutiu na imprensa moçambicana, ampliando as críticas ao *apartheid* sul-africano que já vinham sendo constantemente feitas.

Assim, foi criada uma narrativa que associava diretamente o Massacre de Mueda ao Massacre de Soweto. Já a partir de 1977, quando os acontecimentos em Soweto completavam um ano, os jornais passaram a publicar matérias “comemorando” as datas dos dois acontecimentos. Tais matérias atribuíam ao Massacre de Soweto um significado similar ao que era atribuído ao Massacre de Mueda. Ambos marcavam uma vitória para a libertação dos povos, sobre as formas de exploração humana:

para o povo sul-africano, o 16 de Junho de 1976 transformar-se-á no 16 de Junho de 1960, dia da resistência do povo moçambicano. Soweto e Mueda estão hoje, na África do Sul e em Moçambique, ligados a todos os outros pontos históricos dos povos de toda a Humanidade na sua luta contra a repressão, no seu combate justo para a criação de uma nova sociedade. Mueda e Soweto, o 16 de Junho de ambos os povos irmãos, são farol que ilumina de acrescentada esperança a luta de todos os homens que, em África e em outros continentes, combatem contra a exploração, contra o capitalismo,

---

<sup>327</sup> BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. p. 84.

contra o colonialismo, contra o neocolonialismo, contra o imperialismo, contra o racismo, contra sionismo. Mueda e Soweto estão hoje bem presentes em todos os pontos do mundo e a eles está vinculada a certeza de que a vitória contra o opressor é certa.<sup>328</sup>

Nesse sentido, o 16 de junho passou a ser comemorado como o Dia da Resistência, data que envolveria “um sentimento de tristeza, mas ao mesmo tempo de entusiasmo”.<sup>329</sup> Pois, ao mesmo tempo em que marcava a opressão do povo africano, também mostra a sua resistência, a luta para pôr fim aos regimes opressivos e pela criação de uma nova sociedade. Reportagens com teor parecido seriam publicadas ao longo dos anos seguintes, sempre relembrando a importância de ambos os eventos na luta dos povos “pelo mesmo objectivo – a paz, a democracia, a Independência Nacional e o progresso social”.<sup>330</sup>

Em 1977, uma sequência de publicações realizadas pelo jornal *Notícias da Beira* nos permite observar o envolvimento de parte da população com a situação na África do Sul e a política de solidariedade que vinha sendo desenvolvida pela FRELIMO. Estas publicações traziam uma série de depoimentos de indivíduos sobre o assunto, além de realizar aproximações entre os dois episódios repressivos.<sup>331</sup> Assim, na primeira de suas reportagens, o jornal já indicava a importância do 16 de junho para a história, visto que a data estaria ligada diretamente:

à libertação do Continente Africano do jogo colonialista e racista. Trata-se de página brilhante da História Africana, a qual permite que reforcemos a nossa consciência de classe dos explorados e dos oprimidos que permite inspirar-nos na luta contra o colonialismo, o racismo e o imperialismo.<sup>332</sup>

Estas publicações são bastante interessantes na medida em que trazem a visão de uma parcela da população sobre o tema. São trabalhadores de diversos setores e estudantes oriundos da Beira, que falam aos leitores sobre a importância do Massacre de Mueda para o início da luta anticolonial em Moçambique e sobre a repressão dos regimes racistas da

<sup>328</sup>No 16 de junho de 1977 - Recordação de Mueda e Soweto ilumina caminho da vitória. *Notícias da Beira*, Beira, p. 7, 16 jun. 1977.

<sup>329</sup> 16 de Junho: Responder à opressão com violência revolucionária. *Notícias*, Maputo, p. 1, 16 jun. 1977.

<sup>330</sup> 16 de Junho: Marco na História da Luta dos Povos da África Austral. *Notícias*, Maputo, p. 4, 15 jun. 1979.

<sup>331</sup> 16 de Junho: a madrugada da libertação dos Povos. *Notícias da Beira*, Beira, p.3;7, 14 jun. 1977.

16 de Junho: criar novas forças para o combate anti-imperialista. *Notícias da Beira*, Beira, s/p., 15 jun. 1977.

16 de Junho: uma data história para os povos amantes da liberdade. *Notícias da Beira*, Beira, p. 4;7, 16 jun. 1977.

<sup>332</sup> 16 de Junho: a madrugada da libertação dos Povos. *Notícias da Beira*, Beira, p.3, 14 jun. 1977.

Rodésia e da África do Sul. Ademais, dois elementos estão bastante presentes nestas narrativas: 1) a violência do colonialismo e do imperialismo e 2) a importância da unidade entre a população para o desenvolvimento da luta contra eles. Nesse sentido, os Massacres de Mueda e de Soweto aparecem como exemplos claros da violência do colonialismo e do imperialismo e refletem a importância da unidade para a liquidação destes sistemas.

Vale observar que a inserção do episódio do Massacre de Mueda em narrativas de indivíduos oriundos de outra região do país, que não o Norte, nos sugere o avanço das narrativas nacionalistas pelo território moçambicano e a recepção e assimilação destas narrativas por diferentes grupos sociais. No entanto, em fontes mais recentes, é raro observar pessoas de outras regiões do país fazendo referências ao Massacre de Mueda. A maior parte dos testemunhos e relatos de memória publicados nas últimas duas décadas que trazem esta referência ao episódio são de pessoas originárias de Cabo Delgado, especialmente de Mueda e dos distritos vizinhos.<sup>333</sup> Este fato sugere a importância da experiência vivida para a constituição da memória coletiva.

Ademais, os depoimentos desta série de publicações refletem como a questão da ameaça imperialista na África Austral era discutida de forma intensa, mesmo fora dos quadros da FRELIMO. Ao tratar deste contexto, Nadja Manguenzi relembra que nos anos que se seguiram à independência, o clima em Moçambique era de solidariedade com os países vizinhos, o “ódio a África do Sul e a Rodésia racistas era incontestável” e a “simpatia e apoio ao ANC e as ZANU-ZAPU eram totais.”<sup>334</sup>

Ademais, assim como o Massacre de Mueda era visto como o clímax do desenvolvimento da consciência nacionalista em Moçambique,<sup>335</sup> o Massacre de Soweto foi apontado como “o início da última fase do combate contra o ‘apartheid’” um reflexo da tomada de consciência por “todas as camadas da população”.<sup>336</sup> Este seria o “ponto de partida da última fase de derrocada do sistema do apartheid”.<sup>337</sup> Nesse sentido, o Massacre de Soweto refletia um novo contexto da luta anti-*apartheid*, onde ressurgiam com mais força os movimentos de contestação no interior do país sul-africano.

<sup>333</sup> MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*.

PACHINUAPA, Raimundo; MANGUEDYE, Marina. *A Vida do Casal Pachinuapa*.

<sup>334</sup> MANGHEZI, Nadja. *Amizade traída e recuperada – o ANC em Moçambique (1976-1990)*. Tradução de Machado da Graça. Maputo: Promédia. 2007. p.109.

<sup>335</sup> CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*.

<sup>336</sup> 16 de Junho: Marco na História da luta dos povos da África Austral. *Notícias*, Maputo, p. 4, 15 jun. 1979.

<sup>337</sup> Soweto: derrota do racismo. *Notícias*, Maputo, s/p., 16 jun. 1979.

Outro fator ainda a se considerar é a realização de eventos em Moçambique em homenagem aos Massacres de Mueda e de Soweto. Em algumas das publicações que noticiam esses eventos, Mueda é relacionado à Soweto, seja para simplesmente falar da data ou, ainda, porque seriam comemorados os dois episódios durante o evento. Assim, durante os meses de junho eram realizadas Jornadas de Solidariedade com a África do Sul, eventos normalmente organizados pela Organização da Juventude Moçambicana (OJM), em colaboração com a representação da Juventude do ANC.<sup>338</sup> Eram realizados desfiles, projeção de filmes sobre o Massacre de Soweto, apresentações musicais, de dança e teatrais, exposições fotográficas, comícios, além de cerimônias de deposição de coroas de flores para os mártires.

Em 1977, em uma destas comemorações, na cidade da Beira, centenas de jovens participaram da realização de um comício e desfile. Durante o comício, o secretário da Organização do Partido em Sofala, Manuel José António, tratou do significado histórico da data 16 de junho, ao fazer referências ao Massacre de Mueda e à Soweto, mas também sobre a importância de Moçambique demonstrar solidariedade e “apoio aos povos que lutam pela sua liberdade e independência”. Ainda, ressaltou a importância dos jovens “se engajarem nas diversas tarefas que visam a reconstrução nacional e edificação de uma nova sociedade no nosso país”.<sup>339</sup> Desta forma, estes eventos cívicos eram bastante importantes para a comemoração e a construção da nação. E a realização de atividades culturais nesses eventos pode ser vista como um instrumento estratégico usado na consolidação de uma memória e identidade nacional.

Cabe observar que havia uma grande proximidade entre os grupos da FRELIMO e do ANC. Diferentemente de outros países africanos que também deram apoio ao PAC, a FRELIMO considerava o ANC como o “guia legítimo do Povo sul-africano na luta contra o regime do ‘apartheid’”.<sup>340</sup> Tal consideração explica-se pelas longas relações desenvolvidas entre ambos os movimentos e seus membros desde a década de 1960. Assim como a FRELIMO, o ANC teve a Tanzânia como grande centro de apoio para o desenvolvimento da luta e, neste país, ambos tinham seus escritórios, alojamentos e campos de treinamento. Como é indicado por Manguenzi, os dois grupos se aproximaram bastante neste período:

---

<sup>338</sup> No 5º aniversário do massacre ANC prosseguirá luta armada contra sistema racista – Data assinalada em Maputo. *Notícias da Beira*, Beira, s/p., 17 jun. 1981.

<sup>339</sup> Beira: Juventude assinala o 16 de junho transformar o luto e a dor em vitórias consequentes. *Notícias da Beira*, Beira, p. 3;7, 17 jun. 1977.

<sup>340</sup> No Soweto povo comemora data histórica. *Notícias*, Maputo, s/p., 17 jun. 1982.

a Frelimo e o ANC, desenvolveram uma grande amizade nos campos da Tanzânia. O Lennox e o seu grupo já tinham encontrado combatentes da Frelimo no Egito e já existia amizade entre os dirigentes, Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, com Oliver Tambo e outros dirigentes do ANC. Mas foi em Kongwa que este relacionamento se desenvolveu. (...) A Frelimo e o ANC, cada um do seu lado da estrada, ajudavam-se mutuamente com frequência. (...) os desafios de futebol entre os dois campos ou outros acontecimentos desportivos eram bem-vindos. Mas ainda mais eram os acontecimentos culturais mensais que realizavam em conjunta, onde aprendiam as danças e canções uns dos outros.<sup>341</sup>

A independência de Moçambique foi vista com grandes expectativas pelo ANC, tendo participado uma grande comitiva deste Partido durante a cerimônia de proclamação da independência moçambicana. Esta mesma delegação já teria iniciado as conversações com a FRELIMO sobre o apoio e uso do país como retaguarda da luta anti-*apartheid*. Pouco tempo depois, foi reconhecida formalmente uma representação do ANC em Moçambique.<sup>342</sup>

Após a independência, muitos sul-africanos mudaram-se para Moçambique. Especialmente, após o massacre em Soweto, muitos jovens fugiam da repressão sul-africana para Moçambique e participavam ativamente da vida política da FRELIMO, dos comícios e assembleias, das atividades políticas e culturais. Por intermédio da representação do ANC, Moçambique oferecia apoio a estes jovens: foram-lhes destinados casas, empregos, acesso à escolas, alimentação, etc. Os escritórios do ANC eram os responsáveis por organizar a vida da comunidade sul-africana em Moçambique, lidavam com dinheiro, documentação, distribuíam produtos, transportes.<sup>343</sup> Ademais, apoiavam as atividades clandestinas do ANC, através do acolhimento de membros, transporte de dinheiro e armas.

A assinatura do Acordo de Nkomati (1984), através do qual os governos de Moçambique e África do Sul se comprometiam a deixar de apoiar os movimentos de oposição nos países vizinhos, foi visto com grande surpresa pela comunidade sul-africana em Moçambique. Quando Moçambique assinou este acordo, o ANC perdeu uma importante base de apoio, o que teve implicações negativas para o movimento, com o prejuízo para as linhas de comunicações, as ações em andamento, para as redes clandestinas e a prisão de vários

---

<sup>341</sup> MANGHEZI, Nadja. *Amizade traída e recuperada* – o ANC em Moçambique (1976-1990). p. 40.

<sup>342</sup> MANGHEZI, Nadja. *Amizade traída e recuperada* – o ANC em Moçambique (1976-1990). p. 94-95.

<sup>343</sup> MANGHEZI, Nadja. *Amizade traída e recuperada* – o ANC em Moçambique (1976-1990). p.159.



membros devido a forma desorganizada e rápida com que tiveram de deixar o país.<sup>344</sup> Pouco tempo depois, com a confirmação de que a África do Sul continuava a fornecer apoio à RENAMO, o ANC voltou a operar livremente no país.

\*\*\*\*\*

Devemos observar que o período analisado (1975-1986) foi marcado pela “reconversão das expectativas” existentes em torno do futuro do país, quando se buscava a construção de uma nação próspera.<sup>345</sup> Após a independência, continuou-se a busca pela moçambicanidade através da instauração de um governo unipartidário e de um projeto de modernização, muitas das vezes, autoritário. Em um contexto marcado por conflitos internos e externos, novas políticas e práticas sociais foram instituídas com o intuito de desenvolver uma nova sociedade, seguindo os moldes socialistas.

Nesse sentido, as narrativas que tratavam do Massacre de Mueda continuaram a fazer parte das narrativas históricas nacionais da FRELIMO, mantendo sua função explicativa e mobilizadora em prol da construção nacional. No entanto, neste novo contexto, estas narrativas sofreram variações que acabaram por converter o 16 de junho em uma data comemorativa. Elas receberam novos elementos em consonância com a situação vivida pelo país, num contexto marcado pela guerra civil, pelas dificuldades de desenvolvimento e por conflitos regionais resultantes da oposição aos regimes racistas da África Austral.

Assim, é importante observar que as narrativas nacionais variaram de acordo com o contexto e objetivos da FRELIMO em um determinado momento. E que a inserção de novos elementos contribuiu para a ampliação da compreensão simbólica existente sobre este episódio.

---

<sup>344</sup> MANGHEZI, Nadja. *Amizade traída e recuperada* – o ANC em Moçambique (1976-1990). p. 281.

<sup>345</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. p. 154.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou contribuir para se pensar a constituição das narrativas nacionais em Moçambique. Observamos que o Massacre de Mueda foi utilizado como um elemento importante nestas narrativas, assumindo o papel de uma espécie de mito fundador da nação, que variou de acordo com o contexto e os objetivos da FRELIMO. Assim, ao longo do período analisado, novos sentidos foram atribuídos ao Massacre de Mueda que contribuíram para reforçar as ideias de identidade e unidade nacional.

Acreditamos que estas narrativas construídas e veiculadas sobre o Massacre de Mueda permitiram a criação de um vínculo em comum entre os moçambicanos. Nesse sentido, a retórica em torno do Massacre de Mueda, associada à experiência de opressão colonial compartilhada entre a população, serviu como instrumento de coesão e fortalecimento de uma identidade nacional moçambicana.

Ao longo de todo o período analisado nesta pesquisa, a imprensa mostrou-se um elemento bastante importante, na medida em que (re)produzia as narrativas nacionais criadas pela FRELIMO. Junto de outros meios de comunicação, a imprensa atuou ativamente no processo de construção da identidade nacional, influenciando na constituição e circulação de uma consciência histórica, modos de vida, ideias e comportamentos. As narrativas sobre o Massacre de Mueda estiveram veiculadas nestes meios, constantemente reorganizadas e ressignificadas de acordo com as circunstâncias exigidas pelo momento.

O primeiro capítulo desta dissertação procurou discutir a constituição das narrativas nacionais em Moçambique. Começamos por analisar a repercussão das ideias nacionalistas no Planalto Maconde e, conseqüentemente, a ocorrência do Massacre de Mueda. Posteriormente, buscamos entender como este acontecimento tornou-se parte importante das narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO, num contexto de descolonização e construção nacional. Vimos que as narrativas constituídas pela FRELIMO tornaram-se elementos essenciais para o sucesso da luta anticolonial e a ascensão deste grupo ao poder em 1975, tendo a propaganda como um elemento tão importante quanto a própria luta armada. Por fim, avaliamos a relação entre estas narrativas e a busca por uma identidade nacional moçambicana, bastante influenciada pelo modelo do Homem Novo, figura essencial para o projeto de nação socialista que então se buscava colocar em prática. Discutimos também as

contradições sociais decorrentes deste modelo identitário que, em alguns aspectos, alcançou tons autoritários.

O segundo capítulo analisou narrativas nacionais sobre o Massacre de Mueda, construídas pela FRELIMO ao longo da luta anticolonial, entre 1962 e 1975, bem como a importância da imprensa neste contexto. Constituída a partir dos princípios de unidade e de luta, a imprensa foi responsável por veicular narrativas nacionais que buscavam informar e mobilizar a população em torno da luta anticolonial. Nesse sentido, nos preocupamos em discutir o caráter explicativo e mobilizador do Massacre de Mueda, num contexto de luta armada e construção nacional.

Assim, à luz das reflexões de Frantz Fanon, buscamos analisar o papel da contraviolência na libertação do povo moçambicano em oposição à natureza violenta do colonialismo português. Ademais, observamos como a inserção do Massacre de Mueda nas narrativas nacionais esteve associada a um projeto nacional territorial que defendia um Moçambique unido “do Rovuma ao Maputo”, além de ser fruto da territorialidade desenvolvida ao longo da luta anticolonial que teve na região Norte um ponto bastante estratégico para o avanço da luta armada.

O terceiro capítulo compreendeu a análise dos usos do Massacre de Mueda após a independência, no período que compreende entre 1975 e 1986. Nosso objetivo foi analisar as variações discursivas que as narrativas nacionais sofreram neste contexto. Observamos que o Massacre de Mueda continuou a fazer parte das narrativas históricas nacionais da FRELIMO, mantendo sua função explicativa e mobilizadora em prol da construção nacional. Entretanto, estas narrativas receberam novos elementos, em consonância com a situação de crise vivida pelo país no pós-independência. Ainda, no contexto analisado, o Massacre de Mueda teve seus significados redimensionados através de sua associação a outros dois eventos.

Primeiramente, o Massacre de Mueda aparece relacionado ao Massacre de Soweto, ocorrido na África do Sul em 1976. Coincidentemente, os dois massacres aconteceram no mesmo dia e mês e proporcionou reflexões que aproximavam os dois eventos. O caráter violento de ambos os episódios, bem como as relações de solidariedade entre a FRELIMO e o ANC, num contexto de luta contra o regime racista da África Austral, contribuíram para isto. Em um segundo momento, o Massacre de Mueda é associado à criação de uma nova moeda

em Moçambique, em 1980, o Metical, cujo lançamento foi meticulosamente planejado para o dia do aniversário do Massacre de Mueda.

Esse redimensionamento dos significados de Mueda tem uma relação direta com os problemas internos e externos enfrentados por Moçambique durante o período pós-independência. E indica a mobilidade dessas narrativas nacionais, através da seleção de novos elementos e construção de novos discursos, de acordo com as circunstâncias vividas em cada momento histórico.

Vimos que o Massacre de Mueda esteve presente nas narrativas nacionais da FRELIMO desde sua fundação, em 1962. É importante salientar que o Massacre de Mueda obedeceu a um entendimento por parte da FRELIMO do contexto de criação destas narrativas e das possibilidades propiciadas por elas. Nesse sentido, a FRELIMO foi capaz de estruturar e organizar as experiências vividas ao longo do período colonial e inseri-las numa narrativa histórica nacional própria, demonstrando um entendimento da dimensão de poder que perpassa as narrativas de emancipação nacional e sua capacidade de mobilização. Tal entendimento foi bastante importante para que a FRELIMO conseguisse mobilizar a população colonizada em torno dos ideais de independência e de transformação social.

## FONTES

### *Impressas*

FRELIMO. *Mozambique Revolution*. 61 edições. Publicações trimestrais entre 1963 e 1975.

FRELIMO. *Boletim de Informação/Boletim Nacional*. 21 edições. Publicações mensais entre 1963 e 1965.

FRELIMO. *A Voz da Revolução*. 8 edições. Publicações esparsas entre 1965 e 1968.

FRELIMO. *25 de Setembro*, v. 3, n. 48, 16 de Junho de 1968.

FRELIMO. *Discursos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda*. Macomia: Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo, 1975, 99 p.

MACHEL, Samora; SANTOS, Marcelino dos; GONÇALVES, Vasco; BARRE, Siad. *Discursos da independência*. Lisboa: Associação Portugal-Moçambique. Dezembro de 1975.

MACHEL, Samora. *A nossa luta é uma revolução nacionalizações - Moçambique*. Edição: Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial – CIDAC-C, Coleção: África em Luta. Lisboa. 1976. p. 67-68.

MACHEL, Samora. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Coleção Estudos e orientações 5. Maputo: Imprensa Nacional, 1979. p. 14.

MACHEL, Samora. *A nossa força está na unidade*. Coleção Unidade Nacional 4. Maputo: Instituto Nacional do Disco e do Livro. 1983. 99 p.

MACHEL, Samora. *A luta contra o subdesenvolvimento*. Coleção Textos e documentos, Partido FRELIMO. 1983. 162 p.

NOTÍCIAS. Maputo. Edições referentes ao objeto de análise, publicadas entre 1975 e 1986.

NOTÍCIAS DA BEIRA. Beira. Edições referentes ao objeto de análise, publicadas entre 1975 e 1981.

O imperialismo e seus lacaios. *Tempo*, Maputo, nº 313, 03 Out. 1976, p.52-56.

### *Fontes orais e autobiográficas impressas*

ADAM, Yussuf; DYUTI, Hilário Alumasse. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. *Arquivo*, nº 14, Maputo (Moçambique), 1993, p.117-128.

MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. Maputo: Marimbique, 2012.

PACHINUAPA, Raimundo; MANGUEDYE, Marina. *A Vida do Casal Pachinuapa*. Maputo: JV Editores, 2009.

PACHINUAPA, Raimundo (Coord.). *Memórias da Revolução 1962-1974*. Colectânea de

entrevistas de combatentes da Luta de Libertação Nacional. vol. I. Maputo: Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional e Associação Nachingwea, 2011.

ZIMBA, Benigna. *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino*. Maputo: Organização da Mulher Moçambicana, 2013.

Samora Machel e a revolução na África Austral. Entrevista de Wilfred Burchet. *Tempo*, Maputo, nº 310, 12 Set. 1976, p. 18-23.

Entrevista com Alberto Chipande: Os primeiros tiros. *Tempo*, Maputo, nº 312, 26 set. 1976, p. 18-23.

Mueda: Memórias de um Massacre. *Tempo*, Maputo, nº 609, 13 Jun. 1982, p.24-25.

### ***Manuscritas***

Relatório com sentença de Tiago Mulombe - 24 de junho de 1960. Caixa 1095 – AHM.

### **Filmografia**

MUEDA, memória e massacre. Realização de Ruy Guerra. Moçambique: Instituto Nacional do Cinema, 1979-1980. 75 min.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. *Arquivo*, Maputo, nº 14, Maputo, p. 9-101, 1993.

\_\_\_\_\_. *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo: Trajectoria de Moçambique Pós-colonial, 1975-1990*. Maputo: Promedia, 2006. 480 p.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 13-47.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.

BORGES COELHO, João Paulo. Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe. *Arquivo*, Maputo, nº 14, p.129-154, 1993.

\_\_\_\_\_. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta - Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. *Lusotopie*, p. 175-193, 2003.

\_\_\_\_\_. *Memory, History, Fiction – a Note on the Politics of the Past in Mozambique*. Conferência apresentada na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, Outubro de 2010. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/estilhacos\\_do\\_imperio/comprometidos/pages/en/publications.html](http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/pages/en/publications.html).

\_\_\_\_\_. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, p. 20-31, 2013.

\_\_\_\_\_. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista crítica de ciências sociais [online]*, Coimbra, nº 106, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5926>.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 344 p.

BRAGANÇA, Aquino de. Independência sem descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975. Notas sobre os seus antecedentes, *Estudos Moçambicanos*, Maputo, nº 5/6, p. 7-28, 1986.

BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, nº 5/6, p. 29-52, 1986.

BRITO, Luís de. Instituições Políticas e Unidade Nacional. In: BRITO, Luís de; CASTELBRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA Sérgio; FORQUILHA, Salvador; FRANCISCO, António (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE-Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2016. p.25-31.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475f. Tese (Doutorado-Programa de Antropologia social) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências humanas – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis///8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>.

CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. *Africana Studia*, Porto, nº 2, p. 29-46, 1999.

\_\_\_\_\_. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. *Africana Studia*, Porto, VIII, p.39-67, Out. 2006.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação, Nacionalismo. In: PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares; TORGAL, Luis Reis (coord.). *Comunidades Imaginadas, Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008. p. 24.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1998. 242 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008. 283 p.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Campinas: Unicamp, 11(5), p.173-191, 1991.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DARCH, Colin. As publicações da Frelimo: Um estudo preliminar. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, nº 2, p. 105-120, 1981.

DARCH, Colin; HEDGES, David. Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira, June 1975. *Kronos*. Cape Town, v. 39, nº 1, p. 32-65, 2013.

DAVA, Fernando; ANTONIO, Alexandre; LERMIA, Rosário; MUDENDER, Arrissis; WANE, Marílio; MAZUZE, Célia; LOPES, Sónia; AMINAGI, Dulámito, LOPES, Daniel. *Samora Moisés Machel - História de Uma Vida Dedicada ao Povo Moçambicano*. Edição: ARPAC - Instituto de Investigação Sócio-Cultural. Coleção Embondeiro: Edição Especial. Maputo, 2014. 184 p. Disponível em: [http://www.arpac.gov.mz/images/livros/Livro\\_Samora.pdf](http://www.arpac.gov.mz/images/livros/Livro_Samora.pdf). Acesso em: 10 jul. 2018.

DIAS, Renato da Silva. Lugares de fronteira: espaço territorial, simbólico e identitário – um ensaio. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 3, n. 1, p. 275-296, jan./jul. 2011. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades). Acesso em: 20 dez. 2018.

EGERÖ, Bertil. *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1992. 272 p.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 275 p.

FRY, Peter (Org.). *Moçambique: Ensaio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 252 p.

GENTILLI, Anna Maria. A subversão no Distrito de Cabo Delgado – 1950-1960 – Segundo as fontes administrativas locais. *Arquivo*, Maputo, nº 14, p. 103-116, 1993.



GOMES, Simone Caputo. Poesia moçambicana e negritude: caminhos para uma discussão. *Via Atlântica*, nº 16, p. 29-46, Dez. 2009.

GRANADO, José Antônio Macias. A ação subversiva em Cabo Delgado. In: *Política de contra-subversão em Cabo Delgado*. Contribuição para o seu estudo. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968. p. 62-83.

HALL, Margaret; YOUNG, Tom. *Confronting Leviathan - Mozambique since Independence*. London: Hurst, 1997. p. 49-50.

HEDGES, David; CHILUNDO, Arlindo. A Luta Anticolonial, 1955-1961. In: HEDGES, David (coord.). *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*, 2ª Ed., Livraria Universitária, Maputo, 1999. p. 238-248.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África em sala de aula: visita a História contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. 649 p.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Traduzido por Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 230 p.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. *Mozambique: From Colonialism To Revolution, 1900-1982*. Colorado: Westview Press, 1983. 235 p.

ISRAEL, Paolo. A Loosening Grip: The Liberation Script in Mozambican History. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, p. 10-19, 2013.

\_\_\_\_\_. Mueda Massacre: the Musical Archive. *Journal of Southern African Studies*, v. 43, ed. 6, p. 1157-1179, dez. 2017.

KRUKS, Sonia. From nationalism to Marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977. In: I. L. Markowitz (org.). *Studies in power and class in Africa*. Oxford: University Press, 1987. p.237-256.

LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: conexões entre a produção de arte makonde e a história política de Moçambique (1950-1974)*. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. p.423-484.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: História e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, nº 70, p. 18-35, Jun. 2009.

MAGODE, José (Ed.). *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e o Estado - Transição Inacabada*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert, 1996. 161 p.

- MANGHEZI, Nadja. *Amizade traída e recuperada – o ANC em Moçambique (1976-1990)*. Tradução de Machado da Graça. Maputo: Promédia. 2007. 422 p.
- MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999. 299 p.
- MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.
- MEDEIROS, Eduardo da Conceição. *História de Cabo Delgado e do Niassa (1836-1929)*, Maputo, 1997. 252 p.
- MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, p. 9-52, Mai. 2015.
- MONDLANE, Eduardo. *Nationalism and Development in Mozambique*. Trabalho apresentado ao Projeto "Brasil-África Portuguesa" da Universidade da Califórnia, 27 e 28 de fevereiro de 1968. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7807/rec/97>. Acesso em: 30 de maio de 2018.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013. 272 p.
- NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio (Org.). *Em torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013. 176 p.
- NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. *Em defesa da causa africana. Intervenção do Grêmio Africano na cidade de Lourenço Marques (1908-1938)*. 1989. 323f. Dissertação (Mestrado em História dos séculos XIX e XX) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- \_\_\_\_\_. *O movimento associativo africano em Moçambique. Tradição e luta (1926-1962)*. 2009. 343f. Tese (Doutorado em História Económica e Social) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 394 p.
- RIBEIRO, Fernando Bessa. A Invenção dos Heróis: Nação, História e Discursos de Identidade em Moçambique. *Etnográfica*, v. IX (2), p. 257-275, 2005.

ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Editora Promédia, 2002. 288 p.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALSTION, Berit. SOPA, Antonio. *Catálogo dos cartazes de Moçambique*. Maputo: Núcleo editorial de Universidade Eduardo Mondlane, 1988. 112 p.

SANHUEZA, Marcelo. Violencia/Contraviolencia: Descolonización e reinterpretación del marxismo revolucionario em Los Condenados de la Tierra de Frantz Fanon. OLIVA, Elena; STECHER, Lucía; ZAPATA, Claudia (Eds.). *Frantz Fanon desde América Latina. Lecturas contemporáneas de un pensador del siglo XX*. Buenos Aires: El Corregidor, 2013. p. 185-218.

SILVA, Tereza Cruz e; JOSÉ, Alexandrino. História e a Problemática das Fontes. In: JOSÉ, Alexandrino; MENESES, Paula Maria G. *Moçambique – 16 Anos de Historiografia*, Maputo, 1991. p. 17-27.

SOUTO, Amélia Neves de. Memory and Identity in the History of Frelimo: Some Research Themes. *Kronos*, Cape Town, v. 39, n. 1, p. 283-284, Jan. 2013.

TEMBE, Joel das Neves. *Uhuru na Kazi: Recapturing MANU Nationalism through the Archive*. *Kronos*, Cape Town, v. 39, nº 1, p. 257-279, 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 51, nº 1, p. 177-214, 2008.

VASCONCELOS, Leite. Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência. In: RIBEIRO, Fátima; SOPA, Antônio. *140 Anos de Imprensa em Moçambique: Estudos e Relatos*. p. 139-143.